

ITAYTERA

Número 29

-

Ano 1985

"A história da vida do Almirante Alexandrino de Alencar sem dúvida confunde-se com a própria história da existência da Marinha de Guerra do Brasil, tal é o vulto dos inestimáveis serviços que à mesma prestou, com amor e entusiasmo inextinguíveis, durante cerca de sessenta anos.

Aspirante naval, a seu próprio pedido participou das glórias e dos perigos da Guerra do Paraguai; Capitão-Tenente desde 1885, saltou em terra na manhã de 15 de novembro de 1889, para dar franco apoio ao movimento republicano, cabendo-lhe, logo após, como demonstração de confiança das forças vitoriosas, o comando do encouraçado Riachuelo, encarregado de comboiar o paquete em que foram deportados o Imperador e sua família.

Revolucionário de 1893, comandando o Aquidabã, deu provas inequívocas de firmeza e decisão, e bravura, de que todo o País tomou conhecimento.

Quando se estabeleceu a disputa pela posse do Território do Acre, na qual tomaram parte o Brasil, Peru e Bolívia, coube-lhe a espinhosa tarefa de comandar a Divisão do Norte, organizada por força das possibilidades de uma guerra com aquelas nações do continente.

Eleito Senador pelo Amazonas, em 1905, logo se viu convidado pelo Presidente Afonso Pena, para o cargo de Ministro da Marinha, em que permaneceu até o fim do quadriênio, por convite do Vice-Presidente em exercício, Sr. Nilo Peçanha. No Governo do Marechal Hermes da Fonseca passou a ser o titular da Pasta em apreço, no decurso do segundo biênio administrativo, nela se conservando no período na gestão do Sr. Venceslau Brás.

Decorrido o prazo da administração do Presidente Epitácio Pessoa, quando as pastas militares foram confiadas a civis, ei-lo novamente, pela quarta vez, nomeado Ministro da Marinha, pelo Presidente Artur Bernardes, encontrando-se em pleno exercício de suas funções, quando a morte o veio colher.

Mais de 13 anos — exemplo único verificado no País, que me conste, esteve à frente dos destinos da nossa Marinha de Guerra!

Tendo em consideração essa circunstância, bem assim o fato de ter sempre agido com zelo, quanto aos interesses da causa pública e extremada dedicação às legítimas necessidades de seus companheiros de farda, o Almirante Alexandrino de Alencar consagrou-se aos olhos dos insuspeitos observadores como o 'verdadeiro criador da Marinha de Guerra na República' ".

(Alencar Araripe, discurso no Congresso Nacional — Diário do Congresso, 13.11.1948).

Instituto Cultural do Cariri - Crato - Ceará

ITAYTERA

NÚMERO 29

—

ANO 1985

ÓRGÃO OFICIAL
DO
INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

ITAYTERA	CRATO	Nº 29	P. 276	1985
----------	-------	-------	--------	------

Instituto Cultural do Cariri
c. 1985 Secretaria de Cultura e Desporto

Av. Presidente Castelo Branco, 255
Fortaleza - Ceará - Brasil

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

I T A Y T E R A

N.º 29 — CRATO — CEARÁ — 1985

Órgão do Instituto Cultural do Cariri

Presidente do I C C :

JOÃO LINDEMBERG DE AQUINO

Diretor de ITAYTERA:

JOÃO LINDEMBERG DE AQUINO

Redação:

Praça Juarez Távora N.º 950

CEP: 63.100 — CRATO-CEARÁ

Os artigos, estudos e conceitos aqui publicados são de
responsabilidade dos autores.

Aceita-se permuta com publicações congêneres.

Os originais não serão devolvidos.

Diretoria do I C C

Período de dezembro de 1983

a dezembro de 1985

Presidente:

JOÃO LINDEMBERG DE AQUINO

Vice Presidente:

JOSÉ HUBERTO TAVARES DE OLIVEIRA

Secretário Geral:

FRANCISCO HUBERTO E. CABRAL

Secretário:

JURANDY TEMÓTEO DE SOUZA

Tesoureiro:

ANTONIO CORREIA COELHO

Comissão da Revista ITAYTERA:
JOÃO LINDEMBERG DE AQUINO
JOSÉ HUBERTO TAVARES DE OLIVEIRA
FRANCISCO HUBERTO E. CABRAL
JOSÉ PEIXOTO DE ALENCAR CORTÊZ

Comissão de Ciências, Letras e Artes

JÉFFERSON DE ALBUQUERQUE E SOUZA
PLÁCIDO CIDADE NUVENS
FRANCISCO DE ASSIS BRITO
RAIMUNDO DE OLIVEIRA BORGES

Comissão de Sindicâncias

ELÓI TELES DE MORAIS
JÓSIO DE ALENCAR ARARIPE
ANTÔNIO NIRSON MONTEIRO
PE. ANTÔNIO TEODÓSIO NUNES

CADEIRAS DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

Secção de Letras

- 1 — PATRONO — Pe. Dr. José Antonio Maria Ibiapina
OCUPANTE: João Lindemberg de Aquino
- 2 — PATRONO — Bruno de Menezes
OCUPANTE: Dr. Raimundo de Oliveira Borges
- 3 — PATRONO — José Alves de Figueiredo
OCUPANTE: Pe. Neri Feitosa
- 4 — PATRONO — Alexandre Arraes de Alencar
OCUPANTE: Edméia Arraes de Alencar
- 5 — PATRONO — Mons. Pedro Esmeraldo da Silva
OCUPANTE — Vaga
- 6 — PATRONO — Dr. Irineu Nogueira Pinheiro
OCUPANTE: Pe. Antônio Gomes de Araújo
- 7 — PATRONO: — Antônio Barbosa de Freitas
OCUPANTE: Vaga

- 8 — PATRONO — Alvaro Bomilcar da Cunha
OCUPANTE: Dr. José Newton Alves de Sousa
- 9 — PATRONO — Dom Francisco de Assis Pires
OCUPANTE: Prof. Rubens Gondim Lóssio
- 10 — PATRONO — Pe. Emidio Leite Cabral
OCUPANTE: Thomé Cabral dos Santos
- 11 — PATRONO — Raimundo Gomes de Matos
OCUPANTE: Pedro Gomes de Matos
- 12 — PATRONO — Leandro Bezerra Monteiro
OCUPANTE: General Raimundo Teles Pinheiro
- 13 — PATRONO — Dr. Otacilio Macedo
OCUPANTE: Cláudio Martins
- 14 — PATRONO — Manoel Rodrigues Monteiro
OCUPANTE: F. S. Nascimento
- 15 — PATRONO — Dr. Leandro Chaves Ratisbona
OCUPANTE: Vaga
- 16 — PATRONO — Pe. Francisco Pitta
OCUPANTE: Aécio Feitosa
- 17 — PATRONO — João Brigido dos Santos
OCUPANTE: Nertan Macedo de Alcântara
- 18 — PATRONO — Raimundo Monte Arraes
OCUPANTE: Vaga
- 19 — PATRONO — José Alves de Figueiredo Filho
OCUPANTE: Mozart Soriano Aderaldo
- 20 — PATRONO — Senador José Martiniano de Alencar
OCUPANTE: Vaga

Secção de Ciências

- 1 — PATRONO — Dr. Barreto Sampaio
OCUPANTE: Dr. Napoleão Tavares Neves

Secretário de Cultura e Desporto
JOAQUIM LOBO DE MACEDO (JOARYVAR MACEDO)

Presidente do Banco do Estado do Ceará
FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS TERRA

Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Ceará
CLAUDIO GONZAGA SILVA

A publicação desta obra tornou-se possível graças ao apoio da Secretaria de Cultura e Desporto, Banco do Estado do Ceará e Imprensa Oficial do Ceará — Governo LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA.

S U M Á R I O

ICC homenageado na Convenção da família Saraiva Leão	11
Saudação aos convencionais da família Saraiva Leão — J. Lindemberg de Aquino	15
Saraivas do Cariri — Joaryvar Macedo	19
A lição de papai Saraiva — Luís Edgar de Andrade	33
Saudando o prefeito Manoel Salviano — Raimundo Sa- raiva Brito	39
Na convenção da família Saraiva Leão no Cariri — Fer- nando Câmara	43
“Um Atavismo Progressista” — José de Alencar Bezerra	47
Achegas à obra de Câmara Cascudo — Maria Elvira de Macedo Soares	51
Onze anos com Silvio Júlio — Francisco de Vasconcelos	59
A Bandeira de Fernão Dias Pais de Ibituruna a S. Pedro Paraopeba: uma hipótese a mais — Geraldo Guima- marães	75
O engenho e a arte de Batista de Lima — Edmilson Ca- minha Júnior	101
10 sonetos — Dandinha Vilar	105
Faleceu D. Amália Xavier de Oliveira	117
Província da Ibiapaba e do Cariri Novo — J. C. Alencar Araripe	119
Lameiro, postal do Crato — Quintílio de Alencar Teixeira	123
José Sisnando Lima — Abelardo F. Montenegro	127
Ciência, consciência e arte do magistério — José Neuton Alves de Sousa	133
Novos elogios à revista Itaytera	145
O problema das secas e outros ensaios — Antonio de Alencar Araripe	147

“Sátiras e Sonhos”, um livro de Jeferson de Albuquerque — Napoleão Tavares Neves	149
Argentina de Alencar Araripe — Mário de Alencar	151
Doce Exílio — Cláudio Araripe	153
Aos amantes do céu — Eugênio Costa	155
IBGE conclui trabalhos sobre altitude do Ceará	156
Livros — Abdias Lima	159
O recruta e o general — Pádua Campos	161
O processo da independência — Gen. Raimundo Teles Pinheiro	163
Homenagem a Denizard Macêdo	173
Amor Perfeito — José Weberth Brito Bezerra	185
Noticia triste de Mauro Mota — Nertan Macêdo	187
Mauro Mota — Barbosa Lima Sobrinho	190
O Coronel Raimundo Augusto Lima — Dimas Macêdo	193
“José Reis Carvalho, um artista descoberto 125 anos depois” — Bruno Pedrosa	201
No centenário do Cel. Filemon Teles — Cláudio Martins	207
Estratégias do discurso dos jesuítas junto aos indígenas brasileiros — Aécio Feitosa	211
Canto a Lavras da Mangabeira Centenária — Linhares Filho	219
Joaquim Pinto Madeira — J. Lindemberg de Aquino ..	223
Itaytera — Raymundo Farias de Oliveira	229
Direito e Cultura — Raimundo de Oliveira Borges	231
O preço do desenvolvimento econômico — José Joaquim Neto Cisne	239
O destino predestinado de Ana Couto — Valdelice Alves Leite	243
Bibliografia, notas, comentários	253

ICC HOMENAGEADO NA CONVENÇÃO DA FAMÍLIA SARAIVA LEÃO

Realizou-se em Crato, Juazeiro, Barbalha e Missão Velha, entre os dias 7, 8 e 9 de setembro de 1984 a Nona Convenção da Família Saraiva Leão. Na solenidade de abertura, homenagem ao Instituto Cultural do Cariri, pelos seus relevantes serviços prestados à cultura histórica regional, pela palavra do historiador Fernando Câmara, coordenador da Convenção. Coube ao Presidente do ICC, jornalista J. Lindemberg de Aquino, fazer a saudação oficial aos convencionais, no auditório do Centro de Expansão Educacional da Diocese, na abertura do certame, quando o nosso Presidente falou sobre dois Saraiva Leão que se destacaram na vida cratense, Cesário Saraiva Leão e Júlio Saraiva Leão.

A seguir, a programação observada na aludida Convenção.

Dia 6 de setembro

16:00, 16:30 e 17:00 horas — Partida dos convencionais da Praça de Fátima, em ônibus da Expresso de Luxo rumo ao Centro de Expansão Educacional do Granjeiro (Crato), onde ficarão hospedados.

Dia 7 de setembro

7 até 8 horas — Café no Granjeiro.
Manhã livre.

12:30 horas — Almoço no Granjeiro.
Repouso.

- 16:30 horas — Solene instalação da IX Convenção da Família Saraiva Leão pelo Presidente da Comissão Promotora.
- Saudação aos Convencionais pelo Jornalista-Escritor J. Lindemberg de Aquino, Presidente do Instituto Cultural do Cariri.
- Conferência do Acadêmico-Escritor Jcaryvar Macedo, D.D. Secretário de Cultura e Desporto. Tema: OS SARAIVAS DO CARIRI
- “O Centenário de Pedro Paulo Saraiva”, por sua filha, Valda Bezerra Saraiva Piniheiro (da delegação da Bahia).
- “Resumo das memórias do Dr. Antônio Gervásio Alves Saraiva” Orador — Fernando Câmara
Encerramento.
- 18:30 horas — Partida dos convencionais para o Panorama Hotel, em Juazeiro do Norte.
- 19:00 horas — Jantar oferecido pelo Dr. Manoel Salviano Sobrinho, D.D. Prefeito Municipal de Juazeiro do Norte, que saudará os convencionais.
- Agradecimento do Jornalista Ciro Saraiva, em nome da Família Saraiva Leão.
- 21:00 horas — Sessão Solene no Salão de Convenções do Panorama Hotel, sob a Presidência do Dr. Manoel Salviano Sobrinho, para outorga da Medalha “Família Saraiva Leão” ao Jornalista Ciro Saraiva, D.D. Secretário de Comunicação Social.
- Orador — Jornalista Luís Edgard de Andrade, Editor da Rede Globo de Televisão.
- Agradecimento do homenageado. Encerramento.
- 22:00 horas — Retorno ao Granjeiro.
Repouso.

Dia 8 de setembro

- 7 até 8 horas — Café no Granjeiro.
- 9:00 horas — Visita aos pontos turísticos de Crato e Juazeiro do Norte, inclusive ao engenho do Brigadeiro José Sampaio Macedo, onde será servido caldo de cana aos convencionais.
- 12:30 horas — Almoço no Balneário do Caldas, em Barbalha, com banhos de piscina em água corrente. Retorno ao Granjeiro. Repouso.
- 16:00 horas — Solene Concelebração Eucarística oficiada por S. Excia. Revma. Dom Miguel Fenelon Câmara, Arcebispo de Maceió, pelos participantes da Convenção do Cariri.
- 17:30 horas — Partida dos convencionais para a cidade de Missão Velha.
- 18:00 horas — Solenidade de inauguração da Rua Antônio Augusto Saraiva Leão pelo Exmo. Sr. Idilvan Sobreira, D.D. Prefeito Municipal de Missão Velha. Agradecimento pelo Dr. Luís Carlos Saraiva, em nome da família do homenageado.
- 19:00 horas — Jantar no Hotel Municipal de Missão Velha, oferecido pelo Exmo. Sr. Prefeito Idilvan Sobreira aos convencionais.
Agradecimento do Dr. José Airton Saraiva, pela Família Saraiva Leão.
Retorno ao Granjeiro.
Repouso.

Dia 9 de setembro

- 7:00 horas — Missa concelebrada oficiada por S. Excia. Revma. Dom Miguel Fenelon Câmara, em sufrágio dos parentes falecidos e homenageados pela Convenção.
- 8:00 horas — Café no Granjeiro.

- 9:00 horas — Sessão dedicada aos mortos da Família Saraiva Leão: Miguel Fenelon Câmara — Luís Pergentino Saraiva — Francisco Sales Saraiva — Francisco Saraiva Rabelo — Manuel Saraiva Leão — João Batista Saraiva Leão Neto — Irmã Maria Ferreira Lima — Harding Paulo Benício e Sandoval Sá. Encerramento.
- 12:00 horas — Almoço no Granjeiro. Repouso.
- 14:00 horas — Despedidas. Retorno dos convencionais a Fortaleza.

Fortaleza, agosto de 1984

A Comissão Promotora

SAUDAÇÃO AOS CONVENCIONAIS DA FAMÍLIA SARAIVA LEÃO

J. Lindemberg de Aquino

(07.09.1984 — CRATO)

Constitui para mim um motivo de excepcional honraria, trazer, neste instante, a palavra de saudação da cidade do Crato e do seu povo, aos participantes da Convenção da Família Saraiva Leão, que ora se instala na Princesa do Cariri.

Nossa cidade está vivendo, neste dia 7 de setembro de 1984, justamente o dia da Pátria, as alegrias dessa data, que nos é tão cara, pois foi o Crato berço da liberdade e dos mais gloriosos movimentos revolucionários do nosso Estado.

Sua participação na História da Pátria remonta há muito antes da Independência, sabido que foi o primeiro município cearense a aderir à Revolução pernambucana de 1817 — produzindo-se, aqui, heróis e mártires, a exemplo do Senador José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves e Bárbara de Alencar.

Nas antemanhãs da Independência, sempre se fez presente o espírito cívico de nossa gente — em movimentos que marcaram, profundamente, a história desta terra, abençoado rincão cearense que ora recebe a todos vós.

É com justa alegria, pois, que o Crato recebe tão digna representação da numerosa família Saraiva Leão, pelos seus expoentes mais excepcionais, figuras de valor e de relevo em todos os setores da vida brasileira.

Crato também tem a sua parcela, o seu quinhão, de família Saraiva Leão. Permitti, embora por alguns instantes, que me fixe em alguns deles, para o vosso conhecimento.

Um desses vultos foi CESÁRIO SARAIVA LEÃO, filho de José de Arimateia Lobo Saraiva Leão e Raimunda Saraiva Leão. Nasceu a 13 de novembro de 1879 e faleceu a 4 de outubro de 1944. Era casado com dona Cacilda de Oliveira Saraiva, que ainda lhe sobrevive.

Cesário Saraiva não teve filhos, mas criou, educou e orientou para a vida uma filha adotiva, a professora Raimunda Saraiva Cruz, mestra, há 40 anos, de sucessivas gerações cratenses.

Cesário Saraiva fundou a União Artística Beneficente, sendo seu Presidente por 13 anos. Fundou a Escola 18 de Maio, tendo participado de dezenas de outras instituições locais. Durante 47 anos exerceu o posto de escrivão do Cartório de Títulos e Documentos.

Uma rua lhe perpetua o nome.

Cesário Saraiva foi, juntamente com o jornalista Bruno de Menezes, José Gomes da Cunha Filho, Plinio Cavalcante, José Luís de França e outros, um dos fundadores da União Artística Beneficente do Crato, sendo eleito Presidente da mesma por 13 anos. Equilibrou a entidade, fundou a Escola 18 de Maio, para filhos dos sócios, a qual ainda hoje funciona, na Rua José Carvalho, 303, sob o nome de Escola 18 de Maio. Durante 47 anos exerceu no Crato o posto de escrivão do Cartório de títulos e documentos. Participou de dezenas de outras instituições locais. Era cidadão de absoluta integridade.

Faleceu a 4 de outubro de 1944.

Um outro Saraiva Leão que marcou época em nossa cidade — e que merece ter sua vida devidamente estudada, foi JULIO SARAIVA LEÃO. Filho de Salviano Saraiva Leão e de Isabel Pereira de Alencar Saraiva Leão, nasceu Júlio Saraiva a 30 de maio de 1895 e faleceu a 24 de maio de 1971. Ainda lhe sobrevive a viúva — e deixou numerosa descendência.

Muito teria a dizer sobre a polivalente personalidade de Júlio Saraiva. Na atividade de ourives ingressou aos 10 anos. Foi fotógrafo a vida toda. Tocava 3 instrumentos de sopro, participou e foi diretor da Banda de Música do Crato.

Homem de idéias progressistas, sempre se destacou pelo seu pioneirismo: trouxe ao Crato a primeira máquina de pilar arroz, a primeira máquina de moer café, manteve em nosso meio pequenas indústrias de colorau, pimenta-do-reino e café. Montou e explorou uma fábrica de mosaicos, e montou a primeira amplificadora, serviço de alto-falantes da cidade.

Júlio Saraiva foi, ainda, o idealizador da hidrelétrica que se instalou em Crato em 1938, realizou a Primeira Feira de Amostras da cidade, construiu a fonte luminosa, o obelisco do Centenário, o Parque Municipal e outros melhoramentos.

Como bom entendedor de urbanismo, colaborou com todos os prefeitos, e deixou o Crato com apreciável aspecto urbanístico.

Boêmio inveterado e incorrigível, era o dono da noite, varando as madrugadas. Galhofeiro, sarcástico, cercou-o uma legenda de anedotário picaresco e galhofeiro, pois tinha a sua própria filosofia de vida.

Ao falecer, a cidade se vestiu de luto e o levou à Câmara Municipal.

Crato muito lhe deve, em 50 anos de apaixonado amor pela cidade e sua partida para o além desfalcou o Crato de uma de suas melhores figuras humanas.

Seus irmãos, Celso Saraiva Leão, (o primeiro operador de cinema em Crato) e Aderson Saraiva Leão, (enfermeiro em Fortaleza e líder de movimentos maçônicos) completam esse pedaço de família Saraiva que o Crato tanto estima e guarda na memória.

Podeis ver, senhores convencionais, que o Crato não é infenso à influência e ao bem querer à vossa família.

Nas novas gerações temos médicos e artistas, como os Irmãos João, José e Antonio Correia Saraiva, em plena liça, fazendo crescer o nome da família. A Sra. Telma Saraiva,

cuja arte fotográfica corre pelo Nordeste, e Salviano Saraiva, magnífico ator teatral, de noites gloriosas da nossa ribalta.

Crato, é, pois, um bom pedaço dos Saraiva Leão, dos Correia Saraiva, dos Saraiva Moura, dos Saraiva Ribeiro da Silva e tantos outros ramos dessa família tradicional, sem esquecer a nossa queridíssima Irmã Carmélia, fina flor de sua ordem religiosa, e ilustre hospedeira desta Convenção.

Crato, pois, recebe a todos vós com inusitada alegria e emoção, e seu coração se abre em festas para sediar esta Convenção.

O sempre verde desta paisagem, a doçura do seu clima, a limpidez de suas águas, o espírito acolhedor e hospitaleiro de sua gente, a sua coragem cívica provada desde as lutas da Independência — tudo se junta, para vos receber e vos saudar.

Crato é pedaço bem bom do Ceará e do Brasil, que comunga uníssono com os melhores sentimentos da gente brasileira.

Estejai certos, senhores da Família Saraiva Leão, que a nossa alegria é afetiva e sincera e nossa hospitalidade é uma característica bem marcante da gente cratense.

Sede bem-vindos!

A Casa é vossa!

SARAIVAS DO CARIRI

Joaryvar Macedo

No *Anuário Genealógico Latino*, (vol. 1, Ano de 1949, 1.^a parte), por Salvador de Moya, encontramos a origem dos Saraivas, a qual vem assim apresentada: "O solar desta família é nas montanhas da vila de Saraiva, em Viscaya, de onde são originários, na Espanha. Em 1428 passaram a Portugal Antônio Saraiva e Vicente Fernandes Saraiva e se estabeleceram na vila de Troncoso; foram acompanhar sua irmã, dama da rainha D. Leonor, + 1445, esposa de D. Duarte I, rei de Portugal."

Aportados ao Brasil, oriundos, pois, da Península Ibérica, e chegados, também, ao sul do Ceará, posteriormente, ou seja, no Século XVIII, época do seu povoamento regular, e, por conseguinte, o de sua formação ética e social, e, ainda, o da fixação de suas mais antigas linhagens, muito poucos foram os Saraivas que, na região, se sediaram.

O Pe. Antônio Gomes de Araújo, o mais penetrante historiador do Cariri e este seu modesto discípulo preocuparam-se em investigar, exaustivamente, os povoadores da zona, ao longo do Século XVIII. De nossas pesquisas publicadas, arrolando os colonizadores do sul do Ceará, portugueses, baianos, sergipanos, alagoanos, pernambucanos, paraibanos, norte-riograndenses, piauienses e maranhenses, constam apenas três imigrados, todos naturais da região são-franciscana, portadores do sobrenome Saraiva: Antônio Saraiva, João de Brito Saraiva e Lourenço Saraiva da Silva.

O grau de parentesco entre eles, não o sei. No entanto, sei que os três eram casados e que a descendência de Lourenço Saraiva da Silva constitui o mais expressivo ramo de Saraivas do sul do Estado. São precisamente os Saraivas dos municípios de Missão Velha e Barbalha, muitos dentre os quais, hoje, dispersos por diferentes recantos do País.

Lourenço Saraiva da Silva, sediando-se na antiga Freguesia das Minas de São José dos Cariris Novos, atual Missão Velha, com sua esposa, Rosa Francisca do Espírito Santo, estabeleceram ali sua prole, que se foi subdividindo em diversos ramos de Saraivas, pelo entrelaçamento de seus rebentos com outras famílias pioneiras no histórico e ubertoso vale. Assim, foram surgindo, entre outros, os Saraivas Landim, os Saraivas da Cruz, os Teles Saraiva, os Duarte Saraiva, os Saraivas Xavier, os Monteiros Saraiva, os Saraivas Arraes.

Não comportam os limites destas breves achegas mais circunstanciadas considerações sobre todas essas ramificações de Saraivas, procedentes de Lourenço Saraiva da Silva e Rosa Francisca do Espírito Santo. Eis por que me deterei em observações em torno de apenas uma delas — os Saraivas da Cruz — de que fazemos parte minha mulher e eu, lembrando, de passagem, que, no decurso do tempo, como muita vez acontece, em face dos cruzamentos familiares, o sobrenome do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva desapareceu, por completo, em considerável porção de sua progênie.

Antes, contudo, esclareço e o faço também a título de curiosidade e de exemplo, que muito se teria a dizer acerca da numerosa descendência de Lourenço Saraiva da Silva, no tangente aos demais ramos da família, que contam com muitos elementos nucleares, a começar de seus filhos. Um deles, que não se assinava Saraiva, e se chamou mesmo Francisco Monteiro de Queiroz, foi casado com Leocádia Pereira de Castro, sobrinha do famanaz caudilho Capitão-Mor José Pereira Filgueiras, Presidente do Ceará no 2.º Governo Temporário. Do casal procedia o Major Francisco Monteiro Saraiva, vulgo Chico Saraiva, prestigioso chefe político e antigo intendente de Missão Velha.

Descendentes de Lourenço Saraiva da Silva eram, outrossim, os conceituados clínicos barbalhenses Antônio Saraiva Xavier e Francisco Saraiva Xavier. Este último foi deputado à Assembléia Legislativa do Ceará.

Ao ramo Duarte Saraiva pertencem os ilustres militares Raimundo Saraiva Barreto e João Gonçalves Sobreira.

O sangue de Lourenço Saraiva da Silva corria nas veias de José Bezerra de Menezes, ex-industrial em Juazeiro do Norte, filho de Leandro Bezerra de Menezes e Josefa Saraiva Bezerra de Menezes. Saraiva, igualmente, o era, mais precisamente Teles Saraiva, sua consorte, a respeitável matrona D. Maria Amélia Bezerra de Menezes. Trata-se dos genitores do ex-Vice-Governador Francisco Humberto Bezerra, do ex-Governador e atual Vice-Governador do Estado José Adauto Bezerra e de Orlando Bezerra de Menezes, deputado federal, expressões inequívocas da hodierna política cearense.

Descendentes de Lourenço Saraiva da Silva são, ainda, aqueles Saraivas do município pernambucano de Exu, formando lado a lado das famílias principais dali, onde se envolveram nas lutas sangrentas de imensas e dolorosas repercussões, entre Sampaos e Alencares, aos quais se acham entrelaçados.

Feitas estas observações um tanto de afogadilho, demorar-me-ei, conforme esclareci, em algumas considerações acerca do ramo dos Saraivas da Cruz, descendentes do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva e Rosa Francisca do Espírito Santo, ramo a que me vinculo, diretamente, tendo sido, por isso, aquele em que melhormente me adentrei, em minhas perquirições.

Os Saraivas da Cruz integram a família caririense, conhecida como Terésios. E Terésios vêm a ser a progenitura do Capitão José Paes Landim e sua mulher Geralda Rabelo Duarte.

O Capitão José Paes Landim, alagoano e já radicado no Cariri pelos começos da terceira decúria do Século XVIII, adquiriu terras da família Lobato.

Os Lobatos, originários de Alagoas, são contados entre os primeiros concessionários de sesmos no sul do Ceará, onde monopolizaram imensos latifúndios rurais. Chegaram a possuir dezenas de léguas, em quadro, quer obtidas em sesmarias quer compradas. No inventário do Capitão Antônio Mendes Lobato, de 1719, aparecem, entre outras, as terras do sul cearense denominadas Cachoeira, Canabrava, Lagoa do Carité, Santa Teresa, Jenipapeiro, Brejo da Barbosa, Muriti, topônimos bastante conhecidos da gente do Cariri.

Foi precisamente aquela porção chamada Santa Teresa que adquiriu o colonizador Capitão José Paes Landim, propriedade que organizou e cultivou e onde fundou seu engenho, com o mesmo nome, entre as atuais sedes municipais de Missão Velha e Barbalha — Engenho de Santa Teresa.

Casou-se ele com a baiana Geralda Rabelo Duarte. Dele, com ela, houve filhos, nascidos todos no Engenho de Santa Teresa, que se tornou destarte, o núcleo originário e sócio-econômico da família, que, ainda hoje, o possui, fracionado em vários sítios: Santa Teresa, Lagoa de Santa Teresa, Salobra, Brejão, Passagem de Pedras etc.

Como é evidente, o nome **Terésios** vem de **Teresa**, da expressão **Engenho de Santa Teresa**.

O próprio historiador João Brígido, referindo-se a essa gente, foi assim que lhe chamou: Terésios. São eles os Paes Landim, os Jesus, os Cruz Neves, os Martins de Jesus, os Saraivas da Cruz, os Cruz Santana, os Macedos, os Dias Sobreira, os Olegários e outros e outros.

Um dos filhos do Capitão José Paes Landim e Geralda Rabelo Duarte, Capitão Domingos Paes Landim, convolveu a núpcias, aos 10 de novembro de 1756, com Isabel da Cruz Neves, natural do Rio de São Francisco, filha do Sargento-Mor Manuel da Cruz Neves, português, e de Joana Fagundes de Sousa (ou Joana Fagundes da Silveira), baiana. Dentre os numerosos filhos deste casal, um se chamou José da Cruz Neves, que se casou, a 5 de novembro de 1796, com Inácia Maria de Jesus Ferreira, norte-rio-grandense da Serra

do Martins, filha de Leandro Borges da Fonseca e Sebastiana da Fonseca Ferreira (ou Sebastiana Ferreira dos Santos).

De José da Cruz Neves, com Inácia Maria de Jesus Ferreira, advieram vários filhos, entre eles Manuel Inácio da Cruz, que se casou, (em primeiras núpcias, aliás), com Josefa Maria do Espírito Santo, filha do Patriarca dos Saraivas, Lourenço Saraiva da Silva, e sua mulher Rosa Francisca do Espírito Santo. Através desse matrimônio, entrelaçaram-se as estirpes Cruz (ou Cruz Neves) e Saraiva.

O casal que se fez tronco dos Saraivas da Cruz, Manuel Inácio da Cruz e Josefa Maria do Espírito Santo, residiu sempre no Engenho de Santa Teresa, onde possuíram um oratório, referido não poucas vezes nos livros de termos paroquiais de Missão Velha. Nessa casa-de-oração, realizaram-se muitos casamentos de pessoas da família, vários dos quais abençoados, na década de 1840 a 1850, pelo Pe. José Francisco de Sales Landim, mais conhecido por Padre Landim, irmão do mencionado Manuel Inácio da Cruz. Muito depois é que foram construídas as capelas da família, primeiro, as da Serra do Mato e do Brejão, posteriormente, a da Santa Teresa, e por último, a do Brejinho.

Ali, no Engenho de Santa Teresa, viram a luz do dia os filhos do casal Manuel Inácio da Cruz e Josefa Maria do Espírito Santo. E foram muitos:

1 — Capitão Raimundo Nonato Saraiva, conhecido como Mundinho da Gameleira. Casado com a prima legítima Quitéria de Sales Landim.

2 — Maria Teresa do Espírito Santo. Casada com o primo legítimo Joaquim Domingos Landim.

3 — José Cândido da Cruz. Falecido sem sucessão, havendo deixado, em Barbalha, testamento nuncupativo, em favor dos irmãos e pessoas de sua estima.

4 — Coronel Joaquim Manuel da Cruz, vulgo Quinco Manuel. Casado, na família, com Isabel Saraiva da Cruz, conhecida por Bila.

5 — Joaquina Maria Saraiva da Cruz, conhecida como Quina. Casada com o primo legítimo José Vicente da Cruz.

6 — Josefa Maria de Jesus. Casada com o parente José Vicente Landim, vulgo Zeca Bindé. Sem descendência.

7 — Capitão Pedro Manuel da Cruz, conhecido por Pedro Manuel do Jacu. Casado duas vezes, 1.^o com Rosa Maria da Cruz, 2.^o com Cinobilina Isabel da Cruz, ambas irmãs e suas sobrinhas, filhas que eram de seu irmão Cel. Joaquim Manuel da Cruz.

8 — Felícia Maria da Conceição. Casada duas vezes, 1.^a com o parente Antônio da Cruz Neves, 2.^a com Domingos José da Silva.

9 — Sebastiana Maria do Espírito Santo. Casada, na família, com Joaquim Saraiva Landim, vulgo Quinco Saraiva.

10 — João Manuel da Cruz, conhecido por Joca da Gameleira. Casado com a prima legítima Joaquina de Sales Landim, conhecida como Quininha.

11 — Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, vulgo Né da Cruz. Casado três vezes, 1.^a com Maria de Jesus Macedo, conhecida por Marica, filha de sua madrasta Maria das Dores da Encarnação (Dôre), 2.^a com Maria Francisca de Macedo (Mariinha), sua sobrinha-neta, 3.^a com Maria da Glória Saraiva (Glorinha), sua consanguínea, do ramo dos Duartes Saraiva.

12 — Elias Francisco da Cruz. Casado duas vezes, 1.^a com Isabel Maria da Conceição, 2.^a com sua parenta Luíza Paes Landim, conhecida por Lulu.

13 — Eliseu Manuel da Cruz. Casado duas vezes, 1.^a com a sobrinha Maria Saraiva de Jesus, filha de seu irmão Capitão Raimundo Nonato Saraiva, 2.^a com Maria Florinda Peixoto.

14 — Inácia Maria Saraiva (Inacinha). Casada com o primo Vicente Duarte Saraiva, conhecido como Vicente Grande.

15 — Rosa Maria de Jesus. Falecida ainda nova, mas já casada e com filhos.

16 — Lourenço Saraiva da Cruz. Falecido novo, sem sucessão.

Como se vê, já a partir desta irmandade, composta de dezesseis netos de Lourenço Saraiva da Silva e Rosa Francisca do Espírito Santo, começa a desaparecer o sobrenome Saraiva. Mas, em que pese a isso, ele continua em inumeráveis membros da família, hoje disseminados por muitas localidades do território pátrio.

Onde quer que se encontrem, no Cariri ou fora dele, com Saraiva ou sem Saraiva acrescido a seus nomes, os descendentes dos filhos de Manuel Inácio da Cruz e Josefa Maria do Espírito Santo, que constituem o ramo dos Saraivas da Cruz, portam o sangue vigoroso do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva e sua consorte Rosa Francisca do Espírito Santo, legítimos construtores da civilização em terras caririenses, a par de tantos outros colonos, de diferentes procedências, responsáveis pela gênese social, pela formação histórica, pela humanização, enfim, do grande e decantado Vale do Cariri.

Como outros ramos de Saraivas, projetaram-se, no meio, também os Saraivas da Cruz, pelo trabalho, pelo esforço e pelo espírito criador, construindo a sua abastança, sobretudo na cultura canavieira, base primeira da riqueza da zona.

Foram, de fato, os engenhos para o fabrico da rapadura, a fonte principal da economia caririense. E os brejos de Missão Velha e Barbalha, notadamente aqueles banhados pelo Rio Salamanca, encheram-se de engenhos dessa família, dos quais ela tirou os recursos com que mandar os filhos para as capitais, encaminhando-os a mais lisonjeiras posições na vida.

Em verdade, muitos dos seus membros têm ocupado postos de relevo nos setores político e econômico do Ceará e até de outros Estados da Federação, bem assim nas demais áreas da atividade humana. Uma aligeirada citação de nomes corrobora o que acabo de afirmar.

Honraram o Tribunal de Justiça do Ceará os desembargadores Juvêncio Joaquim de Santana e Manuel Joaquim de Santana, netos do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz.

Militares, muitos os teve e tem a família. Mencionaria, para exemplificar, o Coronel Antônio Vicente de Macedo, bisneto de Maria Teresa do Espírito Santo, o Coronel Hélio Luna

Alencar, bisneto do Coronel Joaquim Manuel da Cruz, o Coronel Francisco Filgueiras Cruz, neto do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, e o Coronel Dário Grangeiro Cruz, bisneto deste mesmo Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz.

Deputados à Assembléa Legislativa do Ceará, houve-os também: o referido Juvêncio Joaquim de Santana, que foi, inclusive, Secretário do Interior e Justiça, Edson Olegário de Santana e Francisco Erivano Cruz, bisnetos, estes dois, daquele Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz. Ressalte-se que um trineto do Capitão Raimundo Nonato Saraiva, José Saraiva de Macêdo, tomou assento na Assembléa Legislativa do Pará. Esse mesmo Capitão Raimundo Nonato Saraiva era bisavô da Dra. Clisélides Cruz Saraiva, médica, esposa do deputado federal Hildo Furtado Leite.

Nas letras, poderiam ser referidos alguns nomes, como Dr. Antônio Raimundo da Cruz, mais conhecido por Dr. Cruz, conceituado clínico, vasta cultura, autor de diversos trabalhos, neto do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, e falecido no Rio de Janeiro, onde residia. Deoclécio Leite de Macedo, historiador, residente no Rio, bisneto de João Manuel da Cruz; Dimas Macedo, poeta e crítico literário, além de pesquisador no campo da História, trineto de Joaquina Maria Saraiva da Cruz; Joaryvar Macedo, membro titular da Academia Cearense de Letras, bisneto dessa mesma Joaquina Maria Saraiva da Cruz.

Sacerdotes, a família Saraiva da Cruz também os deu: Pe. José Gonçalves Landim, ex-vigário de Iguatu e, atualmente, vigário cooperador em Aurora, sua terra natal, sendo bisneto de João Manuel da Cruz (Joca da Gameleira); Cônego José Edmilson de Macedo, membro do Cabido da Sé de São Salvador da Bahia e vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Brotas na capital baiana, trineto de Joaquina Maria Saraiva da Cruz; D. Hilário Leite de Macedo, monge beneditino, e Pe. Juarez Macedo, salesiano, o primeiro, bisneto, e o segundo, trineto de João Manuel da Cruz, o referido Joca da Gameleira.

Concluo esta superficial relação, apresentada a título de exemplo, destacando que três Saraivas da Cruz, embora nenhum com o sobrenome Saraiva, partilham do primeiro escalão do atual Governo do Estado, como titulares: Francisco Erivano Cruz na Secretaria para Assuntos Municipais, Joaryvar Macêdo na Pasta da Cultura e Desporto, e Hélio Luna Alencar no Comando da Polícia Militar do Ceará, bisnetos de três irmãos, respectivamente, Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, Joaquina Maria Saraiva da Cruz e Coronel Joaquim Manuel da Cruz, netos do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva.

Ao ensejo desta exposição, talvez não fosse inoportuno salientar a época de maior fastígio da família Saraiva da Cruz, o que se deve sobretudo ao Coronel Antônio Joaquim de Santana, que a ela se integrou, casando-se com uma filha do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, e bisneta, portanto, do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva.

Foi nas primeiras décadas do fluente século que os Saraivas da Cruz, como, de resto, toda a família da Santa Teresa, tiveram sua quadra de maior fastígio social e político. Exatamente naquele tempo, em que andou bem acentuado, por todo o Nordeste, o regime do jugo oligárquico.

Conforme não se ignora, proclamada a República, nos Estados da Federação Brasileira, em face da autonomia constitucional, esse regime foi sobremodo intensificado, mormente no território nordestino, onde cada unidade federada era oligarquizada por mandões, poderosos e prepotentes. Governando o Ceará, então, ao Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli ensejou-se um comando dos mais absolutistas, e aos seus familiares e apaniguados, a oportunidade de desfrutar das melhores e mais elevadas posições a nível estadual.

Nas comunas cearenses, com o irrestrito apoio do Presidente do Estado, os chefes locais tornaram-se senhores absolutos, ao passo que suas famílias eram contempladas com as mais avantajadas benesses. Foi assim que um genro do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz, o citado Cel. Antônio Joaquim de Santana, geralmente conhecido como Coronel

Santana, residente no Sítio Serra do Mato, transformou-se no senhor supremo do município de Missão Velha e num dos mais prestigiosos líderes políticos do Cariri, sobrepujado apenas pela dupla famosa Floro Bartolomeu da Costa — Pe. Cícero Romão Batista.

O Coronel Santana, cujo prestígio e poderio, na região, sobremaneira contribuíram para realçar a família Saraiva da Cruz e os consanguíneos, é um desses personagens que ainda está por ser estudado. E nesta ocasião em que se procura, também, evocar a memória dos que já se foram, não me furto de tracejar algo de sua vida e de sua personalidade, até por questão de justiça.

O Cel. Antônio Joaquim de Santana, um genuíno Terésio, nasceu no sítio Brejão, município de Barbalha, no ano de 1856, e faleceu no de 1941, portanto com oitenta e cinco anos, tendo chegado a ver trinets. Era filho de Juvêncio Joaquim de Santana e Jacinta Maria de Jesus (Iaiá), e casado com Josefa Maria de Jesus (Zefinha), igualmente genuína Terésia, filha do Tenente-Coronel Manuel Saraiva da Cruz (Né da Cruz) e Maria de Jesus Macedo (Marica), e bisneta, por conseguinte, do Patriarca Lourenço Saraiva da Silva.

Um dos expoentes do mandonismo sertanejo, vivendo seu tempo, sua época histórica, e, consoante já foi dito, chefe político dos mais prestigiosos do Cariri, o Coronel Santana inaugurou, no sul do Estado, a quadra das deposições a bala, apeando do poder, ao fragor de cerrado tiroteio, no ano de 1901, o Cel. Antônio Róseo Jamacaru, prefeito e cacique de Missão Velha, onde era cantada, então, esta quadrinha, sobre o evento, e atribuída ao poeta popular Luís Dantas Quezado (Luisinho do Roncador):

Missão Velha está em guerra.

E Barbalha estremeceu

Santana desceu da serra

E Antônio Rosa correu.

Conquistando, assim, o poder, pela força, governou o Coronel Santana o município missãovelhense, de 1901 a 1916, inclusive influenciando, preponderantemente, em toda a vida po-

lítica do Cariri do seu tempo. Tão grande o prestígio dele, que, quando do célebre encontro dos caudilhos sul-cearenses, aos 4 de outubro de 1911, na então Vila de Juazeiro, e que passou à história como o "Pacto dos Coronéis", foi ele escolhido para presidir a reunião, da qual fazia parte o Pe. Cícero Romão Batista, a quem cedeu a presidência.

Homem rústico, porém dotado de senso prático e de larga visão, encaminhou os filhos varões para os estudos. E dos quatro que teve, um apenas não se formou porque não quis. Os outros galgaram excelentes posições na vida: os desembargadores Juvêncio Joaquim de Santana e Manuel Joaquim de Santana, e o engenheiro civil Antônio Santana Júnior. De fato, uma façanha para a época e o meio.

Mas valho-me da oportunidade, em ordem a mais algumas considerações em torno da figura do Coronel Santana, que concorreu grandemente para a projeção da família. Nesse tanto, utilizo umas notas que a seu respeito escreveu o inteligente jornalista José Santana, residente em São Paulo, fazendo-o quase à letra.

Quantos o conheceram guardam do Coronel Santana a lembrança da sua imagem física: alto e esbelto, epiderme clara e rosada, cabelos negros e olhos bem azuis. Na mocidade, deve ter sido um belo homem, um perfeito galã, como hoje se diz. O certo é que a sua liberalidade, a sua reconhecida bravura, ligadas a essa figura apolínea, chegavam a impressionar as mulheres. Era fisicamente impecável, sobretudo quando vestido em sua farda de gala. Teve, entretanto, uma vida tormentosa, vivida de envolta com a política e as lutas armadas que sustentou.

Homem singular, personalidade robusta e marcante, caráter forte e inquebrantável, foi o Coronel Santana um bravo e, simultaneamente, um generoso em excesso. Chegou mesmo a ser um perdulário, a ponto de nunca dar o devido cuidado a seus haveres, seu gado, suas terras, seus bens materiais. Tanto assim que nasceu rico e morreu pobre, na mesma região onde tivera sempre o domínio político. Tudo isso, talvez, porque era um Napoleão frustrado. Nascera com vocação para a

carreira militar, o destino, contudo, encaminhara-o para a vida do campo, para as ocupações agrárias. Disso, porventura, resultava a estafante quizília em que ele permanentemente vivia, e onde se enquadram e se encontram todas as pessoas desajustadas. Às vezes, sem motivo aparente, tornava-se furioso e intolerável. A maioria das vezes, todavia, era compreensível e fraternal, sempre de mãos abertas para oferecer o que tinha aos que necessitavam.

Tradicionalmente católico, para acompanhar a tendência dos seus antepassados, é curioso que o Coronel Santana não frequentava igrejas. Tinha, no entanto, um culto fervoroso para com o santo do seu nome, a quem ele tomara como seu advogado, mentor espiritual e receptáculo de suas mais íntimas confidências. E gostava de ouvir estórias e benditos de Santo Antônio de Pádua, sobretudo desta balada religiosa:

Antônio! Socorro, Antônio!
Neste mesmo continente,
Vai livrar teu pai da morte,
Que vai morrer inocente.

Perspicácia incrível, inteligência viva e poderosa, apesar de sua pouca escolaridade, tinha ele bastante facilidade de expressão, grande intuição política e vasta experiência do meio em que vivia. Em reuniões de amigos, tratava, de uma só vez, de vários assuntos e a todos empolgava com admirável mestria. Nesse afã político, era o Coronel Santana realmente incomparável.

Todavia, esse homem inteligente, forte, poderoso, submetia-se, docilmente, a dois “fracos” insopitáveis: música e mulher. Quantos filhos ilegítimos deixou, talvez nem ele mesmo soubesse. Já no referente à música, não chegou a ser um concertista, mas arranhava as cordas do violão, e dizia: “Não há nada mais belo do que a ressonância da viola, nas mãos de quem sabe tocar!” E na casa-grande da Serra do Mato, acolhia cantadores, para ouvi-los, embevecido, e depois exclamar: “Quando a tristeza bate, não há nada como uma viola bem temperada e um cigarro de fumo das Cabeceiras!”

Era assim o Coronel Santana. Forte, poderoso, um régulo matuto, respeitado, temido, e, ao mesmo tempo, um sentimental, um boêmio que nem a velhice impediu de participar de festas, onde dançava a noite inteira.

Era assim o Coronel Santana. Uma criatura romântica e, ao mesmo tempo, um trabalhador incansável, um homem de vida prática, um político de largo prestígio e um herói de muitas lutas.

Graças a ele, no primeiro quartel deste século, a família viveu, conforme ficou devidamente esclarecido, seus dias de maior fastígio. E foi, principalmente, revivendo a época do seu poderio incontestado, quando o clã tanto cresceu, que alguns dos seus membros, residentes no Rio, em documento endereçado, certa feita, à parentela no Cariri, exararam, entre outras, esta verdade insofismável: "Já tivemos, em tempos passados, mais projeção política e social, no vale do Cariri, posição esta gerada mais pela inteligência da força que pela força da inteligência".

Por esta razão, quis, rememorar lances da vida e da personalidade do Cel. Antônio Joaquim de Santana, o inconfundível Coronel Santana, na oportunidade em que registro alguns informes a respeito de Saraivas do Cariri, sobretudo dos Saraivas da Cruz, aos quais se integrou pelo matrimônio, honrando, como nenhum outro, o nome dessa antiga estirpe sertaneja.

x x x

(Conferência pronunciada na IX Convenção da Família Saraiva Leão, em 7 de setembro de 1984, pelo Acadêmico-Escritor, Joaryvar Macedo, Secretário de Cultura e Desporto do Governo do Ceará.)

A LIÇÃO DE PAPAÍ SARAIVA

Luis Edgar de Andrade

Nunca me esquecerei de um livrinho do escritor Érico Veríssimo que li, deslumbrado, no quintal de minha casa, em Fortaleza, quando tinha nove ou dez anos. O livro — escrito para crianças — se chama “As Aventuras de Tibicuera”. O próprio Érico Veríssimo, no prefácio, resume a história em duas frases: “Aqui estão as Aventuras de Tibicuera contadas por ele mesmo. O herói narra sua espantosa viagem que começa numa taba tupinambá em 1500 e termina numa arranhacéu de Copacabana em 1942.”

Contado assim, o personagem, à primeira vista, parece inverossímil. Por isso mesmo, o autor observa: “Pode parecer fantástico que um homem tenha podido atravessar vivo e rijo mais de quatrocentos anos. Mas estou certo de que, após a leitura do capítulo intitulado “O Segredo do Pajé”, todos vocês aceitarão o fato e, mais, hão de fazer o possível para seguir os conselhos do feiticeiro, a fim de vencer o tempo e a morte.”

Quarenta anos depois que li pela primeira vez “As Aventuras de Tibicuera”, pego na maior curiosidade uma nova edição do livro, datada de 1974, e passo os olhos no que disse o pajé ao indiozinho Tibicuera para explicar o segredo da sobrevivência. Ele falou assim: “Tibicuera morre? O espírito continua: a coragem de Tibicuera, o nome de Tibicuera, a alma de Tibicuera. O filho é a continuação do pai. E teu filho terá outro filho e teu neto também descendentes e teu bisneto será bisavô dum homem que continuará o espírito de Tibicuera e que, portanto, ainda será Tibicuera.”

Relendo, agora, com a emoção de adulto, essa página singela de Érico Veríssimo, fico pensando, por associação de idéias, em meu bisavô que não conheci, Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco, o famoso Doutor Benício, tão lembrado na família e tão citado nestas convenções. Já cego, com catarata nos dois olhos, ele ia tomar banho no rio Putiú, em Baturité, a mão no ombro do neto, João Batista Saraiva Leão, dez anos, órfão de pai — o futuro Doutor Saraiva, o fundador da Faculdade de Medicina em Fortaleza. Enquanto caminhavam, o velho de barba branca, recitava, como o poeta grego Homero, que também era cego, a genealogia da família, até o décimo avô. E, no fim, sabatinava o menino:

— Ana Batista da Costa Coelho, quem era?

— Era minha bisavó — o menino respondia — mulher de Papai Saraiva, o Coronel de Milícias Antônio Saraiva Leão.

— E os pais dela quem eram? — o Doutor Benício insistia — Em que ano ela casou?

Se o menino não respondia certo, a lição recomeçava. Enfurnado na serra de Baturité, entre os retratos amarelados dos parentes já mortos, o velho Doutor Benício, sem saber, fazia igualzinho a Tibicuera, o personagem de Érico Veríssimo, igualzinho a Kunta Kintê, o herói de “Raízes”, a saga de uma família negra americana, escrita por Alex Haley.

Quando criança, esse Alex Haley ouviu muitas vezes a avó contar a história do antepassado africano que, um dia, saiu para cortar o tronco de uma árvore, na floresta perto de sua aldeia, a fim de fazer um tambor, e, de repente, foi agarrado, acorrentado, levado como escravo para a América num navio negreiro. Kunta Kintê era o nome desse antepassado. Ele fez questão de contar à filha como era sua vida na África — único meio que encontrou de não perder a identidade na terra dos homens brancos. E essa história foi transmitida oralmente, de geração em geração, até chegar a Alex Haley. Já adulto, escritor, Haley decidiu reconstituir a história do seu antepassado africano e das gerações que o sucederam.

Quando estive em Saigon, na guerra do Vietnam, em 68, surpreendi-me ao saber que a religião do povo vietnamita não é o budismo propriamente dito, como acontece nos países vizinhos — os países da antiga Indochina — mas pura e simplesmente o culto dos antepassados. Em qualquer casa de família no Vietnam, fosse um casebre ou uma verdadeira mansão, nas cidades e nas aldeias, sempre vi na parede da sala de visita um retrato de velho, o avô ou bisavô do dono da casa, com uma lâmpada votiva acesa embaixo, como se fosse um altar.

A revista francesa *L'Express*, numa recente reportagem de capa sobre a febre da genealogia na França — a reportagem se intitula “Na pista dos ancestrais” — conta que ultimamente as empoeiradas salas de arquivo dos departamentos da França estão sempre cheias de gente nos meses de férias. Não há lugar para sentar. São os genealogistas amadores que se debruçam nos velhos papéis do registro civil, cada um deles ansioso por descobrir as origens de sua família.

Segundo os autores da reportagem, chega a ser engraçado ouvir essa gente falar o jargão dos especialistas: dizer, por exemplo, “Matei minha bisavó” ou então “cheguei afinal aos 512”. Matar a bisavó, na gíria da genealogia profissional, significa encontrar a certidão de óbito com a data precisa em que a velha morreu. Já o número 512 designa a geração em que temos 512 antepassados. Esse número vem a ser a nona potência do algarismo 2. Levando em conta que a geração da gente tem o número 1, os 512 constituem a décima geração (nove mais um). E como em geral são três gerações por século, supõe-se que essa décima geração viveu há mais ou menos trezentos anos.

Vocês hão de perguntar por que, ao mesmo tempo, nos sertões do Nordeste e nas cidades da França, se começa a notar um repentino interesse pela história das famílias. A revista *L'Express*, referindo-se ao caso francês, diz que, no mundo de hoje, as pessoas estão preferindo a realidade à ficção e querem testemunhos verdadeiros.

Numa sociedade culturalmente desenvolvida, o **hobby** da genealogia reflete o conflito entre duas concepções históricas. O ensino tradicional apresenta a história com H maiúsculo, mestra da vida, como uma sequência de atos importantes, praticados pelos grandes homens. Outra corrente acha que a história é feita por nós mesmos, os homens do povo, as massas anônimas.

Quando uma grande família começa a investigar de onde veio, parece que inconscientemente há o desejo de descobrir, na multidão dos antepassados, seus próprios heróis, aquelas personagens que viveram à margem da história oficial, os Papais-Saraivas da vida, os Pais-Joãozinhos do Catolé do Rocha.

Segundo os sociólogos, funciona aí também o fator identidade — aquela identidade que o negro Kunta Kintê, cercado de brancos, queria a todo custo preservar. Com a crescente migração do campo para as capitais, nem todo mundo pode ter a felicidade elementar de viver onde nasceu. Se a gente não sabe para onde vai, já é uma segurança saber de onde se veio.

Nós, os Saraivas Leões do Século XX, temos a sorte de saber de onde viemos, sem fazer força. A árvore genealógica já herdamos prontinha, viçosa e bem regada pelos historiadores que a família teve, de geração em geração. Isso não quer dizer que nossos 512 avós tenham sido melhores ou piores que os dos outros. Eles tinham nossas qualidades e defeitos. Todas as famílias são antigas. Ninguém nasce sem avô, bisavô, tataravô.

Por isso, aqui estamos, esta noite, tantos primos, sob a inspiração do primo Fernando Câmara, nosso patriarca do ano 2000, para homenagear o primo João Ciro Saraiva de Oliveira, escolhido para simbolizar todos aqueles que ajudaram a fazer esta IX Convenção da família.

Como Secretário da Comunicação Social do Governo do Ceará, Ciro Saraiva segue sem dúvida uma das tradições da família: a de participar da vida pública do Estado — uma tradição marcada pelo Doutor Benício que foi deputado pro-

vincial e chegou a presidente da Assembléia Legislativa. Ciro Saraiva é o quarto Saraiva Leão que assume uma Secretaria de Estado, numa lista em que figuram José Aurélio Câmara, Ismaei Pordeus e meu pai, Manuel Antônio de Andrade Furtado. Aliás, desta vez, são dois primos no governo: Ciro Saraiva, Secretário da Comunicação, e Joaryvar Macedo, Secretário da Cultura.

Ciro e eu temos em comum a profissão de jornalista. Em meados dos anos 50, por assim dizer cruzamos na imprensa de Fortaleza. Ele chegava, aos 16 anos, de Quixeramobim — mais precisamente de Sebastião Lacerda, hoje Vicente de Castro — com a experiência precoce do jornalzinho mensal **A Voz de Lacerda** para ser revisor do jornal **O Estado**. E eu, nos meus vinte e poucos, estava de partida para a imprensa do Sul. Naquele tempo, jornalista ganhava pouco, menos ainda do que hoje.

Meu caro Ciro Saraiva, em vez de contar a sua vida, prefiro reproduzir uma historinha exemplar do seu tempo de revisor. Não tendo conseguido lugar na Casa do Estudante, na Aldeota — sempre cheia — foi morar num quartinho alugado na Avenida José Bastos. Época difícil. Muitas vezes passou fome. Saía, noite alta, da Rua Senador Pompeu, onde ficavam as redações, e ia a pé, madrugada adentro, até a José Bastos. Chegava com tanta fome que muitas vezes comeu, à falta doutra coisa, o pão seco que a velha senhora, dona da casa, enfiava nos buracos da parede para evitar a entrada dos ratos. Hoje você certamente ri da explicação que dava para a velha sobre o desaparecimento do pão. Você dizia que os ratos tinham roído tudo...

Espírito pioneiro, homem gregário, Ciro Saraiva foi um dos fundadores da Associação Cearense dos Jornalistas do Interior, promoveu aqui no Crato o Primeiro Congresso de Jornalistas do Interior e organizou recentemente, em Fortaleza, o Primeiro Congresso de Secretários Estaduais de Comunicação. Para ele, comunicação social, como deve ser, é o contrário da propaganda. Segundo Ciro Saraiva, todo governo tem a obrigação de informar e o povo tem o direito de saber o que o governo faz. A crítica, é claro, faz parte desse jogo.

Quero aproveitar a presença do Ciro, do Joaryvar, de Dom Miguel, do Fernando e de tantos primos ilustres para lançar, de passagem, entre duas frases, uma pequena idéia. Uma idéia que vai necessitar o apoio do Governo, da Universidade, do Instituto do Ceará, das Dioceses e da Arquidiocese. Eu penso num plano para se começar a fazer o levantamento genealógico do Nordeste, município por município, microfilmando os assentamentos paroquiais e os livros do registro civil, enquanto é tempo, enquanto essa documentação não se perde. Feita a microfilmagem, poderíamos partir, numa segunda fase, para a utilização das modernas técnicas de computação e processamento. Depois vamos pensar com calma num projeto concreto para apresentar à comunidade.

Meus amigos, se podemos tirar uma lição destes encontros, em nove convenções seguidas, a conclusão mais importante é a fraternidade que deve ligar a família Saraiva Leão às outras famílias do Nordeste, sobretudo as mais pobres.

Eu citaria, outra vez, o exemplo do nosso Coronel de Milícias Antônio Saraiva Leão, o Papai Saraiva, Patriarca do Banabuiú. Dele se conta — quem conta é o Fernando Câmara — que, num ano seco e de nenhuma colheita, a mulher, Dona Ana Batista, certa vez, o advertiu: era preciso retirar os rebanhos da fazenda, para impedir que o povo faminto das redondezas devorasse o gado. Ele respondeu textualmente: “Aninha, o que será do meu povo se vender o meu gado?” Vejam o tom bíblico da frase. E concluiu: “Sabeis o que eu tenho resolvido. Nem mais nem menos do que abster-me de vender um só boi, para que o pobre povo não vá perecer de fome”.

SAUDANDO O PREFEITO MANOEL SALVIANO

Raimundo Saraiva Brito

Convidado pelo estimado primo, o Historiador Fernando Saraiva Câmara, para proferir, em nome da FAMÍLIA SARAIVA LEÃO, discurso de agradecimento a V. Ex.^a, Sr. Prefeito, não hesitamos em lhe adiantar que o faríamos possuído da mais viva e intensa satisfação. É que, em residindo por sete anos no Cariri, convivendo com o povo desta Região, pudemos abeberar-nos da beleza poetizada que estas plagas infundem e contagiar-nos da bondade sem limites que a alma deste povo inspira. Ademais, que missão mais agradável e honrosa o agradecer por se sentir favorecido?... V. Ex.^a, dando vassão à sensibilidade de seu espírito, possuído pelo grande ideal que sempre o comoveu como homem público, que é o de promover, em todos os níveis, o progresso desta grande Cidade e de sua gente, não limitou esforços a nos receber de braços abertos, como a nos dizer a todos, por antecipação, numa conclusão que sentimos de sua hospitalidade: "Venham todos a esta Cidade e podem ficar à vontade". É, certamente, senhoras e senhores, esta sensibilidade, esta hospitalidade, um apanágio do povo caririense e, de modo particular, do povo juazeirense pela vocação cosmopolita de Juazeiro do Norte que atrai, constantemente, gente de todo o País e, até, do estrangeiro, à força imortal da memória de seu Patriarca, Padre Cícero Romão Batista.

Temos, aqui e agora, aos olhos e à ciência dos estimados primos e distintos convidados, o mais concreto exemplo dos atributos e das qualidades anímicas que tão bem marcam e caracterizam a índole deste povo: Juazeiro do Norte, que ora

nos abraça, recebia, há alguns anos, um filho de Várzea Alegre, médico recém-formado, que com o coração cheio da mais ardente esperança e abrasado pela confiança e pela fé inabaláveis, iniciava suas atividades profissionais, servindo com dedicação e amor àqueles que, sem embargos e sem discriminação, lhe deram acolhida e lhe favoreceram um espaço propício ao bom desempenho de seu ministério. Esse médico, reconhecido de todos por seu talento e por seu trabalho, foi nomeado, um dia, Diretor do maior hospital desta Cidade, sem que o fato gerasse entre os seus colegas, filhos de Juazeiro, qualquer ressaibo do menor ressentimento. E, como que para registrar à posteridade o exemplo de hospitalidade que esta comunidade sempre tem dado e retratar às gerações futuras a alma aberta e democrática dos habitantes de Juazeiro, este povo fez, em pouco tempo, daquele médico forasteiro o seu maior representante, elegendo-o Prefeito. Eis aqui, senhoras e senhores, eis aqui o médico, de quem lhes falo, o filho de Várzea Alegre, o ínclito Chefe desta grande e laboriosa comunidade que, agora, não apenas, cuida das dores e dos males físicos deste povo, mas que lhe orienta os destinos sociais e políticos com ardente civismo, batalhando sem tréguas o progresso desta Terra e desta gente.

A par de um reconhecido sentimento de gratidão, tem o Exm.^o Sr. Prefeito revelado, em cada atitude assumida, em cada obra executada, um alto senso administrativo, um fino e requintado gosto pelo belo, pelo bom e duradouro e, sobremaneira, há demonstrado sua grande preocupação em satisfazer plenamente os mais lídimos interesses de seu povo, principalmente, no que tange às suas tradições de religiosidade e às necessidades e carências mais pungentes e imediatas. Assim, é que, simultaneamente a uma obra de beleza e suntuosidade raras, mas também de vital importância ao fomento do turismo nesta Cidade, como é o caso deste Hotel, ou do monumental acesso de Juazeiro que, aliás, serve a turistas, a romeiros e aos próprios filhos da Terra, o Sr. Prefeito cuidou da reforma da Praça Padre Cícero, ponto de encontro dos romeiros que para cá convergem ou imigram, definitivamente, nos 365 dias do ano; e, mais ainda, senhores ouvintes: segundo esta-

mos bem informados, tem estendido ele, outrossim, o ímpeto dinâmico de sua ação progressista aos bairros da periferia, munindo-os de infra-estrutura, como água, luz, calçamento, escolas e postos de saúde, satisfazendo, assim, as exigências e necessidades mínimas de conforto, de progresso, de saúde e de vida espiritual de seu povo.

Que missão nobre e honrosa que a vemos cumprir-se, Sr. Prefeito! Que lição de apreço e de respeito ao povo o senhor não há dado a tantos e tantos edis que, apenas, vegetam ou parasitam os erários públicos, Brasil afora! Continue assim, Sr. Prefeito, pregando por seu exemplo a responsabilidade assumida de compromisso selado com esta comunidade que o escolheu por líder. Esta Cidade, este Município, hão de trepidar de progresso e os seus habitantes, mesmo os componentes das facções que por conveniências político-partidárias não combatem sob sua bandeira, nunca irão esquecer-lo e, um dia, o farão figurar, sem dúvidas, na honrosa galeria de seus filhos mais prediletos.

Tenha, pois, Exm.^o Sr. Prefeito, na forma e na sinceridade do que acabamos de proferir, a manifestação de apreço, de admiração e de reconhecida gratidão por esta calorosa acolhida que V. Ex.^a, em nome do povo de Juazeiro, dispensou bondosamente a todos os que fazem a IX CONVENÇÃO DA FAMÍLIA SARAIVA LEÃO. Que Deus o compense por todos nós. E que as santas e poderosas bênçãos do Padre Cícero, o venerável Patriarca de Juazeiro, desçam copiosas e abundantes sobre V. Excelência, sobre sua excelentíssima família, sobre esta acolhedora Cidade e seu gasalhosos povo.

Muito obrigado.
Prof. Rdo. Saraiva Brito

Discurso de agradecimento ao DD. Prefeito Municipal de Juazeiro do Norte, Dr. Manoel Salviano Sobrinho, proferido no Panorama Hotel, pelo Prof. Rdo. Saraiva Brito, em jantar oferecido por aquele à FAMÍLIA SARAIVA LEÃO, em sua IX CONVENÇÃO, realizada no Cariri, aos 07.09.84.

NA CONVENÇÃO DA FAMÍLIA SARAIVA LEÃO NO CARIRI

Fernando Câmara

Depois do sucesso obtido com a realização de oito Encontros na hinterlândia cearense e até mesmo no vizinho Estado da Paraíba, a Família Saraiva Leão promove a sua IX Convenção no Cariri, a ubérrima região conhecida como celeiro de nosso Estado, berço de notáveis vultos da historiografia cearense e uma das mecas do Nordeste Brasileiro!

Aqui estamos mais uma vez reunidos, enfrentando este mundo de violência e terror, mas dando o nosso testemunho de um verdadeiro espírito de fraternidade cristã, para juntos revivermos a história de nosso clã, homenagearmos o parente que se distinguiu na vida pública cearense e reverenciarmos a memória de saudosos familiares, falecidos depois da última Convenção em Tianguá.

Sentimo-nos felizes e gratificados em promovermos esta Reunião de Família no Centro de Expansão Educacional, gentilmente cedido pelas autoridades diocesanas, as quais, rendemos a nossa homenagem de profunda gratidão, por tão nobre gesto, quando sabemos que outro Encontro de Leigos já estava aqui programado.

Esta cidade encontra-se profundamente ligada à Família Saraiva Leão, que tem aqui uma de suas raízes históricas e também, pela feliz coincidência de haver sido um ilustre conterrâneo nosso, o primeiro Bispo do Crato, que deixou nesta Diocese a mais pura tradição apostólica!

Vigário aqui por muitos anos, antes da Paróquia tornar-se Sede Episcopal, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva jamais esqueceu o nosso Quixeramobim, e nas duas vezes

quando recebeu convites da Santa Sé para ocupar as mitras de Teresina e depois Crato, antes de responder à consulta, foi primeiro ouvir a opinião do vigário de nossa terra natal e responsável pela sua vocação religiosa.

Na primeira oportunidade, Monsenhor Salviano Pinto Brandão, que alguns anos antes havia declinado da mesma honraria, como sucessor do imortal Dom Antônio Macedo Costa, no Sólido Paraense, aconselhou-o a não aceitar o Bispado de Teresina, mas quando o convite foi renovado para a recém-criada Diocese do Crato, o nosso saudoso e santo vigário o obrigou a receber a nova missão, dizendo-o que era manifesta a vontade de Deus.

Hoje, ao nos reunirmos nesta cidade, que teve a felicidade de possuir este grande Pastor, reverenciamos com todo respeito e admiração a sua memória e também de seu ilustre sucessor, Dom Francisco de Assis Pires, conhecido em sua época como "A violeta do Episcopado Brasileiro", tais eram as suas virtudes, e agora felicito o povo do Cariri, que tem na Chefia de sua Igreja a figura dinâmica e abnegada de Dom Vicente de Araújo Matos e de seu benquistado Auxiliar, Dom Newton Holanda Gurgel, ambas presenças por demais honrosas no Episcopado Nacional.

Nesta oportunidade, queremos ressaltar o apoio e a colaboração recebidos dos Prefeitos Walter Peixoto, Manuel Salviano Sobrinho e Idilvan Sobreira, os quais tudo fizeram para que a nossa Convenção obtivesse o êxito desejado por todos nós.

Uma palavra de amizade e gratidão ao nosso boníssimo Secretário de Cultura e Desportos, Acadêmico-Escritor, Joaryvar Macedo, nome querido e respeitado em todo o Cariri, que se deslocou de Fortaleza para vir nos honrar com a sua honrosa presença, acompanhado de sua digníssima esposa, Rosalba Saraiva Macedo.

Logo mais ele está nos brindando com uma de suas magníficas conferências, "OS SARAIVAS DO CARIRI", tema este aguardado com a mais viva ansiedade por todos os presentes.

Outra palavra de reconhecimento ao Instituto Cultural do Cariri, aqui representado pelo seu estimado Presidente, Jornalista-Escritor, J. Lindemberg de Aquino, o qual, juntamente com o Jornalista Antônio Vicelmo nos receberam com tantas gentilezas e atenções quando na viagem preparatória para a realização deste Encontro de Família.

Ao encerrar este pronunciamento quero deixar para cada convencional esta mensagem:

“que todos procurem manter viva em seus corações a fé católica de nossos antepassados, principal característica de nossa família, cuja maior glória foi a de servir a todos que batiam a sua porta, pois desta vida terrena, só levaremos para a eternidade o bem que praticarmos e não os bens que possuímos.”

“UM ATAVISMO PROGRESSISTA”

1 —

José de Alencar Bezerra

Eu considero a cidade de Pio IX no Piauí uma filha de Crato, povoada por cratenses, tem as duas cidades em sua história, muitos vultos que influíram na vida social de ambas. Vi de uns documentos históricos de Crato, que a Itaitera publicou os nomes de José do Monte Furtado, um dos primeiros povoadores de Pio IX, em Crato foi dono do sobrado que pertence hoje ao Dr. Antonio Araripe e também do sítio “Lameiro”.

Inácio Caetano, outro citado nos documentos históricos de Crato, era irmão de Francisca Chavelina de Alencar, a matriarca dos Alencar do Saco da Roça de Pio IX.

O cratense Luís Carlos Saldanha Arrais foi alto comerciante em Pio IX, o major Luís Carlos era generoso e promoveu muita gente.

Thomás Osterno de Alencar, piononense, foi grande líder da Associação Comercial de Crato, e o maior desses vultos o Dr. Antonio de Alencar Araripe prestou relevantes serviços às duas comunas.

Francisco Alencar, piononense, foi comerciante de destaque em Crato onde deixou ilustre família, mas com a BR-20 temos pelo intercâmbio cultural Pio IX-Crato.

Os fazendeiros de Crato que têm fazendas em Pio IX são fatores de extensão rural, levando os piononenses a melhorarem suas técnicas agrícolas, mas com a morte de José Horácio Pequeno, seus herdeiros venderam sua fazenda “Sítios Novos” ao Dr. Ernani Viana, de Fortaleza. Acho que para continuar

intenso o intercâmbio cultural Pio IX-Crato três medidas se fazem necessárias:

- a) Uma linha de ônibus Crato-Parambu, passando por Fronteiras e Pio IX no Piauí;
- b) O osfaltamento do ramal Fronteiras-Covadonga;
- c) Fazendeiros de Crato, situarem fazendas em Covadonga-Pio IX.

2 — “Heli Bezerra, um grande vulto da história de Pio-IX”

Heli, filho do major Joaquim Pereira Bezerra e de Maria Bezerra, nasceu em Pio-IX na primeira década do século XX. Como bom liberal que era morreu na semana da “Programação da República” desse ano de 1984, estudou no seminário de Fortaleza e depois ingressou no comércio em Pio-IX. Em 1935 deixou o comércio para se candidatar a prefeito, foi eleito, tomou posse em 1936 e governou como prefeito eleito em até 1937. Com o golpe do estado novo foi nomeado interventor e governou o município até 1946, conseguiu que os particulares tirassem os topes das calçadas e fizessem pratibandas nas frentes das casas, construiu uma barragem e dois grupos escolares na sede do município, mandou o agrimenssor Bruno Peixoto fazer a planta da cidade, levantou também as coordenadas geográficas, era um homem progressista, foi quem primeiro trouxe para Pio-IX o rádio, seu rádio era colocado em uma sala cheia de cadeiras e quase toda população da cidade ia ouvir os programas. Heli ainda servia a todos um cafezinho, seus livros, suas revistas andavam de mão em mão, viveu para servir sua comunidade.

“CURRÍCULUM VITAE DE HELI BEZERRA”

Com o falecimento de Heli, ocorrido no dia 12 de novembro de 1984, às 23 horas, nossa família perdeu um Varão de Plutarco do seu clã, e a sociedade piononense ficou sem um de seus membros ilustres. Nasceu a 20 de abril de 1906, na cidade de Pio IX-Piauí, filho único (do sexo masculino) do casal Joaquim Pereira Bezerra e de Carolina Bezerra, ambos

já falecidos. Fez o curso primário na Escola Pública dirigida pelo professor Antonio Pereira Bezerra, seu tio Dica como era conhecido.

Terminado o primário, foi estudar no seminário de Fortaleza-CE. Verificando que não tinha vocação para o sacerdócio, deixou o seminário, após o primeiro ano do curso. Era inteligente, comunicativo e sincero.

Ingressou no comércio, como sócio de seu pai, com quem trabalhou cerca de dez anos, depois passou a negociar por conta própria com o mesmo ramo de tecidos e compra de gêneros de exportação, como sejam: algodão e peles de caprinos. Montou uma usina de beneficiamento de algodão e outras fibras têxteis, movida a motor. Sua loja era a de maior sortimento de mercadorias do ramo, vendendo a grosso e a retalho. Em 1934 foi eleito Prefeito Municipal de Pio IX-PI, por eleição direta. Antes de terminar o mandato, houve o golpe militar de 10 de novembro de 1937, sob a presidência de Getúlio Vargas que instituiu o Estado Novo. Ele continuou no exercício da prefeitura por nomeação do então Governador Leônidas Melo, até 1945, quando surgiu outro movimento militar que depôs o Presidente Getúlio Vargas, e implantou novo regime ditatorial no país.

Durante sua gestão como Prefeito construiu uma barragem que banha nossa cidade, conservou e melhorou as estradas carroçáveis que ligam Pio IX às cidades vizinhas de Fronteiras e Monsenhor Hipólito no Piauí, e Tauá e Campos Sales no Estado do Ceará, construiu logo na parte principal da rua o Grupo Escolar Padre Ibiapina. É lamentável que esse prédio que prestou relevantes serviços à comunidade piononense, ao invés de ser conservado como um monumento histórico, tenha sido demolido pelas administrações que lhe sucederam e no seu lugar construíram uma cadeia pública. Diversas escolas foram criadas no povoado de Alagoinha, Marçal, São Bento, Chupeiro e Pau Ferro, reconstruiu a capela de São Miguel, um açude no povoado Pau Ferro. Idêntica reconstrução foi feita no mercado público. Ele nunca se prevaleceu do poder que tinha nas mãos, ao contrário, procurava fazer o bem sem

distinção de cor, política social ou ideológica. Em 1952, no Governo do Coronel Pedro Freitas, foi nomeado Exator Estadual de Pio IX, cargo que exerceu até 1958, quando renunciou em favor de seu primo Ranulpho Bezerra. Com todas estas atividades ainda chegou a ser suplente de Deputado ocupando duas vezes, com capacidade, o seu lugar na Assembléia.

Adquiriu bens imóveis e semoventes situados nos municípios de Pio IX, Jaicós, Monsenhor Hipólito e Ipiranga, que lhe davam o status de rico. Depois da morte de seus pais em 1959, ele deixou o comércio e outras atividades lucrativas, limitando-se a administração de seu patrimônio que julgava suficiente para sua manutenção.

Atualmente ocupava seu tempo numa farmácia (muitos iam a ele cheios de confiança) em busca de consultas. E ele tinha sempre palavras de otimismo que confortavam seus clientes, e fez muito bem ali dentro, nestes seis anos de atividade, que lhe servia de derivativo para o seu espírito sempre voltado para o bem e para as grandezas da outra vida. Era católico bem formado, encarava com naturalidade a outra vida e parece que estava mesmo preparado para retornar à casa do pai, pois quando se falava que ia ficar bom, ele mesmo acrescentava: "não me apavora enfrentar a eternidade, pois deste mundo já desfrutei todos os saldos, só me cabe o resgate a Deus por tudo e aceitar o fato que não vai me causar estranheza, pois já estou preparado". E com dois dias desta exclamação assistimos sua morte (calma), ele rezava o tempo todo, com um semblante iluminado pela graça, pois não fez nenhum gesto, apenas fitava o crucifixo rezando. O que nos deu um exemplo de fé e de consolação foi que notamos que ele foi mesmo um homem honesto bom e virtuoso até na morte.

ACHEGAS À OBRA DE CÂMARA CASCUDO

Maria Elvira de Macedo Soares

Muito se tem escrito e falado sobre o escritor, folclorista e professor Luís da Câmara Cascudo.

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 30 de dezembro 1898, filho do jornalista Francisco Cascudo, iniciou-se no jornalismo em 1918 no jornal de seu pai "A Imprensa" de Natal. Fez o 4.º ano de Medicina, formou-se em Direito em 1928, e finalmente, dedicou-se ao ensino e ao estudo de tradições populares.

De uma inteligência magnífica, pesquisador nato, versátil, profundamente independente, sensível, curioso, Câmara Cascudo nasceu com todas as qualidades e elementos para vir a ser o que é hoje, o maior folclorista brasileiro, considerado entre os grandes do mundo, a glória de sua terra, o Rio Grande do Norte, como do Brasil, nacional e internacionalmente conhecido.

A obra do Professor, como ele prefere ser chamado, se caracteriza pela seriedade e profundidade de seus conhecimentos, onde cada livro terminado, deixa saudades e vontade de relê-lo, pela graça, alegria, sensibilidade nos detalhes onde uma frase resume uma situação, ilumina uma explicação.

Câmara Cascudo, esmiuça, explica, compõe. O que impressiona na sua obra, é também, sem perder a qualidade, a sua diversidade.

Câmara Cascudo muda de assunto com uma facilidade espantosa. Ora um romance, ora cartas, um dicionário, mexe com a história e conta estórias.

Tanto quanto numa obra de fôlego, como num pequeno cartão de visitas, o seu estilo é impecável, aula de bem ler, bem aprender.

A obra de um escritor não se separa do autor, de sua personalidade, sua vida íntima, sua época: ela reflete, mesmo inconscientemente suas qualidades e defeitos.

Câmara Cascudo se revela nos seus livros: o estudioso, a inteligência incomparável, o independente que despreza uma convenção se esta é pobre e não tem razão de ser.

Tranquilamente, no seu livro "Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil", encara Dante, frente a frente, como o era de fato: um ser humano, sensível à sua época, com defeitos, mas cujo temperamento e gênio davam-lhe o direito de tê-los.

Tira-nos a distância: somos transportados para os séculos XIII e XIV. Ele nos leva a viver o dia-a-dia dos costumes, da linguagem e do pensamento de Dante. Deixa este, de ser um mito, um símbolo nebuloso. Dá-lhe vida, e acabamos achando natural e simples a "Divina Comédia"...

O grande folclorista não fez apenas neste livro a pesquisa sobre o folclore dos séculos 13 e 14, em comparação com o nosso atualíssimo.

Fez mais: com esta semelhança de superstições e crenças populares, nos mostra que o homem não muda. Dante, gênio medieval, já trazendo a Renascença no seu Paraíso, é o mesmo homem que fala sobre pôr a língua de fora, fazer figa, acreditar na sereia; gênio irascível, vingativo, humano e injusto, deixando-se levar pelos seus amores e ódios, descarregando seus sentimentos, emoções, medos na sua obra imortal: a Divina Comédia.

O livro de Câmara Cascudo "Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil", é mais do que o estudo do homem eterno versus o homem de hoje. É um livro riquíssimo da História medieval e renascentista.

Abrange a linguagem, a literatura, de diversos países da Europa, a influência da escrita. Vejamos a página 14: "A universidade da língua latina, falada e lida da Inglaterra à Fin-

lândia, da Escandinávia ao Adriático desintegrava-se no exercício de idiomas novos, tornados vastos e consagrados pela escrita. Na Espanha e Portugal, poetava-se em galego e na Catalunha em provençal, este tão corriqueiro, que, um momento, supôs-se origem das falas neo-latinas”.

Chama o autor a atenção sobre o teatro ponto de encontro da nobreza e do povo, vibrando com os mesmos sentimentos, as mesmas emoções.

“Três homens (págs. 23 e 24) traduziram a Divina Comédia em português: o doutor Francisco Bonifácio de Abreu, barão da Vila da Barra, nascido em 29.11.1819, falecido em 30.7.1887, Araripe Júnior (1848-1911) e José Pedro Xavier Pinheiro (12.10.1822), falecido em 20.10.1882.”

Em 1967, sétimo centenário do Poeta, o escritor paulista, Hernani Donato, publicou sua versão da Divina Comédia (pág. 27) em prosa. Editora Cultrix, S. Paulo. Já a primeira edição é de abril 1472, Ludovico Dolce, imp. Giolito Tligno, e o título aparece inicialmente na edição veneziana de 1555.

E o livro do professor continua encantando o leitor: a descrição do fogo do inferno, a idéia generalizada do suplício do caldeirão onde se cozinham seres vivos que até hoje aparecem nos livros infantis onde canibais preparam o almoço com missionários ou presos apavorados. Mau costume dos índios...

O Purgatório, alivia um pouco a tensão que nos inspira o inferno, cujo sofrimento maior é a ausência de Deus...

O jogo da Zara, jogado com três dados; antes de jogá-los era preciso dizer o número que saíria.

A língua estirada com significado insultuoso, igual à má-criação dos moleques de hoje.

O interessante é que todos estes hábitos, crenças, costumes, são descritos com uma “verve” incrível, em estórias anedotárias, sem o esquecimento da época, dos personagens; estórias tão vivas que nos levam num tapete mágico a participar in loco delas.

Mas mesmo distraíndo, encantando o leitor, Câmara Cascudo não perde o fio da narrativa sobre a Divina Comédia de Dante.

Trechos do Inferno e do Purgatório em poesia, o encontro do poeta com o amigo cantor Casela, e seu pedido para que cante para consolá-lo de sua morte. Casela então entoava a canção:

“Amor, che nella mente mi ragiona”. Longo poema de 90 versos.

Cacciaguida, trisavô de Dante, “falando” no Paraíso (XVI, 42), lembra “Il vostro annual gioco” que era uma corrida de cavalos em Florença, no dia de seu padroeiro, São João Batista.

Continuando (pág. 105): “Chegados à ilha do Purgatório, Virgílio e Dante encontram Porcius-Catão, o Catão de Útica, impressionante de gravidade mistério, lenta compostura e majestade indizível.”

Já Câmara Cascudo chamara a atenção sobre a condenação tanto da Igreja quanto dos costumes para os suicidas. No entanto, diz o Professor, por respeito e admiração, Dante coloca-o no Purgatório onde “ilumina-o a luz de quatro estrelas num halo de santidade” (pág. 105).

A areia jogada por Virgílio em Cérbero que o enfrentou na entrada do 3.º círculo, foi, segundo Câmara Cascudo, uma reminiscência da própria infância de Dante Alighieri no gesto comum a todos os garotos, que amedrontados, atiram areia ou pedra aos cães dos quais têm medo.

Continua Câmara Cascudo na sua crítica da Divina Comédia, pesquisando, escarafunchando, encontrando verdadeiras pérolas como neste capítulo (pág. 164): Searmiglione, que quer dizer mal penteado, é um dos demônios do canto XXI, de ação viva no inferno, armado de croques, fisingando os danados sem piedade. Surpresa é ter Dante Alighieri, depois de denominar os demônios com apelidos truculentos, especificamente pejorativos, dado a um dos mais ferozes, o nome de mal penteado como constituindo expressão típica de maldade ou de loucura sádica.

Explica então, o Professor, o significado da expressão: cabelo desfeito, revoltado, é sinal de desordem mental. Cabelo penteado é protocolarmente retidão, aprumo, regularidade.

Sintoma de revolta, afirmação de independência, luta contra as convenções que o digam a mocidade da fase dos cabeludos influenciada pelos Beatles...

Lição de história admirável é o capítulo sobre as sereias. O Professor aproveita a descrição de uma sereia para nos dar uma verdadeira aula sobre a importância das sereias na Antiguidade. Ulisses, Orfeu, Ovídio, Horácio, Virgílio... Plínio, na sua História Natural e quantos mais... Sob o estilo minucioso, leve, as lendas vão se multiplicando aos nossos olhos, e termina: "A informação Dantesca é preciosa para demonstrar que, nos séculos XIII, e XIV, na Itália, na concepção normal coletiva, a sereia já seria como a compreende, deseja e teme o homem do povo brasileiro." Dante com o seu temperamento tempestuoso, ativo, independente, é curiosa a sua atitude em relação aos frades franciscanos. Nascido 39 anos depois da morte de S. Francisco de Assis, o Poeta, não somente foi hóspede dos Franciscanos, como depois do falecimento de Beatriz, fez questão de sepultar-se com o hábito Franciscano em Ravena. Para sua vida tumultuosa, a paz, a serenidade e gentileza dos franciscanos lhe trouxe com certeza a paz tão almejada.

Segue Cascudo no seu livro completo e espetacular, onde a cultura Cascudeana nos traz verdadeiras jóias do saber: "bater no peito": Dante à porta do Purgatório, clama misericórdia e bate três vezes no peito; sobre a celeste borboleta, que na China é anúncio de morte, alma humana entre os gregos, a psiqué, alma, espírito, e também borboleta.

As de cores suaves, são mensageiras de felicidade, as de cores escuras, aviso de desgraça, lutos. A citação de Dante se refere à psiqué sutil, imponderável, fora da matéria.

Abre-se o capítulo da pág. 209, com a "bela dona Matilde, abraçando a cabeça de Dante e o mergulhando no rio Letes cuja água extinguiu no homem a memória".

Comenta o Professor, que o abraço na cabeça, passar a mão sobre a cabeça, além de um gesto de ternura é também o gesto do perdão, da misericórdia. Vêm em seguida o "Honesto Bonturo", onde a ironia de Dante atira na 5.º fossa do 8.º círculo, o funcionário fraudulento e cúvido.

Não se esquece Dante de Vanni Fucci, ladrão sacrílego que no inferno **faz figa** e insulta a Deus.

Segundo Câmara Cascudo, este gesto foi trazido pelo colonizador Castelhana e Português.

Capocchio, falsificador, transformado no inferno num macaco sofredor, coberto de pústulas, o imitador por exce-lência do homem.

No lago de pez onde doze demônios exercem vigilância aterradora, fisingando os danados com imensos croques, Ciampolo, o condenado avisa aos companheiros que fiquem debaixo do pez, para enganar o demônio; quando este se distrai com um assovio, um condenado avisa ao outro que não há perigo à vista.

O Professor lembra com razão o humilde assovio, “como tem na realidade valor de comunicação, rápido, simples, intuitivo.”

Como uma máxima afronta, Dante escreve sobre a cloaca de fezes repugnantes onde condenados são supliciados (inferno, XVIII, 112-114-115-117) Câmara Cascudo lembra a reputação enlameada, a honra enlameada.

Segundo pesquisa do Professor os nomes dos demônios eram populares na Itália no século XIII. Daí, Malacoda (cauda má), e quantos outros, que vivem, torturam, torturados eles mesmos, na Divina Comédia.

Dante não esquece os colocados à direita e à esquerda. À direita, os benditos do Padre Eterno e à esquerda, os malditos.

“Rubicante, o demônio vermelho, é o barba de cão, no Brasil. Cão é o diabo. Já a idéia da barba ruiva num homem é sinal de que não seja uma pessoa de bem, símbolo de mau gênio, mau caráter.

Cascudo se deixa penetrar de tal maneira pelo espírito de Dante que parece um diálogo entre dois gigantes. Onde começa um e acaba o outro? Não volte para trás é a recomendação do anjo para Dante. Cascudo sempre foi para frente. Pesquisando, ilustrando, comparando, enriquecendo nossa cultura e vocabulário. Atravessou as chamas do cansaço, dos muitos desânimos, de tardes mornas e longas quando os ouvi-

dos lhe negavam o som e seus olhos pouco a pouco se apagavam. Se não fosse a companheira fiel, esposa dedicada, atenta e compreensiva, estas chamas frias seriam piores que o inferno de Dante. Mas com a mão na mão da companheira, Câmara Cascudo passou pelo mundo de Dante, incólume.

ONZE ANOS COM SÍLVIO JÚLIO

Francisco de Vasconcellos

O escritor potiguar Veríssimo de Melo, em artigo publicado no jornal "A República", da cidade de Natal, em 14 de outubro do corrente, sob o título "Saudades de Sílvio Júlio", disse ao encerrar a matéria que eu sou o maior silviojuliófilo do país.

Escoimados os eventuais exageros contidos em arroubos superlativos conforme o caso vertente e tomando-se ao pé da letra a expressão verissimiana, reconheço que, pelo menos nesses últimos onze anos, ninguém foi mais amigo de Sílvio Júlio neste país do que eu. Amigo na total e absoluta acepção da palavra, leal e fraternal, como ele sempre me chamou em suas incontáveis cartas que guardo ciosamente em meu arquivo.

Essa amizade ampla, irrestrita, sobretudo desinteressada, permitiu que o Sílvio Júlio se revelasse a mim em sua inteireza, quer na vida civil, quer na intelectual, ficando a nu o Sílvio Júlio integral, tão diferente daquele que se estereotipou no conceito de observadores distantes, apressados, superficiais.

Nesses onze anos de convivência quase diária, fui o observador atento de seus gestos, atitudes, derramamentos, fobias, amores, desilusões, de sua índole lírica e satírica, de sua graça imprevista entre verberações por vezes ríspidas e bombásticas.

A partir daí, fui o recoletor de sua memória, dos aspectos que marcaram sua longa existência de cidadão, professor, jornalista, tribuno e polígrafo, tornando-me naturalmente seu biógrafo e principalmente intérprete de suas idéias.

Entre muitas provas dessa realidade inelutável, fornecidas pelo próprio Sílvio Júlio, eu citaria apenas uma que está contida na dedicatória que fez a mim, quando em janeiro de 1982 ofertou-me exemplar da quarta edição de seu "Bolivar". Lá está:

"Ao querido e infatigável amigo e colega Francisco de Vasconcellos, um dos raríssimos brasileiros que podem explicar as minhas lutas e idéias. Sílvio Júlio — Petrópolis, 5 de janeiro de 1982".

É pois devidamente credenciado que falarei, procurando ser sintético, desses onze anos com Sílvio Júlio.

XXX

Conheci-o de verdade em agosto de 1973, aqui em Petrópolis, para onde voltara depois de treze anos de ausência, em que vivera no Peru, honrando o Brasil através de suas estu-pendas aulas dadas em inúmeras Universidades de Lima e adjacências.

Antes disso, eu o havia visto poucas vezes em casa de seu filho Robério, por certo em começos da década de cinquenta. Andava pelos doze, treze anos e não me dei conta de tão importante e singular figura.

Mas naquela tarde plúmbea de agosto de 1973 em que, no escritório do Robério fui reapresentado ao mestre, nosso posicionamento era bem diferente. Ele, às portas de seu septuagésimo oitavo aniversário, embora curtido pelos duros combates que enfrentara onde quer que tivesse andado, mais parecia um cinquentão em perfeita forma física e intelectual. Agil, lépido, desembaraçado, impressionava pelo raciocínio vertiginoso, pela memória intacta, pela capacidade extraordinária de absorver os valores contemporâneos, pela força do trabalho mental, pela vontade de seguir produzindo nos seus campos preferidos. Queria rever a obra, já alentada, reorganizá-la segundo os temas enfocados, sem prejuízo dos novos empreendimentos intelectuais. Pretendia ensinar em colégios, universidades, fazer conferências, enfim espalhar seu estu-pendo cabedal Brasil afora, conforme sua tradicional vocação, tantas vezes posta à prova no país e no exterior.

Eu já não era o menino de começos dos anos cinquenta. Há muito labutava intelectualmente, máxime nos intrincados campos do folclore e àquela altura estava empenhado em dar cursos sérios de psico-demologia onde quer que fosse possível fazê-lo.

Nossos interesses e atividades estavam por conseguinte em sintonia e graças ao seu espírito acolhedor e entusiasta dos empreendimentos intelectuais, não ficamos numa convencional apresentação.

Naquela mesma tarde fomos tomar café em seu apartamento, o 504 do prédio 99 da rua Irmãos Dângelo. Conversamos longamente e quando saí noite fechada, ficaram-me pelo menos três convicções preliminares: o espírito doutrinário do Sílvio Júlio; sua hospitalidade e a simplicidade despojada de sua alma. Outros juízos me vieram depois, através da convivência, mas estas averiguações instantâneas, nunca se desvaneceram. Ele morreu convicto de suas idéias, hospitaleiro e simples.

Num país praticamente sem doutrinas, Sílvio Júlio constituiu-se numa personalidade insólita, incompreendida por seus contemporâneos, ávidos do sucesso barato e imediato, de promoções e de vantagens conseguidas sem o mérito da peleja. Por via de sua inabalável crença nos princípios que o norteavam, com os quais não transigia, padeceu como poucos, foi injustiçado e preterido. Deturparam-lhe a conduta reta e sadia, acoimando-o de violento, radical, personalista, dono da verdade.

Mas ele sabia separar o joio do trigo. Em entrevista a mim, disse certa vez:

“Gozei e gozo de fama de violento. É mentira, não sou violento. Uma coisa é lealdade, não ter medo; outra coisa é ser violento, energúmeno. Mas, morrerei de cabeça erguida, de não ter jamais faltado aos princípios cristãos da dignidade.”

O certo é que Sílvio Júlio nunca deu quartel à má fé, ao embuste, à mistificação, à ignorância presunçosa. Contra essas pragas saía de espada em punho a pelejar, fosse quem

fosse o contendor. Não era homem de deixar para lá, conforme a índole brasileira. Passava recibo e dava troco, sempre alicerçado em razões que lhe propiciavam a cultura assombrosa, o inigualável talento de argumentador, a quase infantil boa fé, a fronte erguida de quem jamais se curvou à pecúnia.

“Os eternamente adulões, capachos, escarradeiras, esses vão subindo deputados, senadores, juízes. Vão ficando para trás os que têm coragem de dizer uma verdade, às vezes verdade e meia. Passam por loucos ou por malcriados.”

Foi em razão dessa síntese feita pelo enfocado nestas linhas, que o seu nome foi postergado, que suas idéias e achados foram utilizados indebitamente por intelectuais de meia cuia, que sua obra ficou escondida, que as láureas que lhe cabiam de direito e de fato, lhe foram negadas.

Mariza Lira em trabalhos sobre o folclore nacional, usou e abusou dos ensinamentos de Sílvio Júlio sobre a cultura gaulesa sem dizer uma palavra sobre o autor dos trechos que copiara. Bella Josef não fez por menos, ao discorrer em livro sobre assuntos ibero-americanos. Oscar Tenório, colega de Sílvio Júlio na Academia Carioca de Letras, teve a coragem de repensar o americanismo em artigos publicados num jornal do Rio de Janeiro, sem o concurso das lições do autor de “Bolívar”. Na tradução brasileira da obra de Salcedo-Bastardo que se intitula “Visão e Revisão de Bolívar”, o prefaciador esqueceu de mencionar, ainda que de passagem, o nome do único boliviano, brasileiro, autor de alentado volume sobre o Libertador, que não só foi premiado na Venezuela, como já conta com quatro edições no Brasil, a primeira em 1931 e a última, exatamente no cinquentenário daquele lançamento. E a Academia Brasileira de Letras, sobre ter preterido a candidatura de Sílvio Júlio, como aliás fizera reiteradas vezes com Basílio de Magalhães e outros, negou-lhe o prêmio Machado de Assis de 1975, concedido naquela oportunidade a Herman Lima.

Uma das doutrinas que mais cedo se arraigaram no espírito de Sílvio Júlio, foi incontestavelmente a do americanismo bolivariano, bússola de sua vasta obra de autêntico polígrafo.

Durante 74 anos Sílvio Júlio martelou intransigente, desabrida e desinteressadamente nessa tecla, quer no Brasil, quer em toda a América Espanhola, ora em países onde residiu, ora em outros, onde esteve por algum tempo, quer representando a pátria, quer fazendo conferências ou dando cursos.

Em sua terra foi o apóstolo por excelência do ibero-americanismo. “Nada de ocasião. Programa sério, coerente, estrutural, incessante.”

Em 1910, ainda aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, Sílvio Júlio, precoce em tudo, ensaiou seus primeiros passos nas concepções da solidariedade humana na América Luso-Hispânica. Por essa época deu início à intensa correspondência, que se estendeu do México à Argentina, com Manuel Ugarte, Juan Jose de Soza Reilly, Jose Enrique Rodó, Silvano Mosqueira, Manuel Domínguez, Max Grillo, Blanco Fombona, Carlos Pereyra e outros.

Aquela altura o brasileiro ignorava absolutamente todos esses nomes e os assuntos a que se ligavam, além de desprezar com arrogância os povos da América Espanhola.

Aos quinze, desesseis anos, portanto, começou o apostolado de Sílvio Júlio. Ele teve de imediato que usar todo o seu esforço para não só enfrentar a má vontade de seus patrícios em relação ao resto da América, mas também para semear as idéias do congraçamento dos povos do continente, ligados pelas tradições ibéricas, a partir do mútuo conhecimento, segundo o ponto de vista de Bolívar.

É o próprio Sílvio Júlio quem conta:

“Ninguém no Brasil conhecia patavina de Andres Bello, Rufino Jose Cuervo, Jose Joaquim de Olmedo, Juan Zorilla de San Martin, Ruben Dario.

Quando aqui ninguém absolutamente sabia pronunciar os nomes de Bolívar, San Martin e Sucre — diziam os brasileiros à francesa, Bolívar, San Martín e Súcre — já eu lhes conhecia os feitos e analisava a documentação relativa à independência duríssima, grandiosa, magnífica, épica que conquistaram em Chacabuco, Maipu, Bomboná, Carabobo,

Boyacá, Junin, Ayacucho, não mediante combinações e tramóias domésticas, para escravizar e não libertar nações.”

Em 1914, quando Sílvio Júlio saiu do Colégio Militar do Rio de Janeiro, concluindo brilhantemente seu curso, fê-lo, deixando nas páginas de “A Aspiração” as marcas irretorquíveis de suas preocupações com os assuntos ibero-americanos.

Ingressando logo em seguida na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, Sílvio Júlio aí encontrou “A Época”, dirigida por Duque Costa e Cláudio Ganns. Neste periódico também colaborou nos anos de 1914, 1915 e 1916, sempre martelando a mesma tecla — a do ibero-americanismo bolivariano.

Ele mesmo dizia que se alguém encontrasse ainda os números daquela revista acadêmica, ali tomaria conhecimento “da visita de D. Quixote ao Brasil, com o pseudônimo de Sílvio Júlio. Sozinho, único, insulado, pelejava contra moinhos de vento e pataus, bravo, sempre certo do futuro triunfo.”

Os anos vinte representaram para Sílvio Júlio o tempo da afirmação definitiva no campo em que se propusera trabalhar. A partir daí, ninguém decente e justo poderia dissociar o seu nome da causa do ibero-americanismo bolivariano, corporificada em grossos volumes de erudição, de doutrina lastreada por sólidos conhecimentos históricos e filosóficos.

Estudos Hispano-americanos, em 1924, **Apostolicamente**, em 1926, **Ideais e Combates**, em 1927, **História e Localismo e Páginas Ibero-americanas**, em 1928, são exemplos de seu incessante labor que não excluem sua permanente atividade na imprensa carioca e suas magníficas aulas no Rio de Janeiro e em Niterói, onde pregava, muita vez, em terreno sáfaro e impermeável.

Sem construir trampolins ou igrejas para galgar postos mundanos, ou para auto-promoção, fundou ainda na década de vinte, no Rio de Janeiro, a Casa de Cervantes, com o auxílio da colônia espanhola.

Ali franciscanamente pregou suas doutrinas, divulgou a cultura hispânica e hispano-americana, promoveu palestras e conferências. Por razões alheias à sua vontade, um dia a casa deixou de existir, mas sobre ter cumprido sua finalidade, con-

tribuiu para a maior projeção da figura de seu fundador, que saiu daquele empreendimento de mãos limpas, sem qualquer vantagem pessoal, que não o lançamento de "Apostolicamente", ainda patrocinado pela colônia espanhola.

A década de trinta começaria para Sílvio Júlio com pleno êxito. Logo em 1931 veio a lume "Cérebro e Coração de Bolívar", trabalho suculento sobre o Libertador que a Venezuela premiou com toda justiça. Essa obra básica e única no Brasil, foi reeditada em 1942 por Vieira de Melo, em 1957 pela Livraria Progresso Editora, de Salvador, Bahia e em 1981 pela Gráfica Continente Editorial Ltda., do Rio de Janeiro.

Bastavam esses lançamentos para que Sílvio Júlio se consagrasse no Brasil, mesmo contra a vontade de ciumentos detratores e falsos colaboradores, como o maior de nossos americanistas, pelo vigor de seus argumentos, pelo volume de sua obra e pela unidade e coerência de suas doutrinas.

Mas ele ainda faria muito mais. Já catedrático interino da Universidade do Brasil, depois efetivado em brilhante concurso de títulos e provas, deu em 1942 a edição de **Escritores de Colômbia e Venezuela**. Seguiram-se-lhe: **Escritores Antilhanos**, em 1944, **História, Literatura e Folclore da América Espanhola**, em 1945, **Rodó e o Cinquentenário de seu livro Ariel**, em 1954, **Artigas**, em 1960, **Ensaio sobre história dos povos americanos**, em 1961, **Nótulas de Literatura Espanhola para Brasileiros**, em 1962, **Folclore e Dialectologia do Brasil e Hispano-américa**, em 1974, **Aproximações Folclóricas em Português e Espanhol**, em 1975, **O'Higgins e San Martín**, em 1980, **Achegas Peruanas**, em 1983. E muita coisa ficou inédita para ser enfeixada em livros póstumos. Nos manuscritos, hoje guardados por Robério Albuquerque Lima, filho mais velho do mestre, a velha chama doutrinária de 1910, a mesma coerência comportamental, o mesmo espírito bolivariano.

Por causa dessa inigualável folha de serviços prestados à causa do Libertador nestas terras de Santa Cruz, qual seja a integração da comunidade ibero-americana através do mútuo conhecimento, Sílvio Júlio, pela vontade de uns poucos amigos sinceros, viu-se candidato ao Prêmio Internacional Simon

Bolívar de 1983, instituído pela UNESCO, para comemorar os duzentos anos do nascimento do grande vulto das Américas.

Ainda que existisse alguém que se ombreasse a Sílvio Júlio nessa disputa, mesmo assim ele sempre levaria vantagem: o fato de ser brasileiro, de ter escrito em português para o Brasil e para os países de fala portuguesa, de haver pregado num quase deserto, plantando duro para colheitas tardias e duvidosas, de ter pretendido sacudir um país eternamente em letargia e secularmente de pé atrás em relação ao mundo hispânico da América, de haver montado sua estupenda obra, muita vez longe do palco dos grandes acontecimentos que consagraram Bolívar, Sucre e San Martín e dos extraordinários arquivos de Bogotá, Quito, Caracas e Lima, bastavam para credenciá-lo entre seus eventuais contendores de outras plagas.

Quem como eu traçou o perfil psicológico de Sílvio Júlio e tomou conhecimento pela convivência, de sua vida de renúncia, de sacrifício, de aperto, de incompreensão, de dissabores, de duras pelejas na defesa de suas idéias e princípios, acaba convencido de que o autor de *Apostolicamente*, foi um misto de Quixote e de Bolívar. E se considerarmos que o Libertador tinha muito do cavaleiro "de la Mancha", não seria difícil deduzir, que, guardadas as proporções, Sílvio Júlio foi o Bolívar brasileiro neste século.

Intransigente no campo doutrinário, pugnacíssimo como o qualificara Coelho Neto, simples, sensível e bom, desprendido e despojado, até donjuanesco, Sílvio Júlio foi um Bolívar sem Carabobo e Bomboná, enquanto este se identifica com aquele em *Apostolicamente*, Estudos Hispano-americanos, Escritores Antilhanos, Folclore e Dialectologia do Brasil e Hispano-americana.

Os dois vultos, apenas distantes *ratione loci* a *ratione temporis*, como que aderiram um ao outro pela similitude de caráter e de atitudes.

Ambos nesses duzentos anos empenharam suas vidas na batalha pela total e irrestrita independência ibero-americana,

a partir do mútuo conhecimento, da mútua compreensão de seus povos. Missão de paz e de concórdia, missão filosófica, científica, literária, artística, tão duramente castigada pela avidez alienígena, pelos sórdidos processos de desestabilização promovidos por mãos estranhas à intimidade americana, pela vaidade dos políticos, pelo jacobinismo ideológico, pela xenofobia dos ignorantes. Apostolado que o mundo em parte já consagrou, alçando Bolívar ao panteão dos maiores vultos do universo, consagração que por certo se completará na entronização do apóstolo Sílvio Júlio.

Afinal o prêmio Bolívar não saiu para qualquer dos postulantes. A Venezuela, num belo gesto, propôs e recebeu apoio unânime que a láurea fosse concedida ao Rei da Espanha, numa cavalheiresca retribuição ao talento civilizador da terra de Cervantes.

Essa índole doutrinária de Sílvio Júlio, se estava presente na sua vida intelectual, também norteava atos de sua existência como cidadão.

Para ele, marmanjo tinha que trabalhar e por conseguinte não deveria fazer jus a heranças, a dinheiros e bens recebidos de mão beijada. Assim pensava e assim agia. Homem pobre, sem casa própria e sem tostão amealhado, pois no seu conceito viver era mais importante, quando se lhe apresentou a oportunidade de herdar algo, desistiu absolutamente de seus direitos em benefício de uma de suas filhas. Aconteceu em 1964. Sílvio Júlio vivia então no Peru, por certo a melhor fase de sua jornada terrena. Súbito uma notícia aterradora. A 2 de outubro daquele ano, a caçula de seu primeiro casamento, o marido e três filhos desapareciam em pavoroso desastre rodoviário entre Rio e São Paulo. Passado o choque, veio o mestre ao Brasil para visitar o túmulo da filha, do genro e dos netos e resolver os problemas relativos ao inventário. Sem pestanejar, assinou a escritura de renúncia do quinhão que lhe caberia, retornando aos seus inúmeros afazeres limenses.

Entre 1960 e 1973, Sílvio Júlio morou em Lima, no Peru, onde foi catedrático honorário em várias universidades peruanas. Foram anos de ouro para ele. Prestigiado pelos meios ofi-

ciais, querido pelos colegas e alunos, carinhosamente acolhido pela família de sua mulher, a chilena Lastenia, doce companheira na sua maturidade, Sílvio Júlio encontrava então uma espécie de nirvana, que a vida lhe negara anteriormente e que lhe seria cassado em definitivo, depois da catástrofe provocada em sua vida pelo retorno forçado ao Brasil e pela morte de sua idolatrada Lastenia em 8 de agosto de 1974.

E essa volta compulsória à pátria que lhe desmantelaria o paraíso limense com endereço em Petit Thouars 4136, deveu-se a mais uma faceta de seu espírito doutrinário.

A revolução peruana de 1968, guindou ao poder Juan Velasco Alvarado que empreendeu um processo de comunização do país. Ora, Sílvio Júlio, medularmente anticomunista, por doutrina, jamais se calou ante os desmandos do regime que se implantava na terra de Santos Chocano. Pregava abertamente contra o totalitarismo de esquerda de Alvarado. Peitava alunos em salas de aula, covardes inocentes úteis a serviço da horda vermelha. A reação do governo não tardou. Sílvio Júlio sobre ter perdido grande parte de seus vencimentos nas universidades onde lecionava, foi convidado a deixar o país que anos antes o condecorara com a Ordem do Sol, a mais alta condecoração peruana. O pernambucano perdeu seu mundo encantado, mas não abdicou de seus princípios.

Sílvio Júlio, pernambucano de 1895, rebento de família que curtiu perseguições e afrontas em 1817 e 1824, era republicano histórico. E o foi durante toda a vida, levando inúmeros postulados da tradição do regime que no Brasil fora implantado em 1889, a presidir atitudes que tomou ao longo de sua existência. Por ironia do destino, mudando-se em princípios de 1874 do apt.º da Irmãos Dângelo para o de n.º 106 do prédio 330 da Avenida Sete de Setembro, passou a morar a cem metros do antigo palácio de Pedro II em Petrópolis, hoje Museu Imperial.

Nesse endereço viveu seus derradeiros dez anos. Aí sacrificou u'a amizade, para não tergiversar em questões doutrinárias.

O fato ocorreu alguns meses antes de sua morte. Murilo Cardoso Fontes, presidente da Academia Carioca de Letras em dois períodos, pretendia uma terceira eleição e para tanto buscou o apoio dos correligionários. Sílvio Júlio barrou-lhe os passos. Em carta delicada mas veemente, fez ver ao amigo que contrariava seus princípios de republicano a perpetuação de quem quer que fosse à frente de quaisquer instituições, mormente quando se tratavam de cargos preenchíveis através de eleições livres. Cardoso Fontes reelegeu-se mas não contou com o voto do pernambucano, macho, sincero e coerente.

Sílvio Júlio era um homem hospitaleiro na completa acepção do termo. Espírito acolhedor autêntico, natural, espontâneo, sem constrangimentos ou efusões pouco sinceras. Em sua casa não fazia distinções. Por ele, viveria sempre em repúblicas, para ter sempre com quem conversar e a quem transmitir sua fabulosa bagagem cultural. Sua vocação de professor transbordava. Dar aulas gratuitamente era quase uma necessidade fisiológica. Essa sua permanente extroversão fazia com que ele se comunicasse com o primeiro que aparecesse, analfabeto ou letrado. Muita vez eu o encontrei falando de literatura, história ou filosofia com empregados, porteiros de edifícios, engraxates, barbeiros. Sílvio Júlio cansou de arrebatar turistas uruguaios, chilenos, argentinos que encontrava em visita, ao Museu Imperial. Levava-os à sua casa, oferecia-lhes merenda improvisada, sem a menor cerimônia. Ninguém saía de seu apartamento sem tomar ao menos um café. E aos amigos mais chegados fazia intimações para almoço ou lanche.

Era um temperamento nordestino aprimorado na tradicional hospitalidade pampeira.

Por isso sofria no seu exílio petropolitano. Reclamava da falta de sociabilidade dos filhos desta terra, do hermetismo desta urbe. Pensou muitas vezes em abandonar definitivamente estas serras para morar no Ceará, por exemplo, onde estaria no seu **habitat**. Sonho que não concretizou.

Sílvio Júlio foi um homem simples, despojado, imune aos vis interesses do homem comum. Tinha hábitos monásticos. Nunca se deixou empolgar pelo supérfluo. Gostava da frugalidade das casernas.

Filho de militar que jamais viu outro dinheiro que não fosse o soldo, Sílvio Júlio foi menino no subúrbio carioca de Todos os Santos. Acostumara-se à vida austera, dura, chã. Viveu de aulas a cinco mil reis e de colaborações na imprensa pouco rentáveis. Foi cavaleiro andante no pampa sul-rio-grandense dormindo em camas de vento, convivendo com avestruzes e touros bravos. Por via de tudo isso nunca fez pose, jamais deu-se ares de importante, de difícil, de gênio inatingível.

Sensível à necessidade alheia, fazia discretos favores na medida de suas possibilidades. Auxiliava alunos e discípulos sem visar lucro, distribuía livros, emprestava pequenas quantias e até fazia vista grossa a certos desmandos domésticos. Uma ocasião pilhou sua empregada preparando alentada marmitta à sua custa. Perguntou-lhe o que era aquilo. E a criada meio sem jeito explicou:

— É para forrar o estômago do meu marido, pobre coitado motorista de ônibus.

Sílvio Júlio achou uma graça enorme e nem por isso despediu a auxiliar.

Seus prazeres eram poucos. Gostava de se apresentar limpo e bem vestido, porém sem afetação. Em casa não dispensava a gravata. Livros, comprava-os com freqüência e os encapava com o próprio papel em que vinham envolvidos. Apesar de ter doado sua biblioteca de milhares de volumes à Universidade de São Marcos, no Peru, formou uma segunda livraria em Petrópolis em pouco mais de dez anos. Lia de lápis em punho sublinhando os parágrafos de seu interesse e fazendo notas de pé de página. Enquanto comprou o *Jornal do Brasil*, não deixava artigo ou notícia sem a superposição em vermelho de seus comentários em geral satíricos e mordazes. Passava a maior parte do dia escrevendo, ora ensaios suculentos de erudição, ora enormes cartas que cobriam folhas

e folhas de papel almaço. Não fazia margem. Mantinha uma caligrafia uniforme, nítida, sem rabiscos e borrões. Escrevia de um golpe e mesmo que parasse no meio de uma correspondência, retomava horas depois o fio da meada sem qualquer dificuldade.

Nunca deixou de receber quem quer que fosse a qualquer hora do dia. Jamais usou de subterfúgios ou desculpas para frustrar a visita inesperada. Interrompia prazenteiramente qualquer trabalho para vir conversar prendendo o visitante o mais que pudesse.

E se porventura lhe faltava a empregada, sem o menor constrangimento tirava o paletó, arregaçava as mangas e ia lavar xícaras com o mesmo bom humor e perícia com que compunha um soneto.

O mundo exterior não baldava sua criação. Isolava-se dos ruídos, das conversas dos circunstantes. Era como se de repente entrasse numa câmara acústica. Professor durante toda a vida, afastara-se do magistério a partir de 1980. Por ironia do destino, instalara-se ao lado de seu prédio o Colégio Ypiranga com turnos de manhã e à tarde. De seu apartamento ouvia-se a algazarra infernal dos recreios. Ele permanecia impassível, escrevendo sem parar como se nada acontecesse.

Morreu Sílvio Júlio sem bens a inventariar. Seu espólio constituiu-se dos livros de sua derradeira biblioteca, os quais foram distribuídos entre amigos mais chegados e instituições culturais.

O desaparecimento desse espírito ateniense num todo espartano foi uma catástrofe para mim. Convivemos mansa e pacificamente durante onze anos, numa prova de que o leão não era tão bravo como o pintavam. Havia um clima de respeito e de mútuo descontento às eventuais discrepâncias de pontos de vista. Ele não era simpático ao meu trabalho sobre a história petropolitana. Achava o tema pequeno demais para tão intenso labor por mim desenvolvido. Ao contrário eu prosseguia imune às suas observações e nunca deixei de lhe

dedicar um exemplar do que quer que publicasse sobre Petrópolis.

Com ele aprendi enormemente. Considerava-me seu discípulo em inúmeras matérias, mas ele sempre me chamou de colega.

Sua casa era um permanente refúgio, um oásis de sabedoria, de decência, de asseio, nesse mundo cada vez mais burro, materialista e porco.

A grande lição do Sílvio Júlio é a de que o gigantismo intelectual não impõe o pernosticismo, a distância e a soberbia. Aos que se julgarem melhores que os outros um recadinho — o cemitério e a latrina sempre serão os grandes niveladores. Ninguém nesse mundo escapará à horizontalidade da tumba e aos compromissos com o trono latrinário.

Petrópolis, 27 de novembro de 1984

**A BANDEIRA DE
FERNÃO DIAS PAIS
DE IBITURUNA A S. PEDRO DO PARAOPEBA
UMA HIPÓTESE A MAIS**

• Geraldo Guimarães
Do Instituto Histórico e Geográfico
de São João del-Rei

**A BANDEIRA DE FERNÃO DIAS PAIS
DE IBITURUNA A S. PEDRO DO PARAÓPEBA
UMA HIPÓTESE A MAIS**

“...se a margem desconhecida é superior à área conhecida... o mais prudente não é o silêncio, a melhor confissão da ignorância?”

“...como tentar a redação de uma obra diante do perigo nada irreal de vê-la logo abandonada por errada? se não se nota, por certo, obra histórica sem equívocos ou enganos mais ou menos graves, acerca de fatos ou de interpretações, sem confusões e sem erros, não nos aconselharia a prudência um discreto silêncio?”

“A virtude porém levada a ponto de exagero degenera. Se os pesquisadores conservarem o seu silêncio eternamente, a ciência não progredirá pois não haverá troca de informações. Certamente documentos mais importantes são divulgados. Mas há um mundo de conhecimentos que o historiador com o correr do tempo acumulará de tal sorte que, afinal, acaba entendendo de tal maneira do assunto que sua interpretação deve ser publicada, **mesmo com a consciência de ser provisória, mesmo a título de hipótese de trabalho, pois que sempre é uma contribuição positiva para o devido esclarecimento de qualquer dúvida**”. — (grifo nosso)

(João Camilo de Oliveira Torres — “História de Minas Gerais”)

OS SERTÕES DAS MINAS GERAIS ANTES DE FERNÃO DIAS PAIS

Antes eram apenas os indígenas os primitivos senhores do território, em guerras constantes entre as várias tribos, disputando as áreas de caça e pesca mais abundantes e terras mais férteis para suas lavouras.

Várias foram as nações que habitaram o território. Na região do Rio Grande predominavam, na época das bandeiras, os Cataguá, dos quais se originou o primitivo nome da região: SERTÃO DOS CATAGUÁ.

Segundo Diogo de Vasconcelos, no tempo das expedições e das descobertas, os sertões das Minas Gerais era conhecido como dividido em três zonas distintas: Cataguá, Congonhas e Caeté.

A primeira começava na serra da Mantiqueira e terminava na zona das Vertentes, constituída de campos e matas alternadas.

A segunda era constituída da região compreendida entre as vertentes e a serra da Itatiaia, com predominância de campos.

A terceira a partir da Itatiaia era a região das matas.

Quando Fernão Dias Pais, em 1674, partiu com sua bandeira em busca das esmeraldas, os caminhos já eram primariamente conhecidos. Os paulistas já tinham, em diversas oportunidades, transposto a Mantiqueira pelo morro do Lopo e pela garganta do Embaú.

Entre outros, André de Leão penetrou profundamente o território. Nesta bandeira estava o flamengo Glimmer que registrou o roteiro. Seguiu esta expedição pelo vale do Paraíba, atravessou a Mantiqueira no Embaú e foi a regiões duvidosamente localizadas além do rio Grande.

Outros, como Diogo Gonçalo Laço e Francisco Proença, cerca de 1611, e Felix Jaques, 1646, perlustraram o atual sul de Minas.

A META FINAL DA BANDEIRA

A meta final e principal da bandeira de Fernão Dias era encontrar as jazidas das supostas esmeraldas, localizadas por Marcos de Azeredo Coutinho, (na segunda década do século XVII), mais de meio século antes, que, vindo do litoral do Espírito Santo, subindo o rio Doce, penetrou os sertões do atual norte de Minas.

Não seria uma busca às tontas do velho bandeirante. Havia um alvo determinado a ser atingido, já anteriormente balizado por Azeredo Coutinho que já havia estabelecido as coordenadas e registrado as referências.

Existe um documento que vem confirmar esta assertiva:

“...chegão ao porto donde os guia o roteiro que desta viagem e descobrimento deixou Marcos Azeredo marchando por terra encontrando os sinais todos daquelle Itinerario... conforme a graduação que dá o Itinerário a serra das esmeraldas está este rio (São Mateus) na mesma altura, não se entranha no sertão tanto como o rio Doce, mas respeitando sua graduação...”
(1).

Marcos de Azeredo Coutinho deixou detalhado relatório sobre o descoberto, com mapas e coordenadas definidas para o futuro, a quantos procurassem as cobiçadas jazidas.

Diogo de Vasconcelos afirma:

“Foi Marcos de Azeredo quem deixou, do Sertão das Esmeraldas, plantas e alturas definidas com certa clareza e precisão” (2)

O alvo ambicionado por Fernão Dias Pais era pois alcançar, partindo do sul, o mesmo ponto atingido por Azeredo vindo do leste.

E lá chegou!

A EXPEDIÇÃO

Fernão Dias preparou a expedição com riqueza de detalhes e acercou-se de meticulosos cuidados, prevendo uma árdua jornada e demorada permanência nos sertões. Convocou

sertanistas experimentados. Aprestou centenas de índios. Aproveitou víveres, armas e munições.

Como garantia principal para uma jornada segura fez partir, com antecedência, uma vanguarda com a maioria de seus índios, chefiada por Matias Cardoso de Almeida que tinha a missão de avivar as picadas, plantar roças e instalar arraiais para a facilidade futura no trânsito dos caminhos, na ida e vinda dos sertanistas, e pouso durante a estação das chuvas.

A Vila de São Paulo, de onde partiu a bandeira em 21 de julho de 1674, situava-se nas proximidades do paralelo 23 e meridiano 47. Vapabuçu, o alvo da jornada, quase no cruzamento do paralelo 17 com o meridiano 43.

De S. Paulo a expedição seguiu por caminhos já bastante trilhados na época. Rumou pelos vales do Tietê e Paraíba até a bocaina do Embaú, por onde transpôs a Mantiqueira. Rumando para o norte, cruzando os rios da bacia do rio Grande; cabeceiras do Verde, o Baependi, o Ingaí e finalmente o próprio rio Grande, estacionou às margens do rio das Mortes, onde ficou estabelecido o primeiro arraial — Ibituruna.

O CAMINHO GERAL DO SERTÃO OU CAMINHO VELHO

A bandeira de Fernão Dias Pais vindo até Ibituruna, pela rota antes esboçada, possivelmente trilhou os mesmos passos de André de Leão. A partir de Ibituruna, mesmo considerando-se a hipótese de André de Leão por lá ter estado, os itinerários das duas bandeiras não mais têm possibilidade de coincidência.

Enquanto Fernão Dias procurava o rumo nordeste, indo fundar o segundo arraial — São Pedro, às margens do Parapeba, André de Leão, segundo seu roteirista, Glimmer, rumou para noroeste.

O caminho que ligava São Paulo, e também o Rio de Janeiro, aos sertões dos Cataguá ou das Minas Gerais, até os fins do século XVII, era conhecido como Caminho Geral do Sertão.

Posteriormente, nos primeiros anos do século seguinte, com a abertura do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Pais, caminho este vindo do Rio de Janeiro, o primitivo caminho Geral passou a ser conhecido como Caminho Velho.

Na Biblioteca da Ajuda encontra-se um documento da época que diz:

“Das Villas de São Paulo para o rio de São Francisco descobrirão os paulistas antigamente um caminho que chamavão Caminho Geral do Sertão, pelo qual entravão e cortando os vastos dezertos que medeão entre as ditas Villas e o dito Rio nele fizeram varias conquistas de Tapuyas, e passarão a outras para os certões, de diversas jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia, sendo para todos geral o dito caminho...” (3)

No referido Caminho Velho foi, mais tarde, descoberto um atalho que das alturas do Baependi vinha ao Porto Real da Passagem no rio das Mortes.

Sobre o assunto refere-se Diogo de Vasconcelos:

“Descobriu-se, porém, um atalho em muito melhores condições, partindo do Baependy e atravessando o sertão das Carrancas para sair em São João del-Rei”. (4)

Eduardo Canabrava Barreiros escreve:

“Deveu-se isto (aludindo à decadência de Ibituruna) certamente ao fato, no apagar das luzes do século XVII ou princípios do século XVIII, de se desviar o caminho para as minas gerais, o que se deu em local que passaria à história como Encruzilhada, posteriormente denominado Cruzilha, ao norte de Baependy. Foi cordeado a partir dali um atalho que passaria a ser conhecido como caminho real, e que, estendendo-se por Traituba e Carrancas ia dar no Porto Real da Passagem no rio das Mortes.” (5)

CAMINHOS ANTIGOS SOBRE AS TRILHAS INDÍGENAS

Os índios traçaram pelos séculos anteriores as primeiras trilhas utilizadas pelo invasor branco.

Não seria exagero dizer-se que grande parte dos caminhos existentes até hoje foram calcados nas antigas veredas dos primitivos habitantes do território.

Em suas constantes andanças em busca de melhores áreas de caça e pesca e condições mais favoráveis para suas roças, em suas guerras constantes, perseguindo ou sendo perseguido, enfim no seu nomadismo característico, o índio abriu trilhas nas florestas, descobriu passagens nas gargantas das serranias, contornou penhascos, evitou os baixios alagadiços e caminhou de preferência pelas cumeadas dos divisores de água, procurando as terras mais enxutas e com matos menos densos.

O índio se deslocava praticamente sem bagagens, pois suas necessidades eram mínimas e primárias. Seus caminhos eram estreitas trilhas.

O usurpador branco trazia mantimentos, armas, pólvora e chumbo, ferramentas e utensílios transportados em volumes por carregadores.

As trilhas tiveram de ser alargadas a golpes de foice e facão. Mais tarde vieram os animais de carga e o gado para a alimentação e os caminhos tiveram de ser melhorados.

Mário Leite afirma:

Quem gizou os primeiros caminhos na Mantiqueira foram por certo os índios, os cataguás, seus primitivos habitantes mais centrais, os guaianás do lado paulista, os tamóios que foram acometer estes últimos e outras tribus adjacentes. Deviam ser inúmeros estes caminhos, no seu nomadismo de viver, nos seus embates, de tribo para tribo, nas suas sortidas para a caça e pesca.”(6)

Numa pesquisa sobre os mapas constataremos que a maioria das trilhas, dos caminhos, das estradas de rodagem, mesmo de algumas modernas vias asfaltadas, têm sua localização, seu traçado, buscando os espigões divisores de águas. Exeção quando se trata de serem evitadas serranias escarpadas, com bruscos e acentuados desníveis, ocorrendo então preferência pelas encostas. Isto não implica na impossibilidade de certos mas raros caminhos antigos terem grandes extensões de suas rotas beirando cursos de águas, como o Caminho Novo, em longos trechos, margeando o Piabanha e o Paraibuna.

DE IBITURUNA A S. PEDRO DO PARAÓPEBA

Abordamos apenas superficialmente o roteiro da bandeira de Fernão Dias Pais até Ibituruna, por ser esta etapa já bastante discutida e esclarecida por quantos trataram do assunto.

Se o primeiro e os últimos trechos do itinerário foram profusamente debatidos e estudados, com ênfase e maior largueza de detalhes, o referente a Ibituruna-São Pedro sempre ocupou um plano menor. Isto provavelmente decorrente de dois fatores principais: a existência mais farta de documentos e, a partir do Sumidouro, a uma expressiva carga de dramaticidade e mesmo de tragédia no desenrolar dos acontecimentos, somando-se ainda o fator tempo na duração dos fatos.

Verdade é que, por estas razões e outras que nos fogem à percepção, de uma maneira geral a segunda fase da jornada foi sempre abordada com menos força, ou talvez com menos entusiasmo que os encontrados nos demais segmentos do itinerário.

Diogo de Vasconcelos diz apenas:

“Passada a estação das chuvas, em março do ano seguinte, dirigiram-se os bandeirantes em direitura à serra da Borda, e atravessaram a região do campo entrando na do Paraopeba (Pirahypeba, rio do peixe chato) onde fundaram o segundo arraial (Sant’Ana) (7)

Salomão de Vasconcelos referindo-se ao trecho em foco diz:

“Saindo pois do rio das Mortes, seguindo a montante esse rio, galgando depois os serrotes da região, passando nas imediações de Lagoa Dourada e continuando pelo norte, até as proximidades do rio dos Bois, formador do Para ou Pitangui, ganharia o Gambá de Pedra, daí atingiria as nascentes do Camapuã, descendo pela margem esquerda deste até certo ponto, rumando depois mais para a esquerda, atravessando a serra do Camapuã, e detendo-se aí na baixada, onde fundou a feitoria de São Pedro”(8)

Waldemar de Almeida Barbosa endossa a opinião de Salomão de Vasconcelos, em seu último livro — “História de Minas”.

Eduardo Canabrava Barreiros, referindo-se ao tema, diz:

“Agora sim temos diante de nós o primeiro trecho de caminhos puramente conjecturais”.(9)

Após analisar o roteiro de Salomão, Canabrava dá a sua opção:

“Quanto a nossa sugestão... o possível trajeto da bandeira de 1674 correria a partir de Ibituruna, no mesmo itinerário da expedição de 1601, uma vez que por ali se estendia uma **estrada larga e batida**, no dizer do próprio Glimmer. Alongar-se-ia paralela ao ribeirão da Serra, até a atual Passa Tempo, onde defletindo para o nordeste seguiria a bandeira em busca do rio das Velhas. Ultrapassando o rio Pará e, através das elevações das cabeceiras do Macaúbas, correria pela atual Piedade das Gerais, alcançando afinal a famosa segunda feitoria, São Pedro do Paraopeba”.(10)

ROTEIRO DE GLIMMER — A BANDEIRA DE ANDRÉ DE LEÃO

Segundo Glimmer que deixou registrado o roteiro, a bandeira de André de Leão, (1601), partindo de São Paulo, subiu um trecho do Anhembi (Tietê). Saindo deste rio ganhou um afluente do Paraíba, desceu em canoas por este último até as cachoeiras (Cachoeira Paulista) já nas alturas aproximadas da bocaina do Embaú, por onde transpôs a Mantiqueira.

Até aqui tudo muito claro e lógico. É o mesmo itinerário utilizado pela maioria das expedições que penetraram os sertões das minas gerais, vindas de São Paulo.

A partir deste ponto Glimmer registra:

“Três dias depois, chegamos a um rio que deriva do nascente e, atravessando-o, durante quatorze dias, tomamos a direção de Noroeste, através de campos abertos e outeiros despidos de árvores, até outro rio, que era navegável e corria da banda do norte. Atravessamo-lo numas embarcações chamadas jangadas, e, quatro ou cinco léguas mais adiante, topamos outro rio que corria quase do Norte e era navegável. Creio porém que estes três rios, afinal, confluem num só leito e vão desaguar no Paraguai, em razão de que o curso deles é para o Sul ou para o Ocidente”(11)

Canabrava Barreiros comentando este trecho é de opinião de que o que vem do nascente seria o rio Verde e, os outros dois: um que vem do norte e outro que corre quase do norte, são o rio Grande e o rio das Mortes, com a ressalva sobre a distância que separa os dois rios:

“...se reduzirmos as ditas léguas a duas ou duas e meia”(12)

Sendo o primeiro o rio Verde e se a expedição, a partir deste rio, seguiu, como diz Glimmer, para o noroeste, a não ser que posteriormente houvesse uma correção de rumo, o que

não está registrada, convenhamos, André de Leão não encontraria o rio Grande e conseqüentemente o rio das Mortes na posição indicada, na região de Ibituruna.

Acontece ainda que, rumando a bandeira a partir do rio Verde com a rota direcionada para noroeste poderia chegar André de Leão a um ponto do rio Grande com as mesmas características anteriormente registradas, “que vem do norte” e neste caso o terceiro rio — “que corre quase do norte”, seria o Jacaré. Neste caso a distância entre os dois rios se enquadraria no “intervalo de quatro ou cinco léguas”, aproximadamente.

Glimmer continua sua descrição relatando que junto do último rio, o suposto rio das Mortes, encontrou uma aldeia de índios farta de alimentos, onde a bandeira descansou por quase um mês e, reabastecendo-se, pôs-se em marcha para o **NOROESTE**.

“Tendo-nos demorado aqui quase um mez, abastecidos de vitualhas, prosseguimos nossa viagem em rumo de Noroeste e, decorrido um mês, sem encontrar rio algum, chegamos a uma estrada larga e trilhada e dous rios de grandeza diversa, que, correndo do Sul entre as serras de Sabaraosu, rompem para o Norte; e é minha opinião que esses dous rios são as fontes ou cabeceiras do S. Francisco.”(13)

A informação é clara quanto ao rumo. A expedição, mais uma vez, rumou para o noroeste.

Se partindo do rio das Mortes, na região de Ibituruna, certamente toparia com o rio Jacaré antes da “estrada larga e trilhada.”

Na hipótese em que a aldeia indígena, na qual a bandeira reabasteceu-se e descansou por quase um mês, estivesse situada nas margens do rio Jacaré, cerca de quatro ou cinco léguas do rio Grande, (região de Cana Verde) partindo deste ponto, direção noroeste, não encontraria nenhum rio de importância antes de chegar a “dous rios de grandeza diversa, que, correndo do sul...” bem podem caracterizar o São Francisco e um dos seus primeiros formadores.

Seguindo este raciocínio, parece-nos que Glimmer acertou quando disse:

“...é minha opinião que esses dous rios são as fontes ou cabeceiras do S. Francisco.”

Canabrava Barreiros, interpretando Glimmer, após a partida da bandeira da aldeia indígena, considera:

“Possivelmente esta estrada larga e batida seria a rota costumeira dos selvícolas, rota que acompanhava o ribeirão da Serra até suas nascentes orientais, ultrapassando assim as elevações das Vertentes” (14)

Acontece que Glimmer diz que a “estrada larga e trilhada” foi encontrada “decorrido um mez” e sabemos que o ribeirão da Serra (também conhecido como dos Tabuões), deságua no rio das Mortes, cerca de uma légua acima de Ibituruna, e tem suas nascentes ao norte e seu curso norte-sul, tendo a bandeira de André de Leão seguido para noroeste. Logo a hipótese de Canabrava não coincide com as informações de Glimmer.

ROTEIRO DE SALOMÃO DE VASCONCELOS

Canabrava Barreiros comentando a descrição do roteiro da bandeira de Fernão Dias, feita por Salomão de Vasconcelos, do trecho Ibituruna — S. Pedro (anteriormente transcrito na página 7) diz:

“...quase irreconciliável com a realidade geográfica”. (15)

“Trata-se como já foi dito, de itinerário aventado pelo minucioso historiador mineiro mas que, não sabemos a que atribuir o fato — não condiz com as circunstâncias, máxime se o compararmos com o cartograma do próprio autor...” (16)

Em verdade o roteiro descrito por Salomão da bandeira de Fernão Dias de Ibituruna a São Pedro do Paraopeba tem algo de estranho. É um zigzague sem justificativa, um vai-

vêm incompreensível para sertanistas tão experimentados. Seguindo-se esta rota a partir das proximidades de Lagoa Dourada, tem-se a impressão que o agulhão endoideceu e as nuvens cobriram os céus por um longo período.

Analisando o mapa de Salomão deparamos com uma situação diferente e mais condizente com a realidade geográfica. A expedição atravessa o rio das Mortes não mais em Ibituruna mas num ponto, se considerarmos outras referências, situado acima de S. João del-Rei, e daí rumaria para o norte e depois para o noroeste até encontrar a região de S. Pedro do Paraopeba.

Seria esta uma solução razoável digna dos sertanistas do século XVII e do posterior historiador.

ROTEIRO DE CANABRAVA BARREIROS

Com todo o respeito e acatamento que temos pelo insigne historiador, ousamos discordar de sua sugestão referente ao itinerário em estudo e já anteriormente transcrito. (página 7)

Canabrava baseou seu possível roteiro na repetição até certo ponto do itinerário de André de Leão (1601) por Fernão Dias Pais em 1675.

Aceitando-se a possibilidade de André de Leão ter vindo até Ibituruna, a partir daí não se depara nenhuma justificativa no roteiro de Glimmer que abone a mais remota possibilidade de a bandeira de Fernão Dias ter percorrido o mesmo caminho.

A presunção de André de Leão ter atingido as cabeceiras do São Francisco, a afirmação de Glimmer ter a bandeira atingido a "estrada larga e trilhada" depois de um mês de jornada e, principalmente, a direção noroeste seguida justificam plenamente este nosso ponto de vista.

UMA HIPÓTESE A MAIS

Com a devida vênia e o respeito a que fizeram jus tantos quantos se dedicaram ao tema, proporcionando-nos agora condições de abordá-lo com os caminhos alargados e perspec-

tivas mais claras, sem outro intuito além o de oferecer modesto achego para futuras conclusões sobre os primeiros fatos relacionados com a história antiga das minas gerais, trazemos uma nova hipótese sobre o possível roteiro de Fernão Dias Pais, de Ibituruna a São Pedro do Paraopeba.

Após demoradas observações e comparações, sem o mínimo de pretensão de estarmos realizando trabalho definitivo, conscientes da precariedade das conclusões no campo da história, inferimos que **a bandeira das esmeraldas palmilhou terras do antigo Arraial Novo do Rio das Mortes, hoje cidade de São João del-Rei.**

Baseamos nossa proposição em três razões principais:

I) **A tradição do caminho.** A existência de um único caminho ligando São Paulo (e também o Rio de Janeiro) aos sertões das minas gerais, até o fim do século XVII. Caminho este passando pela atual S. João del-Rei. A quase impossibilidade, na época, da existência e usança de outro caminho para as gerais que não o tradicional Caminho Velho.

II) **O atalho aberto no Caminho Velho entre as paragens do Baependi e a hoje São João del-Rei.**

III) **O depoimento escrito de José Alvares de Oliveira** — “História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação de suas vilas”.

A TRADIÇÃO DO CAMINHO

Parte ponderável da história dos primeiros descobertos foi escrita sobre o caminho que, de São Paulo (e também do Rio de Janeiro) pelo vale do Paraíba, bocaina do Embaú, rio Grande, rio das Mortes, rio Paraopeba, seguia se bifurcando para leste e nordeste, procurando Itaverava, de onde se irradiava procurando as primeiras águas do rio Doce e as cabeceiras do rio das Velhas, e, para o norte, rumo ao Sabarábuçu, e mais além, bem ao norte, em direitura das águas da lendária Vapabuçu, onde se escondiam as fabulosas pedras verdes.

Além da movimentação neste caminho, em função da bandeira de Fernão Dias, a partir de 1691, até o final do século os aventureiros vindos das vilas de São Paulo, antes para prear índios, depois em busca do ouro, se revezavam num ir e vir constantes.

Neste ano de 1691 foram José Gomes de Oliveira e Vicente Lopes até Itaverava, tendo em seguida Vicente Lopes voltado a Taubaté buscando reforços necessários ao prosseguimento da expedição.

Em 1692, Antônio Rodrigues Arzão descobre o ouro do rio da Casca.

Em 1694, Bartolomeu Bueno de Siqueira e Miguel Garcia rumaram para Itaverava. Permaneceu o segundo neste lugar plantando roças e explorando a região acabou descobrindo o ouro do Gualaxo.

Enquanto Miguel Garcia percorria o território adjacente à Itaverava, Bueno de Siqueira, com parte da bandeira, segue para o arraial de São Pedro do Paraopeba, voltando até a encruzilhada com o caminho anteriormente percorrido por Fernão Dias.

Em 1695 Miguel Garcia regressa a Taubaté.

Neste mesmo ano chegava a Itaverava a expedição do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça.

Ainda neste ano de 1695, Manoel Garcia de Almeida, irmão de Miguel Garcia, partiu para Taubaté com o ouro encontrado no Gualaxo.

Em 1697, Furtado de Mendonça regressa a Taubaté com o ouro que descobriu no ribeirão de Carmo.

Em 1698 é a hora e vez de Antônio Dias de Oliveira, também oriundo de Taubaté, encontrar o ouro do Tripuí (Ouro Preto).

Em 1699, Garcia Rodrigues Pais, como Guarda-Mor Geral das Minas, de São Paulo transportou-se para as minas gerais para efetuar a repartição das datas.

Em 1700, encerrando o século, o próprio governador Artur da Sá, acompanhado de Borba Gato, o genro de Fernão Dias,

que por muitos anos, após a morte do sogro, tinha permanecido no sertão, em decorrência do assassinato do fidalgo D. Rodrigo Castelo Branco e, neste tempo, feito ricos descobertos, subiu as minas com numerosa comitiva.

Sobre o acontecimento refere-se Diogo de Vasconcelos:

“A expedição pôs-se em marcha em abril de 1700 e foi a mais aparatosa que se tinha visto, graças à certeza de viveres em abundância nos arraiais e roças do caminho e ao conhecimento inteiro destes”.(17)

Nesses últimos dez anos do século, com o alvoroço das descobertas, os caminhos para as minas passaram a ter frequência inusitada. Além das anteriormente relacionadas, dezenas de outras expedições, que a história não registrou, invadiram as estradas em busca do eldorado.

Deve ter sido por esse tempo que Tomé Portes del-Rei, provavelmente ao derredor de 1678, estabeleceu-se com arraial, plantações e criações, à margem esquerda do rio das Mortes no ponto de passagem do Caminho Geral, depois Caminho Velho, posteriormente conhecido como Porto Real da Passagem. Foi este o primeiro núcleo de povoamento da região do rio das Mortes. Nesta passagem, mais tarde, Tomé Portes obteve o direito de cobrança na travessia nas canoas de sua propriedade.

Comentam os historiadores sobre esta corrida ao ouro:

“Retumbava o estrondo dos descobrimentos e o turbilhão migratório embocava nas veredas do Embaú. Aturdiam os espíritos as notícias do Carmo, e os granitos cor de aço giravam de boca em boca”.(18)

“Descobertas as primeiras minas, surgiu o rush, que foi qualquer coisa de impressionante. De todos os pontos do país, de S. Paulo, do Rio, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, assim como de Portugal e das Índias, as massas se deslocavam para o território das Minas que era pintado como o eldorado”.(19)

Como se verifica, desde a vinda de Fernão Dias e, principalmente, na última década do século XVII, o Caminho Geral ou Caminho Velho foi intensamente transitado.

Perguntamos: seriam dois os caminhos a partir do rio das Mortes? Haveria um caminho para o trânsito da bandeira de Fernão Dias Pais e outro para os exploradores que seguiram em busca, antes do gentio, depois do ouro?

As referências históricas não confirmam, nem vagamente sugerem. O bom senso diz: não!

As expedições passavam pelo rio das Mortes, no Porto Real da Passagem. Fato incontestado.

Após a travessia do rio das Mortes, estas expedições percorreram, até certo ponto, a mesma trilha de Fernão Dias. Isto as conclusões e o bom senso confirmam.

Conclui-se que a bandeira das esmeraldas, de Fernão Dias Pais, cruzou o rio das Mortes nas paragens da atual São João del-Rei, certamente no mesmo sítio onde posteriormente se estabeleceu Tomé Portes — o Porto Real da Passagem.

O ATALHO

Sabe-se que no Caminho Velho em época não muito precisa mas com toda a possibilidade situada nos últimos anos do século XVII, no auge das expedições em busca do ouro, foi descoberto e utilizado um atalho entre a região do Baependi e o rio das Mortes, nas alturas da hoje S. João del-Rei.

Sobre este atalho comenta Diogo de Vasconcelos:

“O caminho primitivo dos bandeirantes vinha do Embaú a Ibituruna e daí ao rio das Mortes. Descobriu-se porém um atalho em muito melhores condições partindo do Mbaependi e atravessando a região das Carrancas para sair em São João del-Rei”. (20)

Canabrava Barreiros, justificando o “marasmo a que se entregou” Ibituruna, confirma:

“Deveu-se isto, certamente, ao fato, no apagar das luzes do século XVII, de se desviar o caminho para as minas gerais, o que se deu em local que passaria a história como Encruzilhada, posteriormente denominado Cruzilha, ao norte de Baependi. Foi cor-

deado a partir dali o atalho que passaria a ser conhecido como caminho real, e que, estendendo-se por Traituba e Carrancas, ia dar no Porto Real da Passagem, no rio das Mortes.”(21)

Sobre este atalho assim se manifesta Francisco Tavares de Brito em “Itinerário Geográfico” (1732) com minuciosas referências aos caminhos que de S. Paulo e do Rio de Janeiro levavam às “Minas do Ouro”.

“...7) Maependi — 8) Pedro Paulo — 9) Angai — 10) Taraintuba — 11) Carrancas — 12) Rio Grande — 13) Tijuca — 14) Rio das Mortes Pequeno. Entra-se na Vila de São João del-Rei. Desta Vila se vai para as Minas Gerais... Passa-se em canoa o rio das Mortes logo que se sai da Vila e daí se vai — a) Carandai — b) Catagua...”(22)

Fica claro que o caminho primitivo, do Baependi ia a Ibituruna e deste arraial seguia para o rio das Mortes (Porto Real), prosseguindo depois para as minas gerais. O que vem confirmar a localização posterior de S. João del-Rei na rota do Caminho Geral ou Caminho Velho.

Entende-se por atalho um caminho que encurtando distância entre dois pontos de outro caminho principal, facilita o trânsito. Se o atalho em referência partia do Caminho Velho na Encruzilhada e vinha encontrar o mesmo Caminho Velho na hoje S. João del-Rei, sem dúvida está que S. João del-Rei foi levantada no referido Caminho Velho.

O RELATO DE JOSÉ ALVARES DE OLIVEIRA

Agora o derradeiro e contundente argumento.

José Alvares de Oliveira foi um emboaba que viveu em S. João del-Rei, desde o antigo Arraial Novo até, pelo menos, 1751.

Foi elemento de destaque no primitivo arraial e posterior vila. Na chamada Guerra dos Emboabas, foi combatente, com o posto de capitão comandante de companhia, na defesa da fortificação assediada pelos paulistas em 1709.

Com a elevação do arraial a vila, 1713, foi eleito procurador da câmara, cargo de executivo, mais ou menos correspondendo ao do atual prefeito.

Foi membro da irmandade do Santíssimo Sacramento e ocupou posição de destaque na vila e na Comarca do Rio das Mortes.

Perspicaz, observador, inteligente, portador de uma cultura muito acima da média dos seus contemporâneos, Alvares de Oliveira foi o primeiro historiador a registrar quase meio século dos primeiros tempos da História de São João del-Rei.

A sua "História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e a criação de suas vilas", com a resumida "Notícia Prática ao Padre Diogo Soares", de José Matol, são os documentos básicos para a história são-joanense antiga.

Foi Alvares de Oliveira contemporâneo dos acontecimentos dos fins do século XVII, pois deve ter aportado a esta região na época dos descobrimentos do ouro, cerca de 1704.

Possivelmente conheceu ou mesmo relacionou-se com os remanescentes das primeiras expedições, talvez até mesmo com os integrantes da bandeira de Fernão Dias Pais, dispersada apenas um quarto de século antes, sendo que alguns, como Borba Gato e os de sua tropa, permaneceram nos sertões por muitos anos e outros voltaram em novas expedições, a exemplo de Garcia Rodrigues Pais.

Na introdução do texto de Alvares de Oliveira, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Afonso Taunay comenta:

"Trata-se de um documento de suma importância, oriundo de um comandante de tropa que tomou parte ativa na refrega da guerra civil como oficial superior e aliás, personagem de grande destaque na sua Comarca do Rio das Mortes". (23)

Ao referir-se ao arraial que deu origem a São João del-Rei, assim se expressa José Alvares de Oliveira:

“Este pois arraial novo, e novo em tudo, não só pelos descobrimentos mas por se achar ouro em seus morros, tanto a flor da terra que sempre foi novidade, ainda para os mineiros mais investigantes, ao pé de um destes de mais opinião se assentou da parte do nascente na vizinhança de um ribeiro que corta hoje a vila pelo meio e sobre o caminho que vem do povoado: caminho antiquissimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o sertão dos Cata-guazes, até o fim do século de setecentos que deste tempo por diante o mesmo caminho que só era trilhado dos sertanistas se fez uma estrada frequentada de muita gente, tanto de Serra Acima como de Serra Abaixo e suposto destas ao princípio morresse bastante parte.”(24) (grifo nosso)

Analisemos o documento:

Após o autor chamar a atenção para a novidade do ouro ter sido encontrado nos morros e a flor da terra e que o arraial fora levantado na parte que dá para o nascente, em um desses morros, nas proximidades de um ribeiro (Lenheiro), completa a localização: “sobre o caminho que vem do povoado”. (grifo nosso)

A princípio supunhamos que povoado referia-se ao núcleo de Tomé Portes, no Porto Real da Passagem, no rio das Mortes ou mesmo a um hipotético arraial dos paulistas, pois o mesmo Alvares de Oliveira refere-se adiante: “E os paulistas se arrancharam por fora, buscando sempre as vizinhanças do mato...”

Após repetidas leituras de publicações referentes à época, encontramos inúmeras e repetidas vezes o termo **povoado** para designar a vila de São Paulo.

Vejamos algumas citações mas antes verifiquemos o que registra Aurélio Buarque no seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa sobre povoado:

“POVOADO — ...s.m. — Pequena aglomeração urbana, lugarejo, vila, aldeia, povoação, povo, póvoa”. (grifo nosso.)

Agora outros documentos:

De um atestado da Câmara de Taubaté — 1681.

“... encoanto elle d.^o g.^or (dito governador) se recolhia com amostras que trazia p.^a o príncipe nosso senhor e vindo co ellas lhe deu peste no rio que chamão das Velhas da qual pereseu com notável mortandade de seus índios cujas relíquias recolheu seu filho para a feitoria do sumidouro aonde esta convalecendo os poucos que escaparão para continuar sua viagem para **povoado**, quando chegou o administrador geral do Rodrigo Castelo Branco...” (25). (grifo nosso.)

A pessoa referida no documento e que se recolheu doente ao Sumidouro e pretendia regressar “para povcado” era Garcia Rodrigues Pais. Este povoado sem dúvida se refere a São Paulo.

De um atestado do apontador de D. Rodrigo Castelo Branco, Francisco João da Cunha — 1681:

“... como de feito veyo dalli a pocos dias com as esmeraldas que manifestou e entregou ao dito administrador Geral para que as remetesse por duas vias ao Príncipe nosso Senhor visto elle (Garcia Rodrigues Pais) não poder marchar **para povoado** pela destruição de seus índios e escravos...”(26) (grifo nosso)

Mais uma vez o documento se refere à impossibilidade de Garcia Rodrigues Pais marchar para a vila de São Paulo.

No mesmo documento a referências ao “arreal de S. Pedro”, a “Sumidouro arreal e feitoria”, ao “dito arreal do Sumidouro” e a “feitoria de tucumbira”.

Do atestado do padre Domingos Dias, da Companhia de Jesus e reitor do Colégio da Vila de São Paulo (1682):

“E vendo que hião logo nos primeiros annos os homens que o acompanharão **de Povoado** por não poderem sofrer tanta dilação e ausência de suas casas lhes disse com notável resolução q. ainda q. todos se recolhessem ele ali havia de ficar só, e com

seu filho Garcia Dias Pais, que ia sua companhia havia de prosseguir a jornada athe morrer, e que em seu testamento havia de deixar ordens ao dito filho q. sob pena de sua maldição prosseguisse a jornada ainda que fosse só com seus índios e q. nem trossesse nem mandassem seus ossos a enterrar a povoado, sem q. pr.º descobrisse as esmeraldas e q. depois delas descobertas os poderia trazer”(27) (grifo nosso)

E mais adiante na mesma atestação:

“... deixando la de guarda (no descoberto) hum homem br.cº q. a si avocou para esse effeito com alguns índios seus, de confiança se veio recolhendo para Povoado com as amostras das esmeraldas para as enviar a S.A. q. Deos g.de ”(28) (grifo nosso)

Num mesmo documento o padre Domingos faz por três vezes referências a feitorias e estâncias e verifica-se várias vezes a palavra povoado para indicar, com clara designação, a Vila de São Paulo, para onde Fernão Dias determinou regressar somente depois da descoberta das esmeraldas.

Em uma petição de Garcia Rodrigues Pais encontra-se:

“... em que no deserto gastou douz anos com grande risco de Sua pessoa por causa do Gento Barbaro e q. da peste q. tinha fallecido o ditto seu pae, e depois de recolhido apovoado, chegando as ordens reaes”. (29) (grifo nosso).

Mais uma vez o termo apovoado designando a Vila de São Paulo, onde estava Garcia Rodrigues Pais ao receber as ordens reais provendo-o no cargo de Capitão-mor e administrador de uma nova entrada no sertão.

Agora é o próprio José Alvares de Oliveira, na sua obra referida, quem repete a palavra povoado, comentando a retirada dos paulistas após levantarem o cerco às fortificações dos emboabas no Arraial Novo:

“E depois de tudo queimado e reduzido a cinzas, se desvaneceu este cuidado com a notícia de que eles (os paulistas) com vergonhosa fugida seguiam o caminho de Povoado. Tal-

vez seria tão apressada fuga por algum aviso que receberam de que a gente das Minas Gerais (emboabas) vinha em acelerada marcha socorrer o Rio das Mortes.”(30) (grifo nosso).

Se os paulistas se retiravam com receio, segundo o autor, dos reforços que vinham mandados das Minas Gerais, pelos chefes emboabas, não haveria possibilidade de Povoado referir-se ao estabelecimento do Porto Real da Passagem, o que seria, não retirar, mas ir ao encontro do inimigo.

Mais uma vez povoado referia-se à Vila de São Paulo.

Em Diogo de Vasconcelos encontramos:

“Entrementes aconteciam no Sumidouro, coisas gravíssimas, conhecido o ânimo do velho caudilho (Fernão Dias) que obstinava em não ceder à imposição, os poucos companheiros que lhe restavam, não podendo voltar ao **povoado**, sem armas, nem provisões, entraram a conspirar...”(31) (grifo nosso).

Ainda de Diogo de Vasconcelos, relatando a resposta a Borba Gato que enviara mensageiros a São Paulo para sondar a possibilidade de voltar, sem risco de ser preso por sua responsabilidade na morte do fidalgo:

“A resposta não se fez esperar dizendo que poderia aproximar-se do **povoado** mas não provocar ânimos.”(32) (grifo nosso).

Claro que em ambas as oportunidades povoado refere-se a S. Paulo.

Canabrava Barreiros registra:

“Taunay, comentando a sombria situação reinante no Sumidouro, cita o linhagista Pedro Taques que assim se refere ao doloroso acontecimento: — querendo pois o mameluco José retirar-se para o **povoado**, temendo perder a vida ao rigor de tantas causas...”(33) (grifo nosso).

No Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil — Séculos XVI, XVII e XVIII de autoria de Francisco de Assis de Carvalho Franco, consta o seguinte:

LEME — José Dias Pais...como instigasse no sertão uma revolta contra o Governador que não queria retornar a povoado” — (grifo nosso)

Para onde queria regressar José Dias?

Para onde não queria retornar Fernão Dias, sem as esmeraldas?

Lógico que para a Vila de São Paulo, para o povoado.

Do exaustivamente exposto outra não seria a conclusão senão a de que o caminho que vinha do povoado, referido por Alvares de Oliveira, e sobre o qual foi levantado o Arraial Novo, depois São João del-Rei, outro não seria senão o caminho que vinha de São Paulo, o Caminho Geral do Sertão, depois conhecido como Caminho Velho, já na época dos acontecimentos narrados por Alvares de Oliveira, com o atalho que vinha do Baependi, evitando a volta por Ibituruna.

Continuemos a análise do texto de José Alvares de Oliveira:

“...caminho este antiguissimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes;”

Considerou o autor que o caminho não era simplesmente antigo, mas **antiguissimo**. Isto para um narrador que num texto de mais de setenta páginas não usou outro superlativo e para um observador que passou a viver nestas paragens do rio das Mortes, menos de trinta anos depois do desaparecimento de Fernão Dias, é afirmação digna de fé e testemunho mais do que esclarecedor.

Não conseguimos localizar no tempo o descobrimento do atalho do Baependi para o rio das Mortes, mas o bom senso nos leva a concluir que deve ter sido a partir de 1697, em decorrência do auge das expedições em busca do ouro. Isto nos leva à dedução de que o **caminho antiguissimo** passava ainda por Ibituruna até esse tempo.

Ainda que fosse o caminho simplesmente antigo para o observador da época, assim mesmo caberia apontá-lo como o roteiro natural da bandeira das esmeraldas.

Para reforçar esta tese relata ainda Alvares de Oliveira que por este caminho **“sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes”**

Note-se que o autor não disse: a partir de certo tempo ou nos últimos tempos, mas foi categórico, foi afirmativo quando disse **sempre**.

Que sertanistas foram estes senão Fernão Dias Pais, Matias Cardoso de Almeida, Borba Gato e o próprio filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Pais que por mais de uma vez penetrou os sertões.

Diante do exposto, a outra conclusão não chegamos a não ser a de que Fernão Dias Pais e sua bandeira, saindo de Ibituruna **“passada a estação das chuvas, em março do ano seguinte (1675) dirigiu-se em direitura a serra da Borda”** (Vertentes), percorrendo o mesmo **“caminho antiquíssimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes”**, desembocando pelas alturas da serra do Lenheiro, trilhando pelas veredas, a meia encosta, entre a serra e o correço do mesmo nome, calcando e tropicando com suas botas as macegas em cujas raízes, trinta anos depois, foi descoberto o farto ouro que deu origem ao Arraial Novo — Vila e Cidade de S. João del-Rei.

NOTAS

- 1) — Anais da Biblioteca Nacional — 172 — 1.6 — p. 167 — Biblioteca da Ajuda — c. 51 — v. 17.
- 2) — Idem, idem — p. 162.
- 3) — Idem, idem — p. 172 — c. 51 — VI — 24.
- 4) — Diogo de Vasconcelos — “História Antiga das Minas Gerais” — 1. 2 — 1948 — p. 344.
- 5) — Eduardo Canabrava Barreiros — “Roteiro das Esmeraldas — Bandeira de Fernão Dias Pais” — 1979 — p. 51.
- 6) — Mário Leite — “A Região da Mantiqueira” — 1951 — p. 119.
- 7) — Diogo de Vasconcelos — ob. cit. 1.^a ed. p. 41.
- 8) — Salomão de Vasconcelos — “Bandeirismo” — 1941 — p. 39.
- 9) — Eduardo Canabrava Barreiros — ob. cit. p. 49.
- 10) — Idem, idem — ps. 53 e 54.
- 11) — Maregraff ou João de Laet — “História Natural do Brasil — 1648 — transcrito por Orville A. Derby na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo” — v. IV — 1898/9 — p. 335.
- 12) — Eduardo Canabrava Barreiros — ob. cit. — p. 37.
- 13) — Maregraff ou João Laet — ob. cit. ps. 335/6.
- 14) — Eduardo Canabrava Barreiros — ob. cit. p. 37.
- 15) — Idem, idem — p. 53.
- 16) — Idem, idem — nota 8 — p. 55.
- 17) — Diogo de Vasconcelos — ob. cit. p. 149.
- 18) — Idem, idem — p. 143.

- 19) — Waldemar de Almeida Barbosa — “História de Minas” — 1979 — 1.º v. p. 51.
- 20) — Diogo de Vasconcelos — ob. cit. — 1. 2 — p. 344.
- 21) — Eduardo Canabrava Barreiros — ob. cit. — p. 51.
- 22) — Francisco Tavares de Brito — “Itinerário Geográfico” — 1732 — na “Revista de História e Arte” — B. H. — n.º 5 — p. 39.
- 23) — Afonso E. Taunay — na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo” — XLIV — 1.ª parte — p. 368.
- 24) — José Alvares de Oliveira — “História do Distrito do Rio das Mortes”... transcrita por Afonso E. Taunay na “Rev. do Int. Hist. e Geog. de S. Paulo” — v. XLIV — ps. 375/6.
- 25) — “Revista do Arquivo Público Mineiro” — v. XX — p. 173.
- 26) — Idem, idem — p. 167.
- 27) — Idem, idem — p. 188.
- 28) — Idem, idem — p. 188.
- 29) — Idem, idem — v. 19 — p. 14.
- 30) — José Alvares de Oliveira — ob. cit. — p. 385.
- 31) — Diogo de Vasconcelos — ob. cit. 1.º 1. p. 44.
- 32) — Idem, idem — p. 148.
- 33) — Pedro Taques — em Eduardo Canabrava Barreiros — ob. cit. — p. 73.

MAPAS CONSULTADOS

Carta do Brasil — IBGE — escala 1: 50.000 — Fs. Nazareno São João del-Rei.

Mapa Geog. do Est. M.G. — Dep. Geog. — esc. 1: 1.000.000.

Mapa do Munic. de S. J. del-Rei — 1948 — D.E.G.E.

Album Corográfico Municipal do Est. de M.G. — S.E.G.S.A.

O ENGENHO E A ARTE DE BATISTA DE LIMA

Edmilson Caminha Júnior

Memorialismo e telurismo são as duas grandes vertentes da poesia de Batista de Lima: o resgate da infância, vivida nos engenhos da sua Lavras natal; o apelo da terra, com toda a beleza e toda a violência que lhe são próprias no Nordeste. **Engenho**, o mais novo livro do poeta, não é mais do que a fusão desses elementos numa expressão única, como transparências que se superpõem. O efeito é bom, confirmando Batista de Lima como dos poucos jovens poetas, entre nós, dignos de interesse — nestes tempos de tão copiosa quanto medíocre produção.

O plano do livro é evidente: a partir do massapê de que floresce a cana, dela extrair não apenas o mel que vai virar açúcar, mas todo o potencial poético desse tema tão presente na Literatura Brasileira. Habilmente, à condição humana dos personagens contrapõe o poeta a crueza da realidade em que vivem e trabalham, advindo, daí, a dimensão social que lhe caracteriza o texto:

“Botador que fogo bota
na raiz do teu suor
um sítio de cana chora”

É manifesta a influência que sobre Batista exerce a poesia de João Cabral de Melo Neto: quer no ritmo sincopado do verso, quer no caráter lúdico da linguagem, quer, ainda, na incidência de determinados símbolos, como a faca e a pedra, por exemplo:

“Nesta escola de pedras
debaixo de um sol de facas
num sempre para secar
brotam lições de curvar-se
da terra couro espichado”

Alguns títulos de **Engenho**, como “Escola de pedras” e “Pedra de sonho”, pouco diferem de **A educação pela pedra e Pedra do sono** da bibliografia cabralina. Sem dúvida que é temerário pisar em terreno tão movediço, como o da influência literária, na superficialidade de um artigo de jornal. Vale, portanto, a advertência: não se tome, aqui, influência por pastiche, fruto dos entusiasmos juvenis que tanta versalhada têm trazido à nossa Literatura. Parece haver, antes que tudo, uma identidade de princípios em nada censurável: como o poeta-diplomata, Batista de Lima não demonstra creditar seus versos à iluminação do Divino Espírito Santo: há que trabalhá-los como texto literário, minuciosa e obsessivamente, até à exaustão. O produto final não terá saído de um jato só (como se fora isso alguma vantagem), e haverá, certamente, quem o queira acusar de poesia cerebral (como se a poesia, enquanto Literatura, não pudesse não devesse filtrar-se na razão); mas teremos um bom trabalho, e é isso que de fato importa. Vejam-se, a propósito, os metapoemas da segunda parte do livro, em que o autor, consciente do seu ofício, pensa o verso como o engenheiro a sua planta, o artesão a sua peça:

“Essa imensidão na poesia
não é o dizer do poetar
mas o pensar do poema
que sendo vasto bem vasto
vem de abrir um espaço
onde o poeta se alastra”

É nessa segunda parte que mais se percebe uma outra influência importante na poesia de Batista de Lima: a dos poetas populares, dos repentistas de feira, dos cantadores de cordel — o que, não por mera coincidência, o aproxima novamente do pernambucano João Cabral. O caráter narrativo, a

redondilha maior, o realismo mágico, tudo está em “Dimensões”, um dos melhores momentos do livro:

“Tinha um pato que nadava
nos olhos de outro pato
tinha um lago que sangrava
pelo olho que olhava
um céu claro refletido
uma primavera inteira
era embriaguez de sábado
numa alegre sexta-feira”

Já nas últimas semanas do ano, Batista de Lima, com **Engenho**, garantiu excelente colocação no panorama da poesia cearense em 84. Sem falar no inusitado da noite de autógrafos: por não haver conseguido compor um poema que fosse sobre a rapadura, decidiu-se o poeta por brindar com a própria cada um dos presentes. O que sem dúvida representa, em termos de poesia, o máximo da concretitude. . .

10 SONETOS

Dandinha Vilar

MÊS DE MAIO

Dandinha Vilar

Maio chegou. E as flores desbrochando
Enfeitaram os vales e as colinas.
Há nereides nas ondas se embolando
e há reflexos de sol sobre as ondinas!

Miriades de estrelas vão bordando
O azul do céu em luzes cristalinas.
Os sinos a planger vão solfejando,
Enchendo o ar de músicas divinas.

Mês das claras manhãs... Tardes amenas,
Das noites lindas, brancas de luares;
mês das noivas, das mães... Que graça tanta.

Nas oradas celebram-se as novenas...
E os que inda crêem curvam-se aos altares
Numa prece de Fé à Virgem Santa.

HISTÓRIA

Dandinha Vilar

Foi naquela igrejinha branca e linda
Que um belo dia ela se fez cristã.
E ali, aos pés de Deus, na paz infinda
Rezava uma oração toda manhã.

Entre flores e luz mais tarde ainda
Na sua igreja entrou com todo afã!
Como noiva ridente foi bem-vinda,
O sino a lhe saudar, feliz, louçã.

Anos depois num outro itinerário
Pela porta daquele santuário
Penetrou sem saber, sem luz, sem vida.

Não sentiu que outras flores lhe deitaram...
Não viu os prantos que lhe derramaram...
Nem mesmo a voz do sino em despedida!

A FELICIDADE

Dandinha Vilar

Felicidade é uma coisinha atoa
Que passando por nós nem percebemos!
Um instante em que nada nos magoa,
Um sorriso de amor que recebemos!

É uma estrela espelhada na lagoa
E do jardim a rosa que colhemos.
É o pássaro que canta e depois voa
Para um mundo sem fim que nós não vemos.

A prece que se faz à luz de um templo...
A lição de bondade em cujo exemplo
Repousamos a alma embevecida.

E quando, despertando à realidade,
Nos indagamos: O que é felicidade?
— É uma gota de paz no mar da vida!

SAUDADE

Dandinha Vilar

Saudade é aquela dor suave e mansa
Que por vezes se exalta e se exaspera;
É um desengano cheio de esperança
E um tranqüilizar que desespera.

É o olhar cansado que não cansa
De olhar sem ver aquilo que se espera;
É a solidão que grita e que balança
O coração num anseio de quimera.

Saudade é algo assim como se fosse
Os escarcéus de um temporal medonho
Que nos envolve e faz sorrir e chorar...

Saudade é a sensação amarga e doce...
É um pesadelo aceito como um sonho
Do qual não desejamos despertar!

SAUDADE

Saudade é o céu cinzento recurvado
Sobre a serra vestida de neblina
E o riacho a rolar despreocupado
Dizendo adeus às flores da colina.

É alguém a contemplar extasiado
A bucólica paisagem da campina
Remoendo as lembranças do passado
Revedo-as, da memória, na retina.

Suspiro que extremece a alma ferida...
Bater de um coração descompassado...
Olhar perdido, divagando a esmo!

É um pranto que ri da nossa vida,
Ou um riso que soluça amargurado
Procurando esconder-se de si mesmo!

SAUDADE

Saudade é tudo aquilo que inda resta
Daquilo que se foi pra não voltar.
É o derradeiro culto que se presta
A quem jamais se deixará de amar.

É a doce visão de um sonho em festa!
É a canção que a dor faz entoar.
É o silêncio da lágrima modesta
Fugitiva na face a deslizar.

É um sussurro de adeus na voz do vento!
É o martírio do nosso pensamento
Esmagando no peito as esperanças!

É a eterna presença de um passado...
É um cemitério todo iluminado
Cujas luzes clareiam só lembranças!

PÁLIDA

Dandinha Vilar

Tão Pálida como a cera de uma vela!
Tão branca como as pétalas de um lírio!
Pálida assim, tão pálida e tão bela
Aumentando o sem-fim do meu martírio.

E esta face pálida é mesmo aquela
Que eu amei num arroubo, num delírio!
Sonhei mil sonhos junto ao lado dela
E agora dorme sob a luz de um círio.

Não mais sorri. O seu olhar parado
Ja não me vê. Não vê que contristado
Ajoelhado a seus pés eu não resisto.

Ao contemplá-la assim tão branca e pura
Representando a estátua da amargura
Em que tornou-se o todo em que eu consisto.

FIM DE ESTRADA

Dandinha Vilar

Quando se chega ao pôr-do-sol da vida
Com o peso da idade sobre os ombros
Da esperança se traz a despedida,
Das ilusões, apenas os escombros.

Da escalada paramos na subida
O olhar dorido mergulhado em sombras.
O cansaço da vida já vivida
Pousado das lembranças nas alfombras.

E aí ficamos quedos, pensativos
Contemplando as estradas palmilhadas
Solfeando a canção da realidade:

E vemos no painel dos tempos idos
Recordações belíssimas gravadas
Num coração curvado na Saudade.

Á ESPERA

Dandinha Vilar

Da vida, numa curva do caminho,
Numa clara manhã de Primavera,
Você, dizendo adeus, partiu sozinho,
Sozinha me deixando à sua espera.

Ao calor do Verão cantei baixinho,
Melodias de sonho e de quimera...
Embalando lembranças com carinho,
Feliz, permanecendo à sua espera.

E veio o Outono. As folhas desprendidas
Acenaram pra mim em despedidas
Como a desvanecer meus ideais.

E a chuva do Inverno em desencanto
Associou-se às águas do meu pranto
A me dizer que eu não espere mais.

MAIS E MENOS

Dandinha Vilar

Um pouco mais de paz suplica o mundo.
Menos guerra, agressão e violência;
Mais um pouco do amor santo e profundo,
Menos ódios, orgulho e prepotência.

Um pouco mais de luz e claridade...
Menos sombras de tédio e de desgosto;
Mais um pouco de fé e caridade,
Menos pranto rolando em cada rosto.

Mais comidas aos pobres esfaimados...
Mais carinhos aos tristes desolados...
Menos rancor, vingança e traições.

Menos ausências. Menos despedida.
Mais um pouco de Cristo em cada vida,
Mais um pouco de Deus nos corações!

FALECEU D. AMÁLIA XAVIER DE OLIVEIRA

Faleceu na cidade de Juazeiro do Norte, em 5 de dezembro de 1984, a educadora Amália Xavier de Oliveira, escritora e conferencista renomada, um dos maiores expoentes das letras e da cultura daquela cidade. Transcrevemos abaixo, em sua homenagem, palavras pronunciadas 8 meses antes do seu falecimento, em solenidade pública:

Palavras pronunciadas pela profa. Amália Xavier de Oliveira, na hora do ofertório, quando da missa celebrada em 05.04.84.

AGRADECIMENTO

Senhor: Ao atingir os 80 anos de minha existência, venho, neste dia, agradecer-TE de joelhos, as graças que me concedeste.

Agradeço-TE:

- Os pais que me deste e que me ensinaram a Ti respeitar e amar;
- As mestras — IRMÃS DOROTÉAS que, com tanto carinho, cuidaram da minha formação;
- Os irmãos e irmãs, para quem não cresceu aquela a quem chamavam carinhosamente — AMADA;
- Os meus sobrinhos e sobrinhos-netos que substituíram em meu coração os filhos que não me quiseste dar;
- Os colegas de profissão que me ajudaram a cumprir a missão que me destinaste, aqui na terra;

- Os meus 45.452 alunos que foram a razão de ser de minha vida porque os considero como filhos perfilhados pela minha vocação de mestra;
- Os Vigários desta Paróquia pela consideração que sempre me dispensaram, considerando-me como membro das Associações Religiosas;
- Os amigos que sempre me distinguiram com a sua amizade durante toda a vida, desculpando com sua caridade os meus defeitos;
- Agradeço-TE, também, SENHOR, pela amizade especial que me inspiraste escolher nos áureos tempos de minha juventude e que foi e é SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS.

Senhor: Recebe o meu agradecimento e esquece as minhas ingratidões. Lembra-TE somente que também sou filha de TUA mesma Mãe pela doação que fizeste no Calvário. Espero que ELA me receba no Céu, no dia e hora que estiverem determinados para mim.

PROVÍNCIA DA IBIAPABA E DO CARIRI NOVO

É muito antiga a idéia do desmembramento do Ceará para criação de uma nova província. As iniciativas nesse sentido não se restringem às encampadas pelos deputados Wilson Roriz e Sérgio Philomeno Gomes. A novidade de agora é que nunca antes se cogitara da Ibiapaba. Os movimentos visavam sempre ao Cariri. No Império, alegava-se que a região ficava a grandes lonjuras da capital e não se beneficiava da ação do Governo; a arrecadação, por isso mesmo, era negligenciada e a ordem e a tranqüilidade pública ficavam comprometidas pelo banditismo desenfreado. As reivindicações de há 20 ou 30 anos insistiam no isolamento do Cariri; as comunicações com Recife eram mais fáceis do que com Fortaleza; problemas regionais eternizavam-se em face da indiferença governamental.

O historiógrafo Irineu Pinheiro, em seus livros *O Cariri e Efemérides do Cariri*, oferece-nos preciosos subsídios, resultantes da atividade que desenvolveu como infatigável e criterioso pesquisador. Já em 1828, a Câmara do Crato advogava o ponto de vista de que o Cariri devia transformar-se em província. Em 1839, a Câmara de São Mateus, hoje Jucás, manifestava-se no mesmo sentido. O primeiro projeto de lei surgiu no Senado do Império, exatamente no ano de 1839, no dia 14 de agosto. Apresentou-o o senador José Martiniano de Alencar, que há pouco deixara a Presidência da Província do Ceará, onde realizara notável governo, e à qual não demoraria a voltar. Subscreviam ainda a proposição, entre outros, Diogo Antônio Feijó, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva.

Foi, sem dúvida, a mais séria tentativa esboçada em favor da Província do Cariri. Primeiro, pelo prestigioso patrocínio

que teve. Depois, pelo projeto em si e sua justificação. Enfim pela tramitação que logrou alcançar e os pronunciamentos favoráveis que obteve.

O projeto de lei do senador Alencar criava a Província do Cariri Novo, cuja capital seria o Crato, e se formaria dos seguintes municípios de então: Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim e Crato, do Ceará; Rio do Peixe e Piancó, da Paraíba; de Pajeú das Flores e dos compreendidos no antigo Julgado de Cabrobó, de Pernambuco, e de Piranhas, no Piauí. Dispunha ainda sobre os ordenados a que teriam direito as autoridades da nova unidade, bem assim sobre a representação parlamentar.

Nas Comissões de Constituição e Estatística do Senado os pareceres foram favoráveis. Havia manifesta simpatia pela causa, o que não é de estranhar, sabido que o senador Alencar desfrutava invejável conceito. Na Comissão de Constituição, por exemplo, o parecer era assinado pelo Visconde de São Leopoldo, pelo Marquês de Paranaguá e por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Além do mais, a argumentação invocada obtinha ressonância. Se a divisão territorial do Brasil é questionada a esta altura, não obstante as modificações verificadas, imagine-se o que ela não trazia de retrógrado e irreal no século passado.

Dezessete anos decorridos da formulação do projeto de lei do senador José Martiniano de Alencar, o seu filho, do mesmo nome, e dentro em pouco famoso romancista, escreveu uma série de artigos no Diário Rio de Janeiro, sobre a cogitada Província do Cariri Novo, que não se tornara ainda realidade em 1856. Reacendera a campanha que vinha de longe e no Crato se dera a fundação do primeiro jornal do sul do Ceará, O Araripe, com o fim exclusivo, segundo José de Alencar, de batalhar pela vitória da cruzada redentora. A Câmara de Barbalha, dois anos antes, dirigira-se à Assembléa Legislativa Geral pleiteando a preconizada reformulação territorial, com a conseqüente repercussão no plano político e administrativo. E, em atitude desinteressada, propunha Crato para a Capital.

Afortunadamente para o Ceará, a Província do Cariri Novo ou Estado do Cariri não vingou. Fortaleza aproximou-se do extremo meridional do Estado, estreitaram-se laços que são comuns, estabeleceu-se integração que não se amofina diante de descontentamentos ocasionais. Há um plano de divisão territorial do Brasil, divulgado em 1940, e de autoria de João Segadas Viana, que alcançou o generalato do Exército, com menção do Estado do Araripe. Abrangeria superfície de 96.560 quilômetros quadrados, população de 750 mil habitantes e teria Crato como capital. Já M. A. Teixeira de Freitas, presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, propôs em 1949 a formação do Estado do Nordeste, englobando Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, e do qual Icó seria a capital. Ninguém mais se interessou por esses planos, muito menos pela sua aplicação.

Não conheço a íntegra do projeto de lei sobre o Estado da Ibiapaba, tendo Sobral como capital, imaginado pelo deputado Sérgio Philomeno Gomes. Com os elementos até agora aqui divulgados, creio que a melhor interpretação do episódio foi a do secretário da Indústria e Comércio, em exercício, Sr. Leônidas Guimarães: o Ceará ficaria menor e mais fraco e o novo Estado nasceria paupérrimo e sem poder de barganha.

Se o que se pretende é a valorização da Zona Norte, outros são os caminhos a percorrer.

J. C. Alencar Araripe

LAMEIRO POSTAL DO CRATO

Quintílio de Alencar Teixeira

Crato sempre foi uma das mais belas e prósperas cidades do Cariri, onde a vida corre amena e sem sobressaltos.

Ocupando o sopé da Serra do Araripe, em área privilegiada do grande vale, tem seus brejos perenemente irrigados pela abundante água das nascentes que dali brotam.

Os grandes canaviais, de verde luxuriante, ocupam os maiores espaços da sua área territorial, dando uma visão edênica ao visitante contemplativo.

O homem, ali, mesmo nas épocas calamitosas, não sente a angústia constrangedora da natureza morta, porque nos seus campos não há a seqüela dos vegetais ressequidos. Sempre empolga os sentidos o verde intenso dominante, resistindo à soalheira e aos ventos quentes que se arrepiam nos redemoinhos de verão.

Engenhos ainda existem, mesmo com a decadente indústria da rapadura e a usina de açúcar ali na Barbalha, que compra a cana a bom preço e arrebanha o grosso da produção.

Os sítios se sucedem em derredor. As frondosas mangueiras seculares, os viçosos abacateiros, os coqueirais e bananeirais compõem uma rica paisagem de vida rural farta.

Na chapada da serra, cuja planura monótona se enfeita com o emaranhado dos pequisais, a larga estrada de terra batida, diariamente percorrida por dezenas de caminhões, permite escoamento fácil da produção de farinha e outros produtos regionais que saem do Município.

A Feira do Crato, às segundas, é uma miscelânea de abundância, onde de tudo se encontra, desde a grossa corda de caroá, os surrões e cestas de palha, os variados artefatos de couro e flandre, os chocalhos, gibões e carreios de vaqueiro, aos produtos básicos de manutenção, como a superior farinha de mandioca, a goma, o feijão de corda ou mulatinho e a rapadura.

Na época do pequi, seu cheiro ativo resanda no aglomerado da feira, os balaios pejados do fruto sendo vendidos a preços ínfimos.

Os imensos abacates, de polpa macia e delicada, as roliças bananas baés, de casca verde brilhante, são vendidas ao lado das frutas rústicas da menina — a macaúba e a pitomba.

Ali na esquina, fica a ampla barraca dos livrinhos da literatura de cordel, onde um cantador desafinado dedilha a viola e, escancarando a boca desdentada, berra a plenos pulmões:

— Terra boa é o Cariri.

Tem mangaba, tem pequi

E cabra bom no “fuzi”...

A “banda cabaçal”, conjunto típico da região, composto de uma dúzia de caboclos tocando pifaros de bambu e malhando violentamente dois ou mais bombos de couro, tendo à frente um estandarte de Nossa Senhora da Penha e repetindo uma melopéia cediça, percorre todos os recantos da feira, tirando esmolas para a festa da padroeira que se aproxima.

Esse, um pálido retrato das nossas recordações da adolescência, do Crato que evoluiu para a grande cidade que é hoje, com marcante projeção em todo o Sul do Ceará.

A Princesa do Cariri, porém, assim carinhosamente denominada em toda a região, teve seu principal pólo de atração no Sítio Lameiro, do coronel Nelson Alencar, um dos prohomens da comunidade, conhecido e estimado em toda a redondeza como figura carismática de um clã tradicional.

No Lameiro estavam os afamados banhos que eram procurados por quantos visitavam o Crato.

Distando poucos quilômetros da cidade, ali ficava a “Cas-cata”, pequena queda d'água do rio Batateiras, que se precipi-tava de uns dez metros em profundo poço escavado na pedra.

O ambiente semivirgem, rodeado de árvores frondosas que o sombreavam, era agradável e convidativo, oferecendo amplos espaços marginais para acampamentos ou piqueniques.

Os visitantes desfrutavam o magnífico banho uma manhã inteira, quando não levavam farnel e passavam todo o dia a pular e mergulhar.

Mas o grande atrativo, grande e cômodo, era o banho no próprio sítio do coronel Nelson, proprietário da maioria da-quelas terras.

Sua herdade era bem cercada e tinha acesso por largo portão de madeira, com um preto velho sempre à espera, para abri-la a quem o pedisse.

Franqueado este, via-se imensa área plana, sempre bem varrida e limpa, onde se espalhavam umas duas dezenas de vetustas mangueiras frondosas sombreando o ambiente.

Defrontando-a, estava o antigo casarão de residência da família, de aspecto senhorial, onde todos eram recebidos cor-dialmente.

Qualquer visitante, ou mesmo qualquer povo que quisesse ir ao banho, era ali afavelmente acolhido.

Uma espécie de mordomo apresentava-se com alvíssimas toalhas que entregava aos banhistas e os acompanhava até o local da piscina.

Ficava esta em amplo salão fechado e coberto de uns cinquenta metros quadrados, era de profundidade média e nela uma grossa bica derramava água permanentemente, que se escoava através de uma tubulação que ia derramá-la nas “levadas” (correntes d'água) do sítio.

A casa da piscina, como assim chamava, tinha no interior vastos bancos e armários, para bem servir ao banhista. E em prateleira especial, sempre um litro cheio da velha cachaça do Lameiro, afamada por aquelas bandas, e que podia ser consumida à farta.

O empregado, ao dar a chave do recinto da piscina aos banhistas, ficava nas imediações, aguardando-os.

Ao saírem, eram por ele convidados para um cafezinho, servido bem quente na alpendrada do velho solar.

Ninguém via o coronel Nelson, que não se apresentava nem gostava de receber agradecimentos.

Homem de hábitos pouco comuns, de opiniões irremovíveis, era contudo cortez e franco, não negando a quem quer que fosse generosos favores.

Seu engenho de cana, onde fabricava rapaduras da melhor qualidade, ficava a regular distância da moradia.

Era movido a água. Uma roda gigante, cheia de grandes compartimentos quadrados, recebia a corrente de um canal especialmente construído e se movimentava dando rotação, através de engrenagens bem lubrificadas, às grossas moendas do engenho.

Um enorme alpendre abrigava grandes pilhas de cana, que os "cambiteiros" (transportadores), em quinze ou vinte burros de carga, iam alimentando da madrugada ao pôr do sol.

As fornalhas crepitavam e o cheiro ativo do melão impregnava os ares.

A produção de rapaduras do coronel Nelson era das maiores do Cariri e em grande parte comercializada no Piauí e Pernambuco.

Crato ganhou fama no Sul do Ceará, mas nunca se falava do Crato sem falar no Lameiro e lembrar a figura lendária e fidalga do coronel Nelson da Franca Alencar.

(O Povo, 27.6.84)

JOSÉ SISNANDO LIMA

Abelardo F. Montenegro

Os anos de estudo no Ginásio do Crato, sob a direção do inesquecível padre Francisco de Assis Pita, marcaram de modo indelével os ginasianos.

Pela eficiência do ensino, atraiu ao educandário não só jovens do sul cearense, mas também dos estados vizinhos da Paraíba, Pernambuco e Piauí.

A primeira turma concluiu o Curso Seriado em 1931. Pertencendo a ela, não fui um dos concludentes devido ter sido acometido gravemente de paratifo. Entre eles, porém, figura José Sisnando Lima.

Cratense de nascimento, seu pai Hildebrando Sisnando Leite tinha força hercúlea, pois realizava a proeza de retirar da alimária, com um só braço, a cangalha sustentando dois recipientes de couro cheios de rapadura.

De estatura mediana, herdou José Sisnando do pai a força física. Comprovava-o quando, em excursões pelos arredores do Crato, erguia pesadas pedras.

Inteligente, gostava sobremodo dos romances de aventura. Devo-lhe o conhecimento da obra de Emílio Salgari — o Júlio Verne italiano.

As nossas relações de amizade estreitaram-se de tal maneira que, por diversas vezes, nos dias de saída dos internos, fazia refeições em casa dele, bondosamente acolhido por seus familiares.

Depois de agosto de 1931, quando deixei, convalescente, a cidade, não mais me avistei com José Sisnando. Seguimos

rumos diferentes, formando-se ele em Medicina na Faculdade de Salvador, e radicando-se no município de Feira de Santana.

Naquele próspero município baiano, José Sisnando casou, exerceu a profissão de médico neuro-psiquiatra, fundou clínicas psiquiátricas particulares, lecionou biologia em educandários e supervisionou a merenda escolar.

Ingressando na política, elegeu-se vereador, tornou-se líder do partido situacionista, presidente da Câmara Municipal e Prefeito de Feira de Santana por alguns meses.

A sua paixão pela agricultura está identificada na construção de barragens, instalação de serviços de irrigação e na utilização de colonos japoneses. Recaiu, nele, por isso, a escolha de primeiro presidente da Associação Rural de Feira de Santana.

Depois de árdua luta pela vida Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, retornei definitivamente ao Ceará em dezembro de 1949. Deliberei, então, mergulhar no passado cearense e preparar-me para o magistério superior.

Decorreram as décadas de 1950 e 1960. Foram anos de intensos estudos e fatigantes pesquisas. Não havia, porém, esquecido os colegas do Ginásio do Crato, com alguns dos quais mantinha frequente contato em Fortaleza.

Foi Tomé Cabral, colega e biógrafo da Primeira Turma do Ginásio do Crato, que localizou José Sisnando, indicando-me o endereço deste naquela cidade baiana.

Escrevi a José Sisnando, manifestando a alegria de reencontrá-lo. Em março de 1979, mantivemos cordial correspondência. Depois, inexplicavelmente, não mais me escreveu.

Comunicou-me, em carta, o prezado colega de Primeira Turma Afonso Macedo o falecimento de José Sisnando, no dia 9 de dezembro do ano pp.

Valente, exímio capoeirista, generoso no exercício de sua profissão, em sua última carta revelou-se-me um homem decepcionado, amargurado, em face da ingratidão e do egoísmo ovantes. Declarou-me que "em vez de ficar como novo Jeremias no meu muro de lamentações chorando a morte dos

velhos tempos”, preferiu “partir ao encontro de uma dura realidade de **struggle for life**”.

Não se limitava ele ao estudo da psiquiatria. Interessava-se pelos problemas econômicos e sociais, defendendo, intransigentemente, a liberdade ameaçada por regimes totalitários.

A propósito, relatou-me que certo técnico, ao invés de fazer a avaliação de gado, passou a realizar propaganda das monocracias da órbita soviética e acabou errando “na multiplicação do preço de 40 novilhas, retardando o pagamento, deixando o vendedor em grandes dificuldades”.

Contou-me Tomé Cabral que José Sisnando, viajando pelo interior baiano, foi alvo das chacotas de dois rapazes que resolveram fazer gozação com o “velhinho de cavanhaque”. Sisnando suportou por algum tempo a insolência e, quando julgou oportuno, deu o merecido ensinamento aos dois atrevidos que se surpreenderam com o “velhinho”.

Com o seu falecimento, perde o Crato um de seus valentes filhos, enquanto a Primeira Turma do Ginásio se desfalca de um de seus mais estimados elementos.

Que os seus filhos das primeiras e segundas núpcias saibam honrar a memória do pai, destemido cearense da Diáspora, que venceu galhardamente na interlândia baiana!

CIÊNCIA, CONSCIÊNCIA E ARTE DO MAGISTÉRIO

José Newton Alves de Sousa
(Da Academia Bahiana de Educação)

CIÊNCIA, CONSCIÊNCIA E ARTE DO MAGISTÉRIO
(palestra feita na Academia Bahiana de Educação, em
26.10.83)

Iniciei-me no magistério em 1942. Estudante pobre, busquei, através do ensino, como de costume na época, prover-me de meios para o sustento nesta Capital. Vinha da cidade do Crato, sul do Ceará, onde cursara os cinco anos de ginásio, que me asseguraram o certificado de bacharel em ciências e letras. Ali, assimilara lições de eminentes educadores, sacerdotalmente devotados a seu elevado ofício. Ali, alimentara meu espírito numa tradição de cultura e humanismo de raízes fundas e férteis, predispondo-me ao manuseio de obras literárias ou de doutrina, ao exame de questões passíveis de considerar-se como de sociologia brasileira, no amplo sentido que tal expressão acaso possa abrigar. Ali, também, freqüentara grêmios literários, verdadeiras escolas de educação intelectual e culto ao civismo, e começara, modestamente embora, a ensaiar vãos no jornalismo e na poesia. Não me eram estranhos os nomes dos principais escritores e pensadores brasileiros de então, e até algum ideário de filosofia política não fora coisa que me ficasse muito a distância. Nós, alunos, que, na ordem progressiva e orgânica do curso seriado, embasávamos e sedimentávamos, pouco a pouco nossa formação, dando-lhe continuidade duradoira e certa consistência, líamos bastante, discutíamos problemas locais, regionais e nacionais, comentávamos artigos e livros, fundávamos jornais, fazíamos discursos, admirávamos e amávamos os mestres, sonhávamos o porvir de modo nem sempre muito claro...

Pensara ser a Medicina o meu chamado e o meu caminho. A Bahia despontou-me, então, na alma pós-adolescente, como

o sítio propício à realização desse intento. E vim. Um notável bispo bahiano, D. Francisco de Assis Pires, conseguira-me emprego no então fundado Ginásio “Dom Macedo Costa”, que os saudosos Monsenhores Annibal Lopes da Matta e Anísio Ayres Esteves fizeram instalar na antiga mansão do Barão de Jeremoabo, localizada na V. Luiz Tarquínio, n.º 6. O “Dom Macedo Costa” seria o espaço educacional onde, ainda não decorrido um ano, se me revelaria a minha verdadeira vocação — o magistério. Aluno matriculado no Ginásio da Bahia (hoje Colégio Central), tivera por mestres os notáveis professores João de Souza Pitanqueira (Química), Ruy Maltez (História Natural), Clemente Guimarães (Física), Gabriela Sá Pereira (Inglês), Luiz de Moura Bastos (Matemática), Almir Macedo (Filosofia). Experimentara o suave e eficiente comando do Dr. Francisco da Conceição Menezes na direção do estabelecimento. A classe, formada por alunos que aspiravam a cursar Medicina ou Odontologia, era mais ou menos homogênea e eu, vindo do interior do Ceará, não me sentia incapaz de acompanhá-los.

Pela manhã, exercia o cargo de prefeito de disciplina tendo-me sido confiado, ainda, o Curso de Admissão ao Ginásio. Entre essas atividades, ia-se-me delineando, aos poucos, o caminho do magistério, enquanto os apelos da Medicina se me tornavam cada vez mais débeis. Antes de concluir o primeiro ano complementar, pré-médico, deixava o Ginásio da Bahia e iniciava os preparativos ao vestibular para o Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Bahia, que o idealismo e a pertinácia de Isaias Alves haviam fundado.

Antes de licenciar-me, o que ocorreria em 1946, a ciência do magistério fora, para mim, um aprendizado vivencial, de observação, de ensaio e erro, de procura e acerto, mas também de irremovível inclinação pessoal. Descobrira-me educador por vocação, o que se reforçava à lembrança de anteriores leituras, feitas ainda quando aluno das últimas séries ginasiais, particularmente a do compêndio de Pedagogia, do Pe. Dr. Carlos Leôncio, S.D.B.

Há uma ciência do magistério situada nesse nível, do cotidiano empírico, quando, por natural ou prediposta tendência, as antenas da alma vão captando rumos e arestas, feições e destinos, força e beleza, graça e satisfação, de entre os quais emerge, como vocativo teleológico, esse apelo profissional. E é quando começa um particular e progressivo **des-velamento**, um cair gradual de véu, a entremostrear espaços a serem ocupados e dignificados pelo devotamento e pelas lições oriundas do próprio exercício docente. Esse **des-velamento** parte do mundo intra-subjetivo e alcança o extra-subjetivo, envolve o ser individual e o universo orteguiano de suas circunstâncias, de tal maneira que um natural magistério aí se vai esboçando e firmando, a fazer de tudo ou quase tudo matéria modeladora e especificadora dessa atividade.

No dia-a-dia, errando e aprendendo, observando e corrigindo, vai esse docente evoluindo para educador e para mestre, pois não lhe basta o simples ensinar, senão que se vê impelido, como por irresistível força interior, a orientar e formar o aluno, e a consagrar-se, por inteiro, a tão subido mister. Mas freqüentou o livro diuturnamente, examinou, perquiriu, inferiu, identificou tendências e aspirações e estilizou um **modus operandi** que o projeta singular e inconfundivelmente entre seus colegas.

Eis, assim, uma ciência, um conhecimento fundamental, de experiências e de vivências feito, a marcar, assinalar um consagrado ao magistério.

São numerosos, ainda hoje, os que trouxeram do berço tal vocação, e conseguiram dar-lhe atendimento e validade, sem haverem feito cursos específicos, de qualquer grau. São, ainda hoje, incontáveis os mestres que assim se tornaram sem a formalidade dos requisitos legais vigentes. Mestres que, adquirindo **uma ciência**, amadureceram numa **consciência** do magistério, isto é: construíram seu próprio ser vocacional e profissional, naturalmente, sobre a rocha firmíssima de uma vocação que se corporificou, cresceu, floresceu, frutificou e frutifica como que autonomamente, no que se refere à competência pedagógica. Assim, muito médico, muito engenheiro,

muito sacerdote, muito advogado, muito militar e outros profissionais, dotados, efetivamente, de vocação para o magistério, têm sido, ao longo da história, excelentes e reputados mestres, e a eles muito devem a cultura e a civilização dos povos. A eles muito deve nossa Pátria, e muito em particular a nossa Bahia, bastando, para comprová-lo, a constelação dos Patronos de nossa agremiação.

XXX

Uma vez no exercício do magistério, o que, de princípio, como disse, ocorreu no “Dom Macedo Costa”, fui, pouco a pouco, descobrindo a estrada real de minha vocação, contemplando a beleza e experimentando o fascínio desse sacerdócio.

Nenhum de meus colegas do “Dom Macedo Costa” possuía, àquele tempo, formação pedagógica específica. E eu, aprovado que fora no vestibular, ia abrindo veredas entre as Ciências Sociais, guiado por sábios mestres, quase todos também sem aquela formação. No dia-a-dia do ensino é que fui e vou aprendendo a ensinar. É neste sentido que emprego o termo “ciência” na expressão que epigrafa estas notas.

É claro que não desconheço a necessidade, sempre exigente, de habilitarem-se as pessoas para o exercício legal do magistério, em qualquer de seus graus. E aqueles que o praticam por ventura sem esse requisito, por força de situações ou vinculações pretéritas, não deveriam jamais prescindir de aprimorar-se continuamente em seu ofício pedagógico, ou pelo estudo pessoal, ou pela frequência de cursos especializados, pois o verdadeiro educador, se é um orientador e um plasmador de homens, ele o é a partir de um ontem fundamental, que se amplia num hoje carregado de desafios, em direitura a um amanhã pejado de indagações. E é por isso que o verdadeiro educador não se imobiliza em posturas necrosantes, não vira pedra de meio ou de margem de caminho, mas prospera e renova-se, guardando uma dupla fidelidade: às raízes e ao ideal, a serviço do Bem e da Verdade.

Queria eu afirmar, entretanto, que existem magistérios **substantivos**, magistérios **adjetivos** e magistérios **adverbiais**.

Os primeiros são os que repousam na vocação autêntica, legitimada por um exercício profissional exclusivo ou não. Os segundos são os que coexistem suplementarmente com outras atividades não docentes. Os terceiros são os de realização apenas eventual, sendo de notar-se que, entretanto, no segundo e no terceiro casos, pode haver reais vocações pedagógicas, contidas num potencial à espera de atuar-se plenamente.

As mudanças ocorridas e ocorrentes no tempo, no espaço, nas culturas levam, naturalmente, os autênticos educadores a um grau de ciência cada vez mais sintonizado com tais condicionamentos e exigências.

XXX

Uma vez concluída minha licenciatura, o que se verificou no final de 1946, outros estabelecimentos de ensino sucessivamente me foram convocando para seus quadros: o "São José", o "S. Jerônimo", o "Instituto Feminino da Bahia", o "Antônio Vieira", o "Bahiano de Ensino", o "N.S. das Mercês", o "Modelo", o "Brasil", a Escola Técnica de Comércio "Luiz Tarquínio", o colégio da Polícia Militar, a Escola de Serviço Social e a Faculdade Católica de Filosofia. Foram, para mim, todos esses estabelecimento de ensino, âmbitos de experiência e crescimento. De contínuo e salutar aprendizado, obtido no trato e ensino de variadas disciplinas, e no agradável e enriquecedor convívio de diretores, professores, alunos e funcionários.

Posteriormente, já no final da década de 50, vim a ter meus próprios colégios: os Educandários "Pio XII" e "São João Bosco", o primeiro aqui em Salvador e o segundo na Cidade do Crato. Na referida década, e tendo sido, na anterior, prefeito de disciplina e secretário do "Dom Macedo Costa", vim a ser vice-diretor e, ulteriormente, diretor do estabelecimento no qual iniciara o meu magistério. Nesses e noutros cargos escolares não formalmente docentes, sempre encontrei, e venho encontrando, oportunidade de agir pedagogicamente, de aprimorar meu magistério. Tudo, num educandário, deve formar, deve educar, podendo mesmo culminar, no próprio ato de dirigir, a ação pedagógica do professor.

XXX

Os anos que vão de 1960 a 1971 (1a. metade), passei-os na direção e no magistério da Faculdade de Filosofia do Crato, para que fora convidado pelo Reitor da Universidade Federal do Ceará, Prof. Antônio Martins Filho e pelos bispos D. Francisco de Assis Pires e D. Vicente de Paula Araújo Matos. Naquela cidade, cheguei a lecionar, concomitantemente, nos três graus, o que constituiu, para mim, uma oportunidade única, bastante favorecedora de meu aprendizado educacional. Não raro nos fixamos num ou dois desses níveis, sem uma experiência mais abrangente e integradora. Devo, todavia, admitir a real possibilidade de alguém se realizar satisfatoriamente como educador, ensinando apenas num dos graus escolares. Mas oportunidades capazes de alargar vivências integradoras não devem ser desprezadas, se a nosso efetivo alcance.

XXX

Atualmente, exerço o magistério em ambas as Universidades sediadas em Salvador, somado a um cargo técnico e a outro burocrático. Todos esses âmbitos, porém, se revestem, para mim, de sentido pedagógico.

Completei, em março deste ano, 41 anos de magistério. Não só, durante esse tempo, ministrei conhecimentos; sobre estes preponderou o meu aprendizado, no que se refere a conteúdos científicos e literários, e a modalidades didáticas, do mesmo modo no que tange a maneiras de conhecer pessoas e lidar com elas, de identificar problemas e procurar-lhes as soluções mais convenientes e adequadas.

Tenho, por isso, uma nítida consciência de minha profissão. Uma consciência de maturidade aberta a novas assimilações e vivências, e disposta a abandonar o que efetivamente deva ser substituído ou desprezado.

Essa consciência creio ser de natureza moral e intelectual, pessoal e social, já que é **consciência**. Ela é que me dimensiona axiologicamente como profissional. Ela é que me sustenta nos embates do cotidiano. Ela é que me faz amar o ofício para que fui chamado e me renova a esperança de lhe permanecer fiel até o fim. Ela é que me leva ao esforço de superar dificul-

dades e descobrir em cada diretor, em cada colega, em cada aluno, em cada funcionário alguém a quem devo servir pelo exercício pedagógico. Ela é que me ilumina a alma de alegria e fortalece de energia o coração que se doa em atos interiores e atitudes exteriores de amor devotado e desinteressado. Ela é que me convence de que percorro um caminho que vale a pena ser trilhado e me capacita a perceber auroras bruxo-leando entre as indecisões do amanhecer.

E ela é, finalmente, aquele potencial opulento pela experiência e pelo estudo, que me impele a fazer do magistério também uma arte, também uma expressão de beleza. Não só no verbo e no gesto, não só no ritual do método, mas, sobretudo, no preparar, no semear, no acompanhar, no fazer crescer, no renovar-me, no acreditar, no proceder corretamente, no construir personalidades e mundos.

XXX

Onde, **magis** é mais qualitativo do que quantitativo.

O conceito segundo o qual o magistério deve implicar para quem o pratica, em três vezes mais idade, três vezes mais conhecimento e três vezes mais prudência, permanece válido, como indicador e referencial de qualificação pedagógica. Os dados meramente quantitativos não formam todavia o educador, nem mesmo, necessariamente, o instrutor. Antes nos levam a uma postura de insatisfação e carência. O **mais** da idade, o **mais** do saber e o **mais** da prudência envolvem, naquele conceito, uma organicidade, um crescimento e uma realização preponderantemente qualitativos, repousantes tanto na **ciência** quanto na **consciência** e na **arte** do magistério.

XXX

Esta Academia, caríssimos amigos e confrades, reúne educadores de variadas idades, formações, estilos e tendências.

Para mim, trata-se de um novo âmbito magisterial em que muito espero aprender, e a que muito ficará devendo, por certo, minha consciência profissional. E se procuro fazer do magistério também uma arte, talvez a mais bela, porque tra-

balha a alma humana hei-de espelhar-me no exemplo de todos, para que a pratique com dignidade, eficiência e amor, **ad majorem Dei gloriam.**

Salvador, 29 de outubro de 1983.

José Newton Alves de Sousa

ACADEMIA BAHIANA DE EDUCAÇÃO

— Fundada em 9 de setembro de 1982

Membros Titulares

ADELMO SOARES PESSOA
ADROALDO RIBEIRO COSTA
ANGELINA ROCHA DE ASSIS
ANTONINO DE OLIVEIRA DIAS
ANTÔNIO PITHON PINTO
CASSILANDRO EVERALDO BARBUDA
CÍCERO PESSOA DA SILVA
CID JOSÉ TEIXEIRA CAVALCANTE
EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
ENOCH SENA SOUZA
FRANCISCO PINHEIRO LIMA JUNIOR
GUIOLMAR DE CARVALHO FLORENCE
HERMANO JOSÉ DE ALMEIDA GOUVEIA NETO
JORGE CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUSA
LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITO
LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA
OLDEGAR FRANCO VIEIRA
OLGA PEREIRA METTIG
RAUL DE SOUZA DA COSTA E SÁ
RAYMUNDO JOSÉ DA MATTA
RAYMUNDO NONATO DE ALMEIDA GOUVEIA
REMY POMPÍLIO FERNANDES DE SOUZA
RUY SIMÕES
THALES OLYMPIO GÓES DE AZEVEDO
YEDA BARRADAS CARNEIRO
ZILMA GOMES PARENTE DE BARROS

NOVOS ELOGIOS À REVISTA ITAYTERA

A direção do Instituto Cultural do Cariri continua recebendo recortes de jornais, cartas, cartões e telegramas, enaltecendo a nossa publicação — a revista ITAYTERA.

O Dr. Antenor Barros Leal escreveu na “Tribuna do Ceará”:

“Ao General Raimundo Teles Pinheiro: Você está de parabéns por veicular a revista ITAYTERA, que é, na realidade, uma das mais significativas manifestações culturais dos nossos dias. Este n.º 28, de 1984, compõe-se de 200 páginas enriquecidas por assuntos variados que chama a atenção do leitor exigente, oferecendo-se á nova e futura geração, como fonte de inesgotáveis subsídios, na aprendizagem de fatos históricos de real valor.

Destacamos: “Os Jesuitas no Ceará Colonial”, “Fases da Independência”, “De Rita Lobato a Amélia Perouse”, “Divida Externa Brasileira”, “O Piquiseiro”, A Seca de 1915, “A Prisão do Sargento-Mor Arnaud” e tantos outros que agradam, sobretudo, aos leitores.

Bem sabemos quanto é difícil o trabalho de organização de uma revista especializada, o que só é conseguido com uma equipe valiosa, sabiamente liderada por homens como João Lindemberg de Aquino, dono de eficiente visão cultural e administrativa.

É em revistas deste porte que estão concentradas as novas esperanças de sobrevivência da cultura brasileira”.

O Escritor Manoel Albano Amora, por sua vez, diz em carta ao General Teles:

“Chegou às minhas mãos por oferta do Sr. o número 28, de ITAYTERA, do Instituto Cultural do Cariri. O I.C.C. honra o Ceará pela obra meritória, realizada no decorrer de muitos anos. Estão presentes, nele, os exemplos admiráveis de Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho. Muitos valores ali se destacam. Dentre eles, Lindemberg de Aquino, o atual Presidente, bastante dedicado ao progresso do sodalício.

O número referido da Revista apresenta matéria excelente, de autoria de escritores de conceito, desta capital da cultura do interior do Estado, que é o Crato. O Sr. também contribuiu para realce da mesma, com 3 bem elaborados artigos. Parabéns ao Instituto, do qual sou membro-correspondente, com muita satisfação.”

REVISTA ITAYTERA RECEBE INCENTIVO DE MARANGUAPE

O escritor cearense Barros Alves, de Maranguape, em sua coluna VERSO E PROSA, no jornal O POVO, de 19 de agosto de 1984, escreveu, a respeito da revista ITAYTERA, o seguinte:

“Numa verdadeira façanha cultural, que chega a causar pruridos de inveja a muitos, o Instituto Cultural do Cariri, sabiamente presidido pelo confrade J. Lindemberg de Aquino, acaba de presentear os leitores e estudiosos cearenses, com mais um número da revista ITAYTERA, publicação que nada fica a dever a outras similares existentes no país e nascidas sob o signo de muito melhores condições financeiras.

Neste número de ITAYTERA — o vigésimo oitavo — tanto nos deparamos o ensaio metódico, profundo, pacientemente elaborado, como o rápido comentário literário ou informativo, sem esquecer alguns poemas que dão mais colorido à obra.

Entre os escritores presentes nesta ITAYTERA destacam-se Fran Martins, Nertan Macedo, José Alcides Pinto, entre outros. Vale salientar a colaboração de Dimas Macedo, com substancioso trabalho abordando aspectos inéditos da Literatura lavrense, o qual merece leitura obrigatória.

Mister se faz que louvemos o trabalho contínuo e abnegado do escritor J. Lindemberg de Aquino, que dirige o Instituto Cultural do Cariri, qual verda-

deiro Dom Quixote, defendendo e incentivando, incansável, as letras carienses. Não fora o seu denodo e sua luta, e, certamente, não estaríamos a nos deliciar com mais este número de ITAYTERA."

O PROBLEMA DAS SECAS E OUTROS ENSAIOS (20.2.84)

Antonio de Alencar Araripe

Os artigos de minha autoria, escritos em regime de colaboração para as páginas do "O POVO" e, agora, lançados à publicidade em volume sob a epígrafe acima, têm sido objeto de atenciosas referências feitas através das colunas da imprensa e do teor de missivas endereçadas por esclarecidos opinantes.

Advertiu-me o doutor professor universitário Paulo Bonavides que, apesar de eu ter desenvolvido, em proveito do Estado, uma ação parlamentar a um tempo "silenciosa e eficaz, modesta e obstinada", talvez estivesse hoje com meu nome apagado, se não reunisse no livro "DOZE ANOS DE PARLAMENTO", a documentação de uma "vida exemplar, feita com devoção à sua terra e ao seu nome". ("O POVO", de 8.10.68).

Não são poucos os que, em caso de tal ordem, louvam a prestação de contas a que me propus, destinada a implantar a verdade dos fatos.

O imortal da Academia Brasileira de Letras, senador e ex-governador Luiz Viana ao receber meu livro de memórias parlamentares, "reflexo de uma vida devotada denodadamente ao país", salientou: "É bom que fique um testemunho para a posteridade, pois sei quanto seu trabalho foi árduo, sério e valoroso".

Também me disse, em carta, o senador e professor de direito, Aloysio de Carvalho Filho: "Homenagem a sua notável

atuação parlamentar, tão vivamente documentada em Doze Anos de Parlamento”.

A 2.12.68, o grande e inesquecível Ministro José Américo, emitiu seu valioso juízo sobre os meus alinhavos parlamentares, nos seguintes termos: “Fez bem em enfeixar seus discursos nessa forma definitiva. Traduzem uma viva consciência de problemas nacionais, especialmente de nossa região. Tudo é exposto com nitidez e segurança de uma longa experiência parlamentar, com elementos que podem servir de apoio para uma boa orientação dos estudos desse tipo”.

Considerando-me “PROFUNDAMENTE IDENTIFICADO” com os problemas da região e que fui “grande batalhador em prol da construção do açude Orós” e de outras revelações de interesse para o Polígono da Seca, “O Estado de São Paulo”, de 21 de dezembro de 1968, pelo respectivo Suplemento Literário, sustenta ser o livro “Doze Anos de Parlamento” um testemunho de “capacidade de trabalho e de apego à causa pública”.

O ex-Ministro de Estado e do S.T. Federal, líder parlamentar Prado Kelly, deu-me “parabéns pela iniciativa de reunir os discursos (e tantos ouvi!) em defesa dos interesses vitais do Ceará”. O seu Estado, acrescenta, o Nordeste, o país, ficaram a dever-lhe vigilante cooperação, cujas perspectivas o tempo confirma e amplia. (nov. 68.)

O deputado federal do Rio Grande do Norte, Gen. André Fernandes corrobora essa mesma ordem de conceitos, ao concluir missiva, de abril de 68: “Meus parabéns pela feliz idéia de gravar no papel um pouco — pouquíssimo mesmo — do mundo que fez, honrada e honestamente, visando beneficiar o Estado que sucessivamente lhe atribuiu a tarefa de representá-lo na Câmara Federal”.

O Senador Plínio Pompeu, o nonagenário de tantas fainas gloriosas travadas em prol da redenção econômica do Nordeste, escreveu-me, já nos últimos dias do ano findo: “Reconheço que você foi o mais esforçado e ardoroso Deputado na nossa época para resolver os problemas do Nordeste e, por isso, merece com justiça, o título de “Deputado das Secas”.

“SÁTIRAS E SONHOS”, UM LIVRO DE JEFERSON DE ALBUQUERQUE

Napoleão Tavares Neves

Recebi do meu amigo Dr. Jeferson de Albuquerque o seu livro de poemas “SÁTIRAS E SONHOS” recentemente publicado.

Li-o de um fôlego e gostei.

São poemas modernos, mas muito ricos de conteúdo.

Aliás o título foi muito bem escolhido. Na verdade, Dr. Jeferson sempre foi um sonhador no bom sentido. Sim, sonhador com um mundo melhor e mais justo, com uma sociedade mais solidária e com um Nordeste menos pobre e menos dependente de nuvens.

Por outro lado, Dr. Jeferson é um eterno preocupado com os problemas da seca e por isto passou a pôr a sua musa a serviço da causa nordestina satirizando os exploradores do Nordeste, os industriais da seca que ainda os há e a omissão dos governos em todos os níveis.

Assim, “SÁTIRAS E SONHOS” na verdade satiriza sonhando ou sonha satirizando e o resultado é muito gratificante para o leitor.

É mais um bom livro de poemas para enriquecer a já alentada galeria de autores caririenses, já que o autor é um caririense honorário, mais que isto, um caririense adotivo dos que mais amam esta terra e sua gente.

Por exemplo, o poema “Dúvidas” é uma beleza de concisão e de expressividade a um só tempo:

“Não sei se cheguei até onde — na vida deveria chegar,
se sonhei — quanto deveria sonhar,
se amei — quanto deveria amar,
se sofri — quanto deveria sofrer,
se sou — o que deveria ser.

Não sei se já vivi — quanto deveria viver;
se servi — quanto deveria ter servido;
se colhi — tudo que deveria ter colhido;
se amizades fiz — tantas quantas deveria ter feito.

Sei,
apenas,
que vivo,
sirvo,
amo,
que logo irei,
para onde,
não sei.

Com esta modesta crônica quero aplaudir o novo escritor cariense e parabenizar o poeta Jeferson de Albuquerque pela beleza singela dos seus poemas vasados em português escorreito e impecável estilo, sempre a favor de causas justas como a Ecologia e os problemas sociais do nosso povo.

ARGENTINA DE ALENCAR ARARIPE

In memoria nostra vivit sempre

Primo T. Alencar Araripe.

Junto aqui uns versos, que fiz à memória de minha madrinha. Fil-os para mim como preito de saudade, e inspirado pela consciência e pelo coração. Escrevendo porém sobre ella, não deixou de estar presente ao meu espírito a lembrança do companheiro inseparável, que hoje a chora sem consolo possível; por isso os versos também lhe pertencem. Verá, que são sinceros, expressão de pura amizade.

Seu parente e amigo — Mário.

(1) Argentina de Alencar Araripe; tomou este nome a 2a. filha do casal constituído por João Franklin de Lima e Maria Brazilina de Alencar Lima, nascida a 12/06/1827, na povoação de S. Felix da Muritiba, da vila da Cachoeira, da Província da Bahia, e batizada por seu tio, o padre Alencar, (Senador José Martiniano de Alencar), aos 20 de janeiro de 1829, sendo padrinhos, por procuração, o Capm. Manoel de N. Sousa, baiano e sua mulher, representada por sua avó Maria Xavier de Carvalho Alencar. Crismou-a, a 13/6/1835, o pe. Miguel Carlos Peixoto de Saldanha, tendo como madrinha sua tia d. Ana Tristão de Araripe. O casal supra teve os seguintes filhos: Tristão, Argentina, Maria, José, Artur, Ana, Desideria. Faleceu, Argentina, no Rio de Janeiro, a 27/1º/1904.

A MEMÓRIA DE MINHA MADRINHA D.
ARGENTINA DE ALENCAR ARARIPE

Se o céu não é somente uma esperança,
Que a saudade dos homens imagina,
Esta que hoje morreu, hoje descança
Onde mais fulge a eterna luz divina.

Foi boa, pura e simples. A mudança
Dos annos não mudou a cristallina
Alma sua, alma ingenua de criança,
E ao mesmo tempo uma alma de heroina.

Fez-se digna do céu, sendo-o do mundo.
Cumprio na terra o seu destino humano,
Triste e feliz, mas sempre em bens fecundo.

Morta, subio para a sagrada altura;
Mas se o céu é sómente um doce engano,
Vale o céu a saudade, que perdura.

Mário de Alencar.

Rio 27 de janeiro de 1904.

(2) O autor da poesia acima transcrita é o poeta e escritor Mário de Alencar, filho do autor do Iracema e outros brilha-retos, membro da Academia Brasileira de Letras, como o era, também, seu primo Tristão de Alencar Araripe Júnior, consagrado crítico nacional e neto do glorioso Tristão Gonçalves.

DOCE EXÍLIO

Cláudio Araripe

Tangido pelos imponderáveis de uma crise financeira sem precedente que atravessa o meu querido Ceará e tomado da decepção do emprego perdido após uma luta de uma década, resolvi emigrar para outras paragens...

Munido de fé, esperança e coragem, atravessei os Estados do Piauí, Maranhão, Pará, Acre e Amazonas, entre paragens de terra, água e céu, vindo parar no mais novo Estado da Federação, ou seja, o Estado de Rondônia.

Aqui pude enfim compreender a mais pura das verdades... quem busca o êxito não leva em conta a palavra "impossível"; segue o caminho traçado com denodo; obtém cada dia uma vitória, por pequena que seja; não desperdiça energia em lamentações; luta, avança e deixa que o passado se perca no esquecimento; vive valentemente!

Com fé, coragem e destemor, sem deixar que a decepção em mim permanecesse, cruzei o Brasil em caprichoso zigue-zague. Senti a ardentia do solo piauinse; fatiguei-me na extensão das terras do Pará; Molhei as mãos nas águas dos rios amazônicos.

Na chegada, senti que Rondônia registra atualmente o maior fluxo de migrantes de toda a história do Brasil. De barco, de ônibus, de caminhão e mesmo de avião eles chegam trazendo seus sonhos, suas esperanças e sua grande decisão de trabalhar e prosperar na região que mais oportunidades oferece aos que desejam crescer. A vigésima terceira estrela no azul da União recebe de coração aberto esses heróis de um novo tempo, que começa agora uma nova história do Brasil...

Vejo a mata virgem, as águas profundas e escuras do Rio Madeira; vejo as Industrias de Mineração e manufatura dos garimpos; vejo o crescimento rápido de Porto Velho e fico pensando o que está faltando para que a raça brasileira aqui late, ame e glorifique os lugares e os homens dos nossos tem-

pos heróicos, pela integração da Pátria comum e que a transforme num verdadeiro celeiro de mananciais.

Aqui pude também compreender quão mesquinha é a ação dos Homens públicos lá do meu Estado. A rigor, eles sobrevivem da "Indústria da Seca", indústria forjada na concepção de um desperdício de verbas, a uns engrandecendo e a outros tornando ainda mais miseráveis...

Nos Estados do Nordeste o que brilha mesmo é a estrela da corrupção. Ali se realiza diariamente um verdadeiro festival de robalheira dos bens públicos e do patrimônio alheio, um cumprir de mandatos sem realizações.

Ao registrar o drama do homem brasileiro através da exuberância dos seus versos, o poeta maior Drumond de Andrade, se conhecesse as riquezas da Região Norte talvez não se tivesse perguntado: — E agora José?

O doce poeta talvez não soubesse que quando um Homem perde dinheiro, perdeu muito; quando perde um amigo, perdeu mais. Mas quando este mesmo homem perdeu a coragem, perdeu tudo!

Que me desculpe Gonçalves Dias: "Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá", mas acho preferível viver aqui mesmo neste doce exílio.

Cláudio Araripe.

Porto Velho, Fev. 1984.

AOS AMANTES DO CÉU

Eugênio Costa
(Mov. Cult. "FLOR DA TERRA")

Pensem nas cores, flores, sabores,
nas excreções do recém-nascido.
Pensem nas noites, prazeres e gozos,
na prestação da cama, esquecida.
Chuva de beijos na hora do almoço
e no feijão subindo, subindo...
Sonhem serenos com todos os mimos,
sem omitir os custos da vida.
Pensem felizes em quentes carinhos,
mas avaliem o preço do ninho.
Brigas, ciúmes que o amor ressoca...
A cobra-sogra em dias infindos...
Falias, brotos, os gastos exímios...
E a prestação da casa imprópria.
Com a dormência das carnes indispostas,
e os ladrões assessorando a porta.
Vem a cegonha — ave debochada —
enche a casa de gente formosa.
Mas, e o leite? A roupa? A sopa?
Nada os poupa — o preço do orgasmo.
Façam castelos e ponham-lhes privadas!
Não vale nada o céu sem inferno.
Peçam ajuda ao Grande e Eterno:
que'le, abula atroz sacramento —
antes o choro dum curto momento
que uma vida de lágrimas encharcada.
Neguem o "sim" ao padre sagrado;
Desarticulem os advogados.
Sonhem e delirem, mas só despertados.

IBGE CONCLUI TRABALHOS SOBRE ALTITUDE DO CEARÁ

O Ceará foi o primeiro Estado a concluir o Projeto **Alsem**, para definição da altitude de precisão em todos os seus municípios. No Ceará o projeto foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que já tem a altitude inclusive de Maracanaú, recentemente criado. O mesmo trabalho está sendo desenvolvido em todo o País, procurando corrigir erros antes existentes em relação às altitudes das cidades.

O engenheiro Clóvis Mota de Alencar, chefe do Primeiro Distrito Geodésico do IBGE em Fortaleza, falou sobre a importância do trabalho. Citou o caso da cidade de Viçosa do Ceará, que tinha adotado a altitude de 600 metros, quando na verdade fica a 717,41 metros. Essa altitude na soleira da Igreja Matriz do município, que, como em todas as cidades à exceção de General Sampaio e Pedra Branca, serviu de referência ao levantamento.

AS ALTITUDES

De acordo com o novo estudo, a cidade de maior altitude no Ceará é Guaraciaba do Norte, com 902,40 metros. Em segundo fica São Benedito, com 901,64 metros. Em seguida vêm: Ibiapina, com 878,42 metros; Guaramiranga, 865,24; Ubajara, 847,51; Aratuba, 838,78 e Mulungu, com 801,19 metros. A cidade de mais baixa altitude é Aracati, com 5,72 metros, seguida de Acaraú, com 7,32, e Itaiçaba com 7,77 metros. Fortaleza está a 21,67 metros.

Clóvis Mota acrescenta a necessidade de preservação dos marcos do IBGE ao longo das estradas, indispensáveis aos futuros levantamentos topográficos. Lembra que os custos para a execução da tarefa foram bastante altos. Contudo, frisa ser bastante importante para o mapeamento sistemático do território cearense, bem como de todo o País. Eis a altitude de cada uma das cidades cearenses:

Abaiara — 409,70; Acaraú — 7,32; Acopiara — 317,08; Aiuaíba — 466,44; Alcântaras — 656,16; Altaneira — 661,98; Alto Santo — 79,49; Antonina do Norte — 366,15; Apuiarés — 91,24; Aquiraz — 14,23; Aracati — 5,79; Aracoiaba — 107,10; Araripe — 605,78; Aratuba — 838,79; Arneiroz — 337,94; Assaré — 444,39; Aurora — 267,53; Baixio — 279,96; Barbalha — 414,95; Barro — 362,14; Baturité — 171,24; Beberibe — 11,94; Bela Cruz — 15,74; Boa Viagem — 275,67; Brejo Santo 381,38; Camocim — 8,09; Campos Sales — 567,08; Canindé — 149,74; Capistrano — 159,98; Caridade — 144,57; Cariré — 158,56; Caririaçu — 715,27; Cariús — 240,62; Carnaubal — 766,93; Cascavel — 33,71; Catarina — 589,84; Caucaia — 29,91; Cedro — 250,25; Chaval — 11,91; Coreaú — 72,98; Crateús — 273,76; Crato — 426,91; Farias Brito — 337,70; Fortaleza — 21,67; Frecheirinha — 121,04; General Sampaio — 95,15; Granja — 10,48; Granjeiro — 311,25; Groaíras — 88,77; Guaraciaba do Norte — 902,40; Guaramiranga — 865,24; Hidrolândia — 190,13; Ibiapina — 878,42; Icó — 153,67; Iguatu — 217,20; Independência — 343,05; Ipaumirim — 275,05; Ipu — 247,20; Ipueiras — 231,34; Iracema — 131,26; Irauguba — 153,76; Itaiçaba — 7,77; Itapajé — 262,19; Itapipoca — 108,88; Itapiúna — 133,32; Itatira — 794,76; Jaguaratama — 120,92; Jaguaribara — 92,82; Jaguaribe — 123,17; Jaguaruana — 12,15; Jardim — 648,73; Jati — 435,03; Juazeiro do Norte — 377,37; Jucás — 246,96; Lavras da Mangabeira — 239,02; Limoeiro do Norte — 30,25; Maracanaú — 48,05; Maranguape — 68,57; Marco — 20,10; Martinópolis — 85,59; Massapê — 83,54; Mauriti — 373,76; Meruoca — 657,45; Milagres — 334,15; Missão Velha — 360,95; Mombaça — 245,84; Monsenhor Tabosa — 687,98;

Morada Nova — 52,08; Moraújo — 67,14; Morrinhos — 35,08; Mocambo — 170,12; Mulungu — 801,19; Nova Olinda — 445,72; Nova Russas — 240,81; Novo Oriente — 347,61; Orós — 184,48; Pacajus — 73,93; Pacatuba — 65,37; Pacoti — 736,13; Pacujá — 142,96; Palhano — 14,22; Palmácia — 425,11; Paracuru — 19,95; Parambu — 478,69; Paramoti — 90,27; Pedra Branca — 500,69; Penaforte — 509,63; Pentecostes — 45,70; Pereiro — 560,20; Piquet Carneiro — 251,08; Poranga — 713,19; Porteiras — 523,62; Potengi — 560,86; Quixadá — 189,98; Quixeramobim — 191,82; Quixeré — 25,61; Redenção — 88,83; Reriutaba — 145,74; Russas — 20,92; Saboeiro — 291,72; Santana do Acaraú — 45,39; Santana do Cariri — 500,92; Santa Quitéria — 197,71; São Benedito — 901,64; S. Gonçalo do Amarante — 15,92; S. João do Jaguaribe — 51,12; S. Luiz do Curu — 38,36; Senador Pompeu — 177,28; Senador Sá — 87,80; Sobral — 69,50; Solonópole — 155,38; Taboleiro do Norte — 39,68; Tamboril — 322,62; Tauá — 402,71; Tianguá — 775,93; Trairi — 12,73; Ubajara — 847,51; Umari — 272,70; Uruburetama — 125,54; Uruoca — 81,97; Várzea Alegre — 317,56; Viçosa do Ceará — 717,41.

LIVROS

Abdias Lima

1 — **O Gen. Raimundo Teles Pinheiro**, nome impoluto das Forças Armadas e brilhante garimpeiro da História e da Genealogia, fez bem em reunir em livro os seus trabalhos esparsos em revistas e jornais sobre assuntos diversos. Daí esses “Retalhos Genealógicos e Outros Retalhos” que se lê prazerosamente.

“Estamos, pois, diante de um pequeno livro de real significação pelo que contém. São temas de História, de genealogia, de evocações que dão ao leitor subsídios importantes para um melhor conhecimento da estrutura nacional”, afirma no prefácio Vinícius Barros Leal. Realmente, **o Gen. Raimundo Teles Pinheiro** dá-nos, em páginas vigorosas, o retrato do **Cariri Cearense, do deputado Floro Bartolomeu**, figura controvertida, dos caririenses nas forças armadas brasileira, dos **Bezerra de Meneses caririenses**. Traz-nos saborosas reminiscências da **Revolução de 1930**, em que tomou parte. Juntem-se a esses escritos orações de paraninfo em que sobressai a personalidade de **Raimundo Teles Pinheiro**.

Referindo-se ao Exército brasileiro: “Para nós, em particular, cumpre destacar o seu grande papel histórico na formação e na consolidação da nacionalidade, quer como Força Armada, quer como elemento de trabalho construtivo e, ainda, nos empreendimentos como fator incontestável de valorização do homem através da ampla malha que se apóia nos quartéis para cobrir todo o território nacional.” (P. 107).

É “Retalhos Genealógicos e Outros Retalhos” um livro-fonte, escrito por um notável homem de pensamento e de sensibilidade.

O RECRUTA E O GENERAL

Pádua Campos

Quando recruta no 23.º BC, aqui em Fortaleza, conheci o hoje general Raimundo Teles Pinheiro como capitão. Sizudo e meticuloso em suas obrigações profissionais. Imprimia, pelo menos a mim, respeito sem medo.

Aparentemente durão, era, no entanto, de coração mole. Incapaz de fazer mal, punia com constrangimento, quando não podia deixar de fazê-lo, a bem da disciplina.

Como o mundo dá muitas voltas, aconteceu algo que naqueles tempos de recruta me parecia impossível: tornar-se o capitão Teles meu amigo, e dos bons. O destino cruzou muitas vezes nossos caminhos e a camaradagem ainda hoje se mantém sem arranhões. O seu primeiro livro, intitulado "A heroína e os bravos", sobre a figura heráldica de Maria Quitéria, foi editado pela Imprensa Oficial do Estado quando era eu seu diretor. Fizemos juntos, em meio a boas conversas, a revisão do trabalho. Foi também na minha gestão que a IO publicou uma volumosa e ilustrada revista do CPOR, então comandado pelo coronel Teles. Por fim, quando o coronel Teles comandava o Colégio Militar de Fortaleza, tive um filho, hoje médico na França, seu aluno diletto.

A vida tanto aproxima como separa as criaturas. De uns anos para cá, deixei de avistar-me com o general Raimundo Teles Pinheiro, mas não deixei de pedir notícias suas aos amigos comuns dele e meus e de desejar-lhe felicidade. Eis que, há poucos dias, encontrei na portaria do jornal o exemplar do último livro daquele ilustre amigo, "Retalhos genealógicos e outros retalhos", que li comovidamente.

Pelo título, verifica-se que se trata de obra de pesquisa, trabalhosa, a que só se abalançam os que têm vocação para o tema. O autor a ilustra com muitos episódios interessantes, como o de sua participação, como cadete, na revolução de 30, lado a lado com o cadete Golbery e outros que depois tiveram grande destaque no cenário do País.

Falei no começo que era recruta quando conheci Raimundo Teles Pinheiro como capitão. Devo acrescentar que, além do 23.º BC, servi noutras unidades do Exército, inclusive na ilha de Fernando de Noronha, onde curti um ano. E cheguei a sargento, que gosta de bater na barriga de conoréis e generais que se tornaram seus amigos, sem que nenhum deles até hoje tenha pensado em enquadrá-lo no RDE...

Fortaleza, 08 de novembro de 1983.

Caro General Teles,

Li com interesse e emoção seu livro "Retalhos Genealógicos e Outros Retalhos", escrito com tanta correção e beleza.

Sinto-me duplamente homenageado.

Primeiro, pela sua sensibilizadora dedicatória, depois pela citação de meu nome e de todos os ramos de nossa família, na sua magnífica obra.

Aceite meu afetuoso abraço de agradecimento pela sua generosidade, mas também de apoio ao notável esforço que realizou para brindar os Bezerra de Menezes com uma pesquisa genealógica que realmente honra o seu autor.

Creia na sincera amizade e na permanente admiração do primo e amigo,

ADAUTO BEZERRA

O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

A Independência Política do Brasil está inserida num longo e crucial processo, no qual distinguimos os preliminares e o processo propriamente dito. Nos primeiros, temos ações socializadas, e, no segundo, temos ações mais abrangentes.

Nas preliminares assinalamos as intentonas que envolveram fatos político-sociais, embora em todas elas tenham ocorrido ações relacionadas com conotações econômicas (1) : “Guerra dos Mascates” em Pernambuco no ano de 1711, na qual os exaltados, como Bernardo Vieira de Melo e outros, pregaram a Independência e a República, pelo que pagaram o sonho com a vida; a “Inconfidência Mineira” de 1789, que pregava a Independência, a República, a abolição da escravidão Negra, a fundação de universidades e de fábricas, a instituição do Serviço Militar obrigatório, o estabelecimento de prêmio para as mães que tivessem muitos filhos, etc, e resultou no sacrifício de “Tiradentes”, que foi enforcado no Rio em 21 de abril de 1792, e teve seu corpo esquartejado e seus restos mortais dispersos pelos caminhos das Minas Gerais — mas é ele, hoje o “Patrono Cívico da Nacionalidade Brasileira”. (Participaram também da intentona, foram condenados e tiveram suas penas comutadas para degredo na África ou Lisboa: Alvarenga Peixoto, José Alvares Maciel, José Vaz de Toledo, Francisco Antonio de Oliveira Lopes, Francisco de Paula Freire de Andrade, Tomás Antonio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues, Antonio de Oliveira Lopes, Vitoriano Gonçalves, Sal-

vador do Amaral Gurgel, padres José da Silva, Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo, José Lopes de Oliveira, Cônego Luiz Vieira da Silva, Padre Manuel Rodrigues da Costa e Domingos Vidal Barbosa, e os dois Resendes, todos influenciados pela Revolução Americana, pelos Enciclopedistas e pela Maçonaria; quase todos regressaram ao Brasil, sendo que José Resende Costa e Padre Manuel Rodrigues participaram da Constituinte de 1821); a “Inconfidência Fluminense”, de 1794 com pequena repercussão; a “Conjuração dos Alfaiates” de 1798 na Bahia, que planejavam proclamar a República, a qual daria a todos — brancos e negros — igualdade de direitos, e foi reprimida com derramamento de sangue (foram fuzilados os soldados Lucas Dantas do Amorim Tavares, Luiz Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, alfaiates João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos e Luiz Pires; escapou de qualquer castigo Cipriano Barata de Almeida, que depois foi constituinte após a Independência), e foi considerado o primeiro movimento de caráter socialista no Brasil; a seguir temos a “Revolução Pernambucana de 1817”, “Marco iluminado do nacionalismo brasileiro, porque em vão procuramos na nossa história motivo de maior glória, consoante Manuel Banfim, que prossegue: “. . . revolução essencialmente brasileira, cujas energias foram abatidas pelos sicários do Bragança”, e testemunhou farto derramamento de sangue (nela foram fuzilados: Padre Roma, Padre Miguelino, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge, e José de Barros Lima, Henrique Rabelo e José Peregrino; escaparam: José Martiniano de Alencar, Muniz Tavares e Antônio Carlos de Andrade, que foram constituintes às Cortes Portuguesas.

Em seguida temos o processo propriamente dito, que compreende especificamente fatos político-sociais, independentistas e guerras cruentas, com o sacrificio de preciosas vidas.

No âmbito dos fatos político-sociais assinalamos: a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil (1808) acarretando uma série de acontecimentos que estabeleceram o desenvol-

vimento e o progresso: abertura dos portos, o liberalismo econômico, a ruptura do pacto colonial, a criação de Escolas Superiores, do Banco do Brasil, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, etc, a criação do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves* (1815), etc, seguido depois pela Revolução do Porto (1820), com a imposição do regresso de D. João a Lisboa (1821), ficando D. Pedro como regente; e os atos conducentes à recolonização; a seguir a pressão para o regresso de D. Pedro à Europa, com a expedição dos Decretos que suprimiram a sua liberdade de governo; as reações para sua permanência(2), manifesto do Rio de Janeiro, adesão da tropa brasileira, agitações no Rio e o "Fico" de 09 de janeiro, após inúmeras indecisões; nomeação do Ministério sob a Presidência do José Bonifácio, a criação do Exército sob Labatut e da Marinha sob Cochrane; as agitações da Bahia, de Minas e São Paulo, e a Independência com a Separação, proclamada por D. Pedro na colina do Ipiranga em 7 de setembro de 1822 após a leitura das Cartas da Princesa Leopoldina e de José Bonifácio que sugeria: "só há dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro às cortes, como estava D. João VI, ou ficar e proclamar a Independência do Brasil, ficando seu Rei ou Imperador". D. Pedro, lida a correspondência das Cortes, atira-a ao chão, pisoteia enraivecido e interpela o padre Belchior Pinheiro: "E agora padre Belchior?" obtendo a resposta: "Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das cortes e talvez deserddado por estas; não há outro remédio senão a Independência e a separação", caminhando um pouco em direção à sua comitiva, D. Pedro estacou e disse: "Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta, as cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de Rapazinho e de Brasileiro, pois verão agora quanto vale o rapazinho; de hoje em diante estão quebradas as nossas relações, nada mais quero do governo Português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal"; já montado, lançando fora o Laço português e atirando-o ao chão, gritou: "laço fora, soldados! Viva a Independência pela liberdade e a separação do Brasil"; o príncipe a seguir desembainhou a es-

pada, virou-se, ficando em pé nos estribos: "Brasileiros! a nossa divisa de agora em diante será; "Independência ou Morte"). (3)

Proseguindo, assinalamos as lutas, na Bahia, com tropas portuguesas sob o comando do Gen. Madeira de Melo, a partir de fevereiro de 1822 em que se travaram vários combates, inclusive o de Pirajá-Cabrito, que foi ganho por nossas tropas graças ao expediente do corneteiro Luiz Lopes, que em vez de tocar retirar, como foi determinado, tocou "cavalaria avançar", que foi interpretado pelo de "cavalaria degolar", e os patriotas cantaram vitória depois de 05 horas de feroz entreviro; travaram outros combates até à vitória final em 02 de julho, que é consagrada como data da Independência pelos baianos.

Merecem destaque no plano da glória: Labatut, Lima e Silva (tio Cel. e sobrinho tenente, futuro duque de Caxias) os Regimentos Pedrões, dos Henriques, Cochrane, a mártir Soror Ana Angélica e a heroína Maria Quitéria de Jesus.

E o Nordeste e o Norte? No Ceará não houve problema: Em 1.º de setembro de 1822 o povo do Crato rebelou-se contra a Junta Governativa do Ceará e mandou a sua Câmara que se cumprisse o decreto de 03 de junho, marcando as eleições de deputados para o dia 7 de setembro (razão por que é considerada aludida data com a de Independência antecipando-se ao Grito do Ipiranga). Aos 16 de outubro, reunido em Icó, o Colégio Eleitoral estabeleceu o Governo Temporário em oposição à junta de Fortaleza; aos 21 de outubro, a Câmara de Crato elegeu o Capitão-Mor José Pereira Filgueiras membro do Governo temporário, o qual assumiu a sua presidência a 19 de novembro, marchou com suas forças para Icó, dominou a junta Portuguesa (Diniz), prosseguiu a marcha sobre Fortaleza onde dominou a junta Portuguesa, após penetrar na cidade triunfalmente e empossou o Governo por ele presidido aos 23 de janeiro de 1823, e estava consolidada a Independência no Ceará". . .

O Piauí, o Maranhão e o Pará estavam inteiramente dominados pelos Portugueses.

Em 19 de outubro de 1822 a vila de Parnaíba (João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias) aderiu à Independência; o Major Fidiê, Comandante das Armas, deslocou-se de Oeiras para a Vila independente e os independentistas fugiram para Granja no Ceará, onde mobilizam cerca de 200 homens, inclusive de vilas vizinhas, sob o comando de Luiz Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Leonardo Castelo Branco, invadem o Piauí e travam escaramuças. Aos 24 de janeiro de (1823) os patriotas de Oeiras proclamam a Independência e organizam a junta sob a Presidência de Souza Martins (futuro Visconde de Parnaíba), e Fidiê retrocede de Parnaíba para Oeiras via Campo Maior; antes de atingir esta, no corte do rio Genipapo, surpreende a tropa cearense-piauiense e trava a batalha de 5 horas, da qual saiu vitorioso taticamente, (4) mas perdeu o seu trem de guerra para os Cearenses (Cap. Luiz Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Cap. Alecrim, Cap. José Francisco de Souza e outros), e, em consequência dirige-se sucessivamente para Estanhado e Caxias, onde luta até ser cercado pelo Exército Libertador e Pacificador (8.000 homens) sob o comando de Pereira Filgueiras, e capitula a 31 de julho de 1823. São Luiz já havia capitulado a Cochrane a 28 e o Pará rendeu-se a seguir, com mortes por asfixia, de prisioneiros recolhidos ao porão de um navio...

E podemos cantar epinícios aos heróis Nordestinos que empenharam o conforto e a vida pela consolidação da nossa Independência. Já o fizemos mais de uma vez, mas repetamos, porque são esquecidos: José Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, João Cândido de Deus e Silva, Souza Martins, Simplício Dias, Leonardo Castelo Branco, Luiz Rodrigues Chaves, José Francisco de Souza, Cap. Alecrim e muitos outros.

E concluamos: todo esse "processo foi simbolizado e está contido numa data: 7 de setembro, e num lema: Independência ou Morte", e o seu complemento necessário foi o "07 de abril de 1831, quando o Brasil, por fim, tornou-se brasileiro".

NOTAS:

- 1 — Assim, não colocamos nas preliminares: o episódio da aclamação de Amador Bueno (1641), a “Conjuração do Nosso Pai” (1666), a “Revolta de Bequimão” (1684), a “Guerra das Emboabas, (1706/1708), a revolta de Pitanguí de Minas e de Felipe dos Santos, em Vila Rica, Minas (1720).
- 2 — Ardorosos estimuladores: José Joaquim da Rocha, planejador principal, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Nóbrega da Cunha, Clemente Pereira, José Maria Berquó, Pedro Dias Paes Leme, Martins Francisco, Antônio Carlos de Andrada, Evangelista Saião Lobato e, de uma maneira geral, a maçonaria.
- 3 — Indubitavelmente, D. Pedro I foi o Proclamador da nossa Independência e o elo que impediu o nosso esfacelamento político-geográfico, apesar das dúvidas manifestadas na expedição de farta correspondência hipotecando solidariedade e submissão a D. João VI.
- 4 — Tivemos 200 mortos e feridos e 542 prisioneiros, e os oponentes tiveram 80 baixas, (Proferida no Instituto do Ceará, em 04 set. 1984). Gen. Raimundo Teles Pinheiro.

BIBLIOGRAFIA:

- História do Brasil — Bloch Editora — 1972
- Tiradentes — Editora Três — 1973
- Mozaico da Independência — Rev. Itaytera — 1983 — Raimundo Teles Pinheiro
- Fazes da Independência — Rev. Itaytera — 1984 — Raimundo Teles Pinheiro
- D. Pedro I e o Brasil — Ed. 1981 — Evertano Cruz
- O Visconde de Parnaíba — Ed. do Instituto de Oeiras — Esmarago de Freitas
- A guerra do Fidiê — 2.^a Edição 1974 — Abdias Neves.

O MITO PEREIRA FILGUEIRAS

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

Faz exatamente 162 anos, na colina do Ipiranga, às margens do histórico riacho homônimo, o Príncipe D. Pedro, em situação física precária, proclamou irado a nossa independência e separação do reino de Portugal, resultando a criação do Império do Brasil. E as Províncias do Reino não se comportaram uniformemente com a nova situação, e houve lutas cruentas na Bahia, no Piauí e no Maranhão.

No Ceará muitos acontecimentos incruentos ocorreram: a 1.º de setembro de 1822 o Crato rebelou-se contra a Junta Governativa e a sua Câmara convocou eleições para Deputados a 07 de setembro, dando cumprimento ao Decreto de 03 de junho do Príncipe Regente; a 16 de outubro o Colégio Eleitoral, reunido em Icó por questão geográfica, elegeu o Governo Temporário em oposição à Junta de Fortaleza; a 19 de novembro a Câmara do Crato empossou esse Governo, do qual era Presidente o Capitão-Mor Pereira Filgueiras e membros: o padre Antônio Manuel de Souza, vigário de Jardim, José Joaquim Xavier Sobreira, vigário de Lavras, Tenente Coronel Antônio Bezerra de Meneses, de Icó, Major Francisco Fernandes Vieira, dos Inhamuns, e Joaquim Felício de Almeida e Castro, de Quixeramobim.

Pereira Filgueiras à frente desse Governo, marchou com tropas sobre Icó, dominou a Junta Portuguesa (Diniz), prosseguiu a marcha sobre Fortaleza, onde penetrou triunfalmente a 23 de janeiro de 1823 e empossou o governo por ele presidido.

Aos 03 de março de 1823 foi eleito, na capital, outro Governo em substituição ao Governo Temporário, do qual fizeram parte: o padre Francisco Pinheiro Landim, Presidente, Miguel Antônio Rocha Lima, Secretário, e vogais: Tristão Gonçalves, padre Vicente José Pereira e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, e Comandante das Armas Pereira Filgueiras.

Atendendo a urgentes pedidos de socorro do novel governo independentista piauiense contra o arrogante Major Fidié, decidiu o governo cearense auxiliá-lo e Pereira Filgueiras com alguns elementos (embrião de exército) chega no Crato a 05 de maio, engrossa suas fileiras, toma medidas administrativas e logísticas, parte a 27 para Várzea da Vaca (atual Campos Sales), estrutura o Exército Libertador e Pacificador, e prossegue para Oeiras, que atinge a 16 de junho, onde recebe a Carta do Imperador de 16 de abril nomeando-o Comandante em Chefe, com a patente de General. Pereira Filgueiras toma providências diversas, inclusive quanto a pagamento de soldo e repouso de sua tropa, exausta pela longa marcha em péssimos caminhos e ambiente tórrido pela inclemência de um sol de forte seca.

Com seus elementos retemperados, parte para Caxias, que atinge a 23 de julho, completa o seu cerco com 8.000 homens e intima Fidié à rendição. Este passa o comando a 27 ao seu substituto Manuel de Mesquita, que assinou a capitulação a 31 de julho.

No fim do ano regressam vitoriosos Pereira Filgueiras, Tristão e seu exército constituído de turbulentos "cabras" cariarienses mal enquadrados, mal instruídos, mal armados e indisciplinados, apenas mantidos em condições de combater e vencer pela férrea energia de Filgueiras...

A dissolução da Assembléia Constituinte por Pedro I a 12 de novembro foi recebida com indignação na Corte e nas Províncias, e debaixo desse clima a Câmara de Quixeramobim, no dia 09 de janeiro de 1824, considerando a "horrorosa perfidia de Pedro I", resolveu declará-lo "excluído do trono e decaída a dinastia bragantina", e foi eleito um governo sob a Presidência de Tristão e Comando das Armas sob Pereira

Filgueiras; tumultuam-se os acontecimentos até que o grande Conselho elegeu um governo sob a Presidência de Tristão Gonçalves, que aderiu à Confederação do Equador, em consonância com o movimento do Recife. Tristão e Pereira Filgueiras, continuam na crista dos acontecimentos até que o primeiro foi morto em Santa Rosa a 31 de outubro; enquanto Pereira Filgueiras com o padre Alencar se dirigem ao Crato com o objetivo de auxiliarem os confederados do Recife, via Paraíba; não conseguindo o seu intento, retrocedem de Icó, combatem em Missão Velha e Batateira (Crato), mas Filgueiras dissolve sua tropa a 08 de novembro na chapada do Araripe, entrega-se a 12 em Exu, é conduzido ao Rio por terra, vindo a falecer de febres na localidade Mineira de São Romão, à margem do rio São Francisco. (O padre José de Alencar foi preso a 14 na fazenda Pintado).

Quem foi Pereira Filgueiras? Na companhia dos seus pais, chegou ele com 4 anos de idade no vale do Salamanca, no então município do Crato, na segunda metade do século XVIII; aí se criou, casou-se e, adulto, foi considerado homem de força descomunal e de imenso prestígio pessoal e político, a ponto de ser nomeado Capitão-Mor do Crato. Com o tempo conviveu com lendas no vale caririense, “fanatizado pela população por sua valentia demonstrada por inúmeras lutas”.

Propalava-se que “seu cavalo corria sobre torres de igrejas; que seu clavinote suave e sua espada temia à aproximação de inimigos; que em passeio do seu sítio São Paulo ao Crato, cavalgava com moedas nos estribos, sem que elas caíssem; que agarrado com as mãos num galho de árvore, suspendia o cavalo em que montava, abraçando-o nas duas pernas, o que comprova ter sido ele um prodígio de robustez” (Irineu Pinheiro).

Ele foi julgado fora do Cariri, também: Caldeira Brant, na época da Confederação do Equador, informou ao Marquês de Resende “que um sertanejo Filgueiras que não sabe ler, mas tem pacto com o diabo, em consequência do que não lhe entra chumbo”; para Muniz Tavares, João Brigido e Dias da Rocha Filho era “Filgueiras um misto de bravura física, estu-

pidez e maldade”, classificando-o Dias da Rocha, ainda, “de quase irresponsável pela mesquinhez da inteligência e ignorância crassa”, tudo em contraposição à afirmativa do Governador Sampaio, que o classificou de “bom, pacífico e benfazejo”. Haverá credibilidade nesses julgamentos? Será portador de todas essas qualidades negativas um cidadão que ocupou a vértice da pirâmide da política cearense de 1817 a 1824, que comandou um Exército de 8.000 homens, na sua quase maioria constituído de turbulentos “cabras” caririenses indisciplinados, mal enquadrados, mal instruídos e mal armados à vitória, após uma marcha de 21 dias, por caminhos ásperos, sob canícula de um sol do sertão em ano de seca? Foi um mito originado no Cariri Cearense, como foi e é mito originado no mesmo Cariri o padre Cícero Romão Batista, a partir de 1889, o qual conheci e tivemos o nosso último encontro em dezembro de 1933. (Faleceu em 20 de julho de 1934).

O primeiro foi constelação que se eclipsou em poucas décadas; o segundo fanal que guia através do tempo, como atestam as peregrinações seguidamente avolumadas, como a do último “finados”, avaliada em 300.000 romeiros.

Caprichos da história? Indigência do julgamento dos homens?... Perene é a fé que se eterniza e vivifica imperecivelmente!

Fortaleza, 08 de novembro de 1984.

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

HOMENAGEM A DENIZARD MACEDO

Já estava circulando o último número de ITAYTERA, quando ocorreu, em Fortaleza, o falecimento do eminente filho do Crato, José Denizard Macedo. Num preito à sua memória, ITAYTERA transcreve notícias dos jornais, sobre o fato, para a memória cultural de nossa terra, e dois trabalhos sobre o consagrado escritor:

MORTE DE DENIZARD MACEDO ENLUTA A CULTURA DO CEARÁ

Foi sepultado, às 17 horas de ontem, no Parque da Paz, o corpo do professor e escritor cearense José Denizard Macedo de Alcântara, vítima de infarto. O corpo foi velado durante o dia na sede do Instituto do Ceará, na sala Dom Pedro I, na Praça do Carmo, a pedido dos historiadores.

Natural do Crato, Denizard Macedo completara 62 anos no dia primeiro de setembro passado. Um infarto violento o vitimou sexta-feira à noite quando ele se dirigia para sua residência, tendo ainda sido levado para o Instituto Dr. José Frota, onde faleceu poucos minutos depois.

O elogio fúnebre durante o seu sepultamento foi feito pelo professor Itamar Espíndola, que enalteceu a figura desse grande vulto da cultura cearense.

Denizard Macedo era casado com Eliane Porto Sampaio de Alcântara, com quem teve os filhos Maria Caetana Alcântara, Maria Inês Alcântara de Miranda, Maria Celeste Alcântara Martins, Maria Bernadete Alcântara Correia, Fernando José Macedo de Alcântara e Maria Eliane Alcântara Kert, e

19 netos. Nasceu a primeiro de setembro de 1921, filho de Júlio Teixeira de Alcântara e Corina Macedo de Alcântara.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Academia de Comércio do Ceará, em 1944, em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (1945) e doutor em Ciências Econômicas também pela UFC, em 1960, Denizard Macedo se destacou como professor, historiador e conferencista. Era professor titular do Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFC, onde ingressou por concurso para ensinar Geografia Econômica, desde 1960, e lecionava também no Colégio Militar de Fortaleza. Era membro da Academia Cearense de Letras, do Conselho Estadual de Educação, do Instituto do Ceará, da Sociedade Cearense de Geografia e História e do Instituto Cultural do Cariri. Publicou diversos trabalho, principalmente nas áreas de geografia e história.

Denizard Macedo de Alcântara foi vice-reitor para assuntos estudantis da Universidade Federal do Ceará (1966-1967), Vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC (1964-1966), Membro do Conselho Universitário da UFC (1966-1967), Professor de economia política da Escola de Serviço Social (1952-1953), Professor de Geografia Humana, História do Brasil, História do Ceará. Didática geral na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará (1951-1965). Foi vereador de Fortaleza no período 1948-1962 e suplente na Assembléia Legislativa em 1947 - 1950 e 1959 - 1963. Integrou a Comissão de Planejamento Urbano de Fortaleza (1959-1962)

CULTURA

A morte de Denizard Macedo enlutou a cultura cearense. Ele foi o Secretário de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado, em 1977, em substituição a Ernando Uchoa Lima, que deixava o cargo para assumir uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Ao tomar posse no dia 13 de setembro de 1977, Denizard Macedo anunciou, como prioridade em sua administração, a

preservação da memória cultural cearense, conservando a tradição e história de monumentos, obras literárias, peças artísticas e outras formas de exaltação de aspectos que o passado legou aos cearenses. (O Povo 13.11.83).

Fortaleza, Ceará — Domingo, 13 de novembro de 1983
(Diário do Nordeste).

CEARÁ PERDE DENIZARD MACEDO, EX-SECRETÁRIO DE CULTURA DO ESTADO

Faleceu a uma hora da madrugada de ontem, na unidade central do Instituto Dr. José Frota (IJF), vítima de ataque cardíaco, o professor universitário, ex-secretário de Cultura no Governo Aduato Bezerra e historiador José Denizard Macedo de Alcântara. O professor sentiu-se mal ao sair de um jantar sendo levado ao IJF, onde chegou já sem vida. Seu corpo foi velado no Instituto Histórico do Ceará, tendo sido sepultado às 17 horas, no Parque da Paz.

José Denizard Macedo de Alcântara nasceu no dia primeiro de setembro de 1921, no Crato, interior do Ceará. Dentre os cargos que exerceu, destacam-se os de vereador de Fortaleza pelo antigo Partido de Representação Popular (PRP), no período 1948/1950; suplente de deputado estadual, em 1956; secretário de Cultura do Estado, no governo de Aduato Bezerra (1975/1978); vice-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e presidente do Conselho Estadual de Educação no período de 1979 a 1981.

Foi também professor da antiga Escola Preparatória (hoje, Colégio Militar de Fortaleza) por mais de 30 anos; professor secundarista do Estado; professor titular da UFC, vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados; era também membro da Academia Cearense de Letras (ACL) e do Instituto Histórico do Ceará. Era casado com dona Eliana Porto Sampaio de Alcântara e tinha seis filhos; Maria Caetana, Maria Inês, Maria Celeste, Maria Bernadete, Fernando José e Maria Eliana.

J. Lindemberg de Aquino

O mundo cultural cearense vem de sofrer duro golpe, com o falecimento do professor, escritor e historiador Denizard Macedo. Era dos mais autênticos valores do nosso Estado, homem de profunda cultura humanística, intelectual de boa tradição e incansável pesquisador da história regional, sobretudo da área militar.

Outro dia dizia-me Monsenhor Francisco de Holanda Montenegro, Diretor do Colégio Diocesano, e seu companheiro no Conselho Estadual de Educação:

— “O Denizard era de uma inteligência privilegiada. Recordo-me que antes de uma das reuniões do Conselho, enquanto esperávamos a hora, ele nos deu uma aula, ao vivo, a mim e ao Braveza, sobre como funcionavam e eram constituídas as Polícias Militares do Ceará provincial, com todos os detalhes e perfeito conhecimento de causa.”

Ocupando a Cadeira 34 da Academia Cearense de Letras, Denizard nela substituiu outro cratense, o escritor J. de Figueiredo Filho. Assisti a sua posse naquela Cadeira e pude ter o privilégio de vê-lo discorrer, por mais de uma hora, no seu discurso de posse, sobre a vida e a obra de Figueiredo, revelando, inclusive, facetas até então desconhecidas para mim, sobre o inolvidável autor de MEU MUNDO É UMA FARMÁCIA.

Menino da Praça da Sé, Denizard Macedo veio ao mundo em 1.º de setembro — dia da Padroeira Nossa Sra. da Penha — de 1921, filho do casal Júlio Teixeira de Alcântara (irmão do cel. Luiz Teixeira) e dona Corina Macedo Alcântara, (ela, irmã do Brigadeiro José Sampaio de Macedo).

Dominou sua geração, quando estudava em Crato, e no verdor dos anos foi a mais autêntica liderança local do integralismo, combatendo o Estado Novo de Vargas, com real bravura e destemor.

A vida de professor e intelectual abriu-se um leque de cargos e funções, que ele executou com maestria e sapiência

desde vereador do antigo PRP à Câmara de Fortaleza às funções de Professor do Colégio Militar e Secretário de Cultura do Estado.

Homem de fibra, de extraordinário saber e de profunda cultura, foi líder católico autêntico, nele encontrando a Igreja um acérrimo defensor de sua causa, pronto a combater os inimigos da Fé Cristã como um bom Cruzado das boas causas, que sempre foi.

Minha amizade com Denizard Macedo foi das melhores heranças que me deixou o meu Pai-Joaquim Patrício, seu amigo de todas as horas. Eram eles muito amigos e lutaram pela mesma causa da filosofia cristã de Plínio Salgado.

Logo depois da morte de Meu Pai, encontrei-o em Fortaleza (agosto/83) e ele se mostrou profundamente comovido com a perda do velho amigo de tantos anos de Crato. Sua partida, agora, enche-me de tristeza e sentimento, plantando-se mais uma cruz na estrada cada vez mais longa de minhas memórias... (14.11.83).

UM GRANDE VALOR DA CULTURA CEARENSE: JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCÂNTARA

Djacir Menezes

A 12 de novembro passado desaparecia da elite cultural do Ceará — diria melhor, do Brasil — o Prof. José Denizard Macedo de Alcântara, uma das grandes figuras intelectuais e mais vigorosos caracteres morais que dignificavam o magistério universitário daquela terra.

Todos que o conheciam admiravam-no. Além de seu vasto saber histórico e geográfico, onde se especializara, tinha profundos conhecimentos em economia, sociologia, direito, conforme se vê pelo seu *curriculum vitae* adiante resumido. Nascido no Crato, onde fez seus estudos primários, cursou, em Fortaleza, as Faculdades de Ciências Econômicas e Direito, bacharelando-se em ambas e em ambas se tornando professor catedrático de alto renome.

O Instituto do Ceará logo o incorporou ao seu quadro de sócios efetivos, rendido por seu profundo conhecimento da história regional. Poucos sabiam tão minuciosa e seguramente os episódios e personalidades do passado cariense, que tratou em monografias, teses e ensaios, situando-os na mais moderna e sugestiva perspectiva sociológica. Como tantos jovens de seu tempo na década de 30, sofreu influência do nacionalismo que via no Brasil aquela **Colônia de banqueiros** denunciada no livro de G. Barroso; no **País espoliado**, de Geraldo Rocha; em **O Brasil e os dois imperialismos**, de Osório da Rocha Diniz; no **Ouro e a nova concepção da moeda**, do signatário destas linhas — para falar apenas na década de 40. Mais de uma vez, assuadas promovidas pelos adversários de Denizard coroaram-lhe os pronunciamentos públicos.

Que nós saibamos, jamais se desmentiu diante dessas arruaças; seu magistério se pautou no ritmo de suas convicções nacionalistas, soprassem os ventos de onde soprassem.

A medula ética de seus estudos ditava-lhe o caminho de sua inteligência. Esses dois parâmetros obrigam-nos a este registro, que é um preito daqueles que o admiravam.

Para assinalar o aprumo de sua honestidade intelectual, transcrevemos a seguir as linhas gerais de seu **curriculum vitae** enviado por Alcântara Nogueira: Nascimento: 1.º de setembro de 1921. Local: Crato. Morte: 12 de novembro de 1983. Filiação: Júlio Teixeira de Alcântara e Corina Macedo de Alcântara. Cursos: Colégio Sta. Inês, Ginásio do Crato e Liceu Estadual do Ceará. Cursos superiores: bacharel em ciências contábeis pela Academia de Comércio do Ceará; bacharel em ciências econômicas pela UFC; doutor em ciências econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da UFC (com defesa de tese). Frequentou: Curso de Geografia Lingüística e de Antropologia Filosófica na Faculdade Católica de Fortaleza.

Docência: professor de ensino médio no Instituto Waldemar Falcão; idem no Colégio Fortaleza; idem no Colégio São José; idem no Colégio São João; idem no Colégio Juvenal de Carvalho; idem no Colégio da Imaculada Conceição; idem no

Colégio Sta. Isabel; idem no Colégio Farias Brito e idem no Colégio Estadual Liceu do Ceará; professor de história geral e do Brasil, com registro definitivo, n.º D-4658 - ME; professor catedrático no Instituto de Educação (lecionando várias disciplinas); professor do Curso Normal de Antropologia do Nordeste; idem de sociologia educacional; idem de história e filosofia da educação; professor catedrático do magistério do Exército, lotado na Escola Preparatória de Cadetes (Fortaleza) e Colégio Militar de Fortaleza (concurado); idem de organização social e política brasileira, história geral e do Brasil; professor de geografia humana, história do Brasil, história do Ceará, na Faculdade Católica de Fortaleza; professor de economia política na Escola de Serviço Social do Ceará (agregada à UFC); livre-docente na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UFC, para geografia econômica, por concurso (1962); professor catedrático de geografia econômica (por concurso) na Faculdade de Economia da UFC; ultimamente professor titular no Departamento de Estudos Sócio-Econômicos do Centro de Estudos Aplicados, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC, onde lecionou várias disciplinas (história do pensamento econômico, formação econômica do Brasil etc.). Cargos: vice-presidente da Comissão Central de Coordenação do Curso de Habilitação da UFC; vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UFC; vice-reitor para Assuntos Culturais (UFC); membro do Conselho Universitário da UFC; membro do Comitê de Reforma da UFC; membro da Comissão Executiva do I Congresso Nacional de Professores do Ensino Superior; membro do Conselho Estadual de Educação do Ceará; vereador à Câmara de Fortaleza; membro do I Seminário de Ensino do Exército, na Academia Militar de Agulhas Negras; participante de vários congressos de geografia, inclusive do VI Congresso Internacional para a Liberdade de Ensino, na PUC (Rio de Janeiro).

Conferências e cursos (a partir de 1950): Aspectos geográficos do Nordeste, no QG da 10.ª RM; conferência sobre o Duque de Caxias; Aspectos psicológicos de Caxias; Aspectos psíquicos e sociais da disciplina, na Escola de Formação de

Oficiais da Polícia Militar do Ceará; conferência sobre a bandeira do Brasil; conferência sobre o Marechal Hermes da Fonseca (na Escola Preparatória de Cadetes, Fortaleza); Conferência para o estágio de instrução de guerra revolucionária, no Colégio Militar de Fortaleza etc.

Publicações: folhetos, livros, opúsculos e separatas: **A universidade na defesa nacional**, Fortaleza, 1941; **Tendências da administração cearense**, Fortaleza, 1945; **O vale do Jaguaribe**, Instituto do Ceará, 1948; **A conjuntura histórico-geográfica da industrialização brasileira**, Fortaleza, 1948; **Racionalização da conjuntura administrativa do município**, Fortaleza, 1950; **Geografia da América**, Fortaleza, 1952; **Cultura e universidade**, Fortaleza, 1957; **Vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro**, Crato (separata da revista *Itaytera*); **Ascensão e declínio do magistério no Brasil**, Fortaleza, 1971; **Ensino da filosofia no Brasil** (subsídios), Fortaleza, 1972; Roteiro da história da independência (jornal **O Povo**), 1972.

Mais de uma dezena de prefácios; vários artigos em revistas do Ceará, Pernambuco, Crato, Rio de Janeiro, revista do Instituto Histórico do Ceará; colaboração em jornais diversos: **O Crato**, **A Reação**, **A Ação**, **O Nordeste**, **Unitário**, **Gazeta de Notícias**, **Correio do Ceará**, **A Marcha** etc.

Sócio efetivo da Sociedade Cearense de Geografia e História; sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, desde 1955.

Agraciado com várias medalhas: do I Seminário de Ensino do Exército; medalha do Tricentenário da Restauração Pernambucana; medalha da Imperatriz Leopoldina, conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

LIVROS E IDÉIAS

O NOSSO BAYARD

Mozart Soriano Aderaldo

Quantos me sabiam amigo de muitos anos de José Denizard Macedo de Alcântara deverão ter estranhado meu alongado silêncio a seu respeito desde que a Morte, inexorável e sempre surpreendente e dolorosa, o arrebatou do nosso convívio.

É que o silêncio se me afigurava um modo eficaz de diminuir o impacto que a inopinada notícia me causou, assim como a todos que o conheciam mais de perto e com ele conviviam.

Nossa amizade vinha de longa data. De 1939, precisamente, quando ele veio de seu querido Crato a fim de completar os estudos secundários na Capital do Estado. Fê-lo no nosso velho Liceu e continuou sua formação intelectual na nascente Faculdade de Ciências Econômicas, sob a segura direção desse pensador de eleição que é Djacir Menezes, depois minimizada em simples Curso pela estultícia dos autores de uma inadequada Reforma Universitária e hoje, para alegria de quantos a amam, novamente Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis.

Desde então teve curso sua brilhante carreira intelectual, que culminou com a conquista da Cátedra na velha Faculdade onde estudara e sua justa eleição para o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras. Eu o teria saudado em nome do Instituto (e para isso já havia sido designado) se nossa época não me visse obrigado a seguir para o Rio de Janeiro, com o objetivo de cursar a Escola Brasileira de Administração

Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Mas quando de seu ingresso na Academia coube-me a saudação oficial a esse velho e querido amigo, ocasião em que disse dele o que merecia e meu coração ditava.

Voltemos, entretanto, no tempo, para acompanhar, perfunctoriamente embora, a trajetória de Denizard no mundo das letras e das idéias.

Conheci-o integralista, inconformado com o fechamento de seu partido. Já ai discordávamos de modo irremediável, pois tivera eu uma formação caracterizadamente democrática, para aceitar um regime de partido único, o que me afastava e afasta, por igual, da ditadura do comunismo *et caterva*. Nossa longas discussões, que se prolongavam madrugada adentro, sentados no fio de pedra das calçadas próximas da minha residência ou de sua casa, tinham início sistematicamente na Praça do Ferreira, em banco frequentado pelo que a mocidade católica cearense possuía de mais significativo. Nessa época escrevi ensaio sob o título de "O Terceiro Caminho" e pedi a Denizard, apesar de sua discordância em relação a muitos de meus posicionamentos, que elaborasse o prefácio do livrinho. Fê-lo com o brilho e a lealdade de sempre, e algum dia — quem sabe? — concluirei a impressão desse ensaio, iniciada nas antigas oficinas gráficas do Instituto do Ceará.

Quando do bárbaro afundamento de navios mercantes brasileiros pelos navios de guerra nazistas, a massa ignara, comandada por agitadores adestrados, passou a investir contra casas comerciais e até residências de alemães e italianos e seus descendentes, como os Francesco de Angelo, os Cunto, os Marino. Perseguidos foram, também os integralistas e até os líderes católicos em geral, injustamente suspeitados de simpatia ao fascismo. Denizard, jovem de 20 anos, seria necessariamente um desses procurados, tendo minha saudosa e boa mãe, que o estimava de verdade e a quantos compunham meu círculo de amizades, feito com que ele, que fora procurar-me em minha residência, aguardasse meu regresso, assim, preservando-o da fúria incontida da massa enfurecida. Aliás, não se interprete erroneamente essa caridosa e corajosa atitude de minha mãe como manifestação de qualquer simpatia pela

causa do Eixo Roma-Berlim-Toquio. Eramos em nossa casa aliadófilos, pelas razões já expostas — aversão aos regimes do partido único. Isto mesmo me levou, seguindo aquele nobre exemplo materno, a oferecer minha residência a conhecida figura do jornalismo cearense quando, após a Revolução de 1964, estava sendo procurada. Se é verdade que não aceitou minha oferta, não menos verdadeiro é que o convite foi feito. E note-se que sempre dei meu apoio ao movimento libertador de 1964 pelo mesmo motivo da minha rejeição a uma “república sindicalista”, eufemismo que mal esconde o regime socialista do partido único. “República” essa que, não fora a patriótica atitude das forças armadas, seria proclamada um mês depois, precisamente a 1.º de maio.

Nesse mar encapelado de idéias em choque, Denizard sempre se comportou com dignidade. Nunca repudiou, por medo, suas idéias. Inobstante, sempre foi injustamente preterido em sua Faculdade e na Universidade a que estava vinculado. Exceção feita à sua investidura no cargo de Pró-reitor de Assuntos Estudantis, a convite do Reitor Martins Filho, nada mais lhe seria oferecido, ele que constituía um ornamento de nosso meio educacional e cultural. Quando da substituição, em razão de sua lamentada morte, do Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, o grande administrador que foi Ari de Sá Cavalcante, o nome de Denizard surgiu naturalmente e integrou a lista triplíce. E, segundo consta, chegou a sua nomeação a ser anunciada no programa oficial de notícias do Governo, embora influências subterrâneas de grande peso hajam levado as autoridades federais e rasgar o ato anunciado e a nomear outro professor para o cargo, exatamente seu maior adversário. Coisas da política...

Seu desencanto era tão grande que, pouco antes de ser fulminado por um segundo ou terceiro infarto, me confidenciou que em dezembro de 1983 se aposentaria como professor Universitário. Deus tinha, porém, outros planos e o levou de nós um mês antes. Ele, como outros poucos também, era grande demais para ser esmagado pela engrenagem de uma máquina que, crescentemente, vem sendo manipulada pela esquerda desvairada.

As disposições iniciais de seu testamento — e divulgo isso na convicção de que sua família aprovará este meu gesto — formam um retrato inteiro do grande professor que a Universidade e o Ceará perderam. É peça de alto valor moral e espiritual, pois suas primeiras disposições são no sentido de que nascera ele e desejava morrer “no meio da SANTA Igreja Católica, Apostólica e Romana, cujo chefe visível é Sua Santidade o Papa que está em Roma”, a cujas verdades eternas e imutáveis sempre aderiu com toda a força de sua inteligência e do seu coração, “na forma com que foram ensinadas nos séculos passados”, apesar de seus incontáveis defeitos, pecados e omissões, para os quais esperava misericórdia da Divina Justiça quando comparecesse perante seu Deus, seu Criador e seu Supremo Juiz, para o que rogava a intercessão de Seu Filho Unigênito, Jesus Cristo, seu Salvador, e de Sua Mãe Santíssima e de todos os Santos e Anjos da Corte Celeste, especialmente seu Anjo da Guarda e do glorioso Arcanjo Miguel, Padroeiro de todos os soldados cristãos. Politicamente, reafirmou Denizard suas convicções, bipartidas entre o Integralismo e a Monarquia, “única forma de Governo inteligente e adequada para ser aceita por um bom brasileiro”. E repudiou, mais uma vez, “as errôneas e malélicas doutrinas liberais ou demo-liberais, socialistas, comunistas e as chamadas **católico-progressistas**, que ensandeceram o mundo a partir da Reforma Protestante e da Revolução Francesa, e que ora estão conduzindo o mundo, o homem e a humanidade ao caos, à escravidão, a abismos insondáveis, queda que só a Fé em Deus Todo Poderoso poderá evitar pela sua Infinita Bondade”.

Eis o Homem integralmente revelado, em documento escrito com os olhos na Morte e em Deus, hora em que ninguém ousaria escamotear. Eis o Amigo, fiel e leal, que discordava do erro mas tolerava o que errava, que combatia as idéias por ele reputadas errôneas mas que respeitava o adversário.

Era, realmente, o nosso Bayard, “o cavalheiro sem medo e sem mácula”.

XXX

Para remessa de livro; Rua Monsenhor Bruno, 542 — Aldeota.

AMOR PERFEITO

José Weberth Brito Bezerra
Soneto — Erudito simples

Com o olhar incandescente, triste e trespassado,
Mirei a tua glória, paz e salvação,
E sob os teus pés me foi a pulsação,
Tremeu o meu ser de amor esperançado.

O lume da vida novamente renovado,
Contagante energia que gera o embrião,
Só algo tão grandioso pode dar a imensidão
Infinita de um espírito apaixonado.

Ó Senhor de tudo me faz ser elevado
Imune de preceitos viciosos de opressão,
Lava-me com o Teu amor o meu pecado,

Se é que tenho o mérito do perdão;
Me dá, ó Cristo a honra de ser tentado,
Pra te provar ser teu servo, teu irmão.

NOTÍCIA TRISTE DE MAURO MOTA

NERTAN MACEDO

Hoje, 22 de novembro de 84, meu amigo e compadre Mauro Mota, pernambucano do Recife, mudou-se para o outro mundo. Viajou, pela tardinha, quando o sol decaía nas várzeas, o vento noturno de suor arfava pelo espaço, Olinda já dormia seu sono secular e cheio de histórias.

Seu roteiro foi breve, de pouco sofrimento.

O defunto Fernando, de saudosa memória, ex-residente no Bairro Novo, narrou aos amigos, no **Café Lafayette**, de pé, no meio da calçada da Rua do Imperador, que o avistou, sozinho, nas areias da praia (a de Maria Farinha), namorando clara e bela lua na pancada do mar.

Olívio contou a Moacyr e a Carlos que, tomando uma cerveja gelada, no antigo e já extinto **Lero-Lero**, vira quando o poeta ali entrou e depois saiu, do prédio do **Diário**, tendo permanecido algum tempo no calçamento da Pracinha, visível de emoção e saudade.

Foi aí que chegou, como sempre nervoso, vindo de sua casa, na Rua dos Navegantes, Boa Viagem, o doutor Aníbal, cobrando matérias concisas para o jornal.

Juntos, então, foram subindo pela escada, lentamente sumindo no céu da madrugada, no exato momento em que o carrilhão do tradicional órgão tocava as 10 horas escuras num coração deserto de cidade — e o ilustre **Tupã Sete**, o fidalgo bardo alfaiate, recitava um poema em plena redação. E Candinho e Marrocos, pacientes, reclamavam a demora habitual da revisão...

As manhãs do Recife, que sempre surpreendiam Mauro debruçado sobre versos, quase sempre os próprios, feitos de puro amor das elegias, elas já não podem informar se ele seguiu diretamente para casa, através da avenida Caxangá, ou se ainda demora em algum mercado, nesses pálidos alvares, a adquirir carne, peixe e guaiamus em profusão.

As tardes também entraram em pânico, com essa viagem do poeta para a eternidade.

Luminosas e ardentes, como sempre, entre os dois sonolentos rios mornos, a procurar de manso o oceano, elas não sabem mais precisar se o menino — que passou a infância em Nazaré da Mata, embora nascido no Recife, e a quem Deus Nosso Senhor concedeu a graça numerosa da poesia, revelada em sentidas nênias de amor e morte (ressonantes e tristes), como as de uma certa dama inglesa do século passado; e as de um estranho e amaciado cidadão, vestido de preto e de nacionalidade colombiana —, havia abandonado o Recife por trem, de carro ou de avião.

Abelardo e Calazans, porém, juram tê-lo visto, na serena boca da noite, na Avenida Guararapes, perambulando em direção às flores notívagas do 13 de Maio, com ares de quem vai ouvir, cabisbaixo, uma aula chatíssima na Faculdade de Direito.

Já Santa Cruz afirma o contrário: ele atravessou, com o passo ligeiro, a ponte Buarque de Macedo, talvez em direção à Casa do Agra, coisas da absoluta intimidade moribunda, do desventurado e magro dos Anjos.

Newton Edison Régis e Constantino, entretanto, que vinham do edifício do Fórum, situado refrente ao Palácio das Princesas, onde mora o dr. Agamenon, asseguram que o poeta assestara o prumo na verde rota da Mata, talvez do Agreste, quem sabe do Sertão?

Quem haveria de dizer, compadre, que sua viagem, um dia, assim teria de acontecer?

É que não consigo, por mais que me esforce, imaginá-lo adormecido, num sono sem volta, tão diferente daquelas sonecas, no **Flórida hotel**, país do Catete — e, o que é ainda mais

chocante, metido num caixão e posto em frio jazigo da alameda do Santo Amaro...

Como foi mesmo, compadre, que você, um brincalhão incorrigível, se fez anunciar nos portões de São Pedro? Com a sua identidade verdadeira, dr. Mauro Ramos da Mota e Albuquerque, o "doutor Muta" dos trotes telefônicos, ou como o garboso major Aristarco Gadelha ou o bravo coronel Meneleu Padilha, herói do Paraguai?

Algum dia, você me esclarecerá tudo isso.

Daqui o vejo, compadre, de coração ensombrecido pelo sofrimento, neste vale fertilíssimo de lágrimas, o qual todavia você amou como ninguém, tirando dele o sal, o mel e sua inofensiva ironia; sobretudo, agora que você, encantado, comovido e profundamente grato, enxerga à sua frente, de par em par, abertas, as portas da moradia imensa do Senhor Jesus...

Claro, haveremos todos, os amigos, de ter sempre notícias diretamente suas ou a seu respeito. Não esqueça de abraçar, por mim, que aqui ainda permaneço, os inesquecíveis mestres Aníbal, Olívio e Austro Costa, todos, enfim, todos os amigos queridos que lhe precederam no céu.

Não esqueça também de dar lembranças do Rio de Janeiro a Deolindo Tavares.

Diga-lhe que os jardins da Praça Paris, a despeito do socialismo moreno, uma autoflagelação local, continuam lavados em dourado sol e de beleza azul. E certamente assim vão permanecer até o Juízo Final. Como para sempre viverão os nossos rosados e amarelos cajueiros, que estão rescendendo como nunca, desde o último setembro.

Em sua homenagem, é óbvio, meu bom e finado compadre.

Leblon, 22/11/84

N. R. Nertan Macedo, amigo-irmão do poeta Mauro Mota, escreveu este artigo tão logo tomou conhecimento da morte de Mauro, motivo mais que bastante para que a RN conserve seu grito de saudade no tempo em que foi escrito.

Rio — de 9 a 15/12/84

MAURO MOTA

Barbosa Lima Sobrinho

Mauro Mota começou no jornalismo, primeiro no **Diário da Manhã**, em que conviveu com Álvaro Lins, numa redação em que estavam presentes José de Sá e Osório Borba. Passou, depois, para o **Diário de Pernambuco**, até que a morte o viesse buscar, exercendo ali todas as funções e ocupando todos os cargos, de secretário da redação a diretor. Os artigos que assinava tinham leitores certos, que iam aumentando dia a dia. Começava a convivência com Aníbal Fernandes, um dos maiores jornalistas de seu tempo. Mas, enquanto Aníbal era antes de tudo jornalista, em Mauro Mota o jornalista vivia às turras com o escritor e o poeta. Por isso vinha editando um **Suplemento Literário**, com extraordinária repercussão em todo o Nordeste, e no qual Mauro Mota encontrava a oportunidade para se transformar em animador de vocações, como há pouco nos dizia Eduardo Portella, na sessão de saudade da Academia Brasileira de Letras, recordando que naquele **Suplemento** viera a publicar o primeiro artigo de sua autoria.

Conheci Mauro Mota nessa época do jornalismo, na convivência com os intelectuais que começaram a ver em mim não um Governador de Estado, mas tão-somente o companheiro que chegava, com a preocupação de servi-los naquilo que estivesse ao alcance de sua autoridade. Representavam tão pouco as divergências ou preferências políticas! Nunca perguntei a ninguém se me havia dado o seu voto, na eleição em que fora candidato. Nessa época, Mauro Mota não era ainda diretor do Arquivo Público do Estado, em que se revelaria um funcionário dedicado e de alta competência. A função vinha sendo exercida, também com reconhecida proficiência, por Jordão Emeranciano. Mas havíamos formado um grupo, de que todos eles participavam, em torno de meus Secretários de Governo, Nilo Pereira e Sílvio Rabelo, e no qual já estavam presentes Olívio Montenegro, Estêvão Pinto, Andrade Lima e muitos outros, que estão mais presentes na minha saudade do que na minha memória.

Até então, Mauro Mota não havia publicado livro. Guardava-se para uma estréia retumbante, em 1952, com o seu livro das **Elegias**. Era já quarentão, com um montão de artigos divulgados na imprensa de todo o País. Mas a publicação de **Elegias** o inscrevera, desde logo, na galeria dos maiores poetas brasileiros, como o reconhece Ivan Cavalcanti Proença, na obra admirável, de que se encarregou a Editora José Olympio, dando-lhe o título de **Mauro Mota-Antologia em Verso e Prosa**.

Elegias seria, por si só, a consagração de um grande poeta. De imediato, conquistava o Prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras, através de um parecer que tinha as assinaturas de Olegário Mariano e Manuel Bandeira. Outro prêmio, o Jabuti, confirmava o merecimento da obra daquele poeta quarentão. Aquela **Elegia n.º 10**, por exemplo, emocionava profundamente a quem se detivesse naquela imagem da mãe que, depois de morta, junto a um berço, vinha cantar “a canção de doces estribilhos, que as mães, mesmo depois de mortas, cantam para embalar os pequeninos filhos.”

Os aplausos foram de tal ordem que Mauro Mota, daí por diante, passou a ser considerado um poeta elegíaco. Embora essa manifestação talvez fosse a mais característica de talento, estava longe de ser a única de sua poesia. Boileau classificava a elegia como o gênero que mais se aproximava da linguagem do coração. Poderia ser o que traduzisse melhor o que Machado de Assis classificava como a “memória das pancadas”, sobretudo as pancadas da vida, que são as que doem mais. Mauro Mota não sabia fugir ao registro dessas pancadas, ainda que fossem outras pessoas as suas vítimas. Mesmo quando recorre à ironia, ao gracejo, e não raro ao sarcasmo, há alguma coisa de pungente na sua poesia.

Porque o poeta não é sempre o sujeito de sua inspiração. Sofre também pelos outros, arrastado por um poder de comunicação, que foi a tônica de toda a sua vida. Ele próprio o confessa, numa de suas frases felizes, quando diz que “ninguém é sozinho; todos somos também outros”. E outros que sofrem, graças a uma sensibilidade que o poeta retrata, quando fala do crítico de pintura que se limita a ver, quando tam-

bém devia ouvir as cores. Como poeta elegíaco, Mauro Mota sente e ouve as dores alheias, mesmo quando elas se ignoram, e nem o sabem que são dores.

Por isso, Mauro Mota sente o drama da tecelã. Ou compõe aquele poema do **Boletim Sentimental da Guerra no Recife**, em que as “meninas, tristes meninas”, abandonadas pelo soldado americano que regressou à sua pátria, vêem-se condenadas a ouvir, a vida toda, “a ressonância do choro de seus filhos sem pai”. Também na cantiga da lavadeira, que encontra, nas águas de um rio, o “sabor de sangue e sal.”

Poeta da intimidade, do pormenor, consegue unir o trivial ao lirismo. Tudo pode transformar-se em inspiração. Ivan Cavalcanti Proença classifica como “poesia de luta” o poema **Cerca**, em que Mauro Mota se insurge contra os limites com que se procura deter a criatura humana. “Cercaram tudo. Só a gente nem sabe mais onde mora, não tem para ir embora”, de tal modo que o preso se sente realmente preso quando sai da prisão, num mundo em que não encontra espaço. Embora haja apenas, talvez como consolo, a “certeza de que ninguém cerca a manhã”. Muito menos a esperança.

Assim é a poesia de Mauro Mota. Uma elegia universal. Penetrada de tanta solidariedade humana, que não sabe esquecer as gentes com que conviveu. Quantos nomes bem pernambucanos enchem as suas páginas de prosa, desde o capitão do fandango às feiras de Tracunhaém! A devoção por tudo que vem do povo, ou tem o selo ou a inspiração da poesia popular. Porque o que ele quer é que o “canto simples, natural, rebente, água da fonte límpida, do fundo da alma, de amor e de humildade cheia”. E tudo tão fiel à terra natal, que tenho a impressão de que, com a morte de Mauro Mota, também se perde alguma coisa de Pernambuco.

“Jornal do Brasil” Rio, 9/12/84

O CORONEL RAIMUNDO AUGUSTO LIMA

Dimas Macêdo

Quem no futuro se der ao trabalho de interpretar a história política de Lavras da Mangabeira, deverá atentar para o fato de que ali floresceu uma das mais robustas oligarquias do Nordeste, a qual, fincando suas raízes na famigerada Casa Grande do Logradouro, ainda em fins do Século XVIII, informaria o exercício da vida política municipal até aproximadamente dois séculos depois.

O poder, inicialmente institucionalizado para a defesa do feudo, posteriormente transferiu o seu núcleo para o cerne mesmo do comando administrativo do Município, criado por Alvará de 27 de junho de 1816 e oficialmente instalado aos 08 de janeiro de 1818.

A velha oligarquia, fundada pelo Capitão-Mor Francisco Xavier Ângelo Sobreira, de início teve como mentor o Padre José Joaquim Xavier Sobreira, o qual, no posto de comando, foi substituído pelo Major João Carlos Augusto, que muito diligenciou com vistas à consolidação e à continuidade do domínio oligárquico municipal, transferindo-o, finalmente, por força de sucessão hereditária, aos cuidados de Dona Fideralina Augusto Lima, isto para que sob a égide da ilustre matrona o poder viesse a alcançar o seu pedestal máximo de referência.

X X X

Grande possessor de terras na Região do Médio Salgado, o Capitão-Mor Francisco Xavier Ângelo Sobreira foi Comandante-Geral da Vila de São Vicente das Lavras a partir de 14 de outubro de 1820, neste posto permanecendo até 01 de março de 1827, sendo que o Padre José Joaquim Xavier Sobreira as-

sumiu as funções de pároco da freguesia de Lavras da Mangabeira aos 13 de agosto de 1813, ali desempenhando atribuições até o ano de 1821, data a partir da qual logrou envolver-se com as agitações independentistas.

A investidura de ambos no comando da vida político-administrativa e sócio-religiosa da Vila de São Vicente das Lavras, concorreu para que, a partir de então, viessem a se concentrar nas mãos da família Xavier Sobreira praticamente todas as funções públicas do Município.

E desta forma, assegura Joaryvar Macedo, “despontava uma oligarquia, já turbulenta e sangrenta, intestinamente, no seu alvorecer. Oligarquia notabilíssima, em todo o Nordeste, a qual, continuada no mais vigoroso e expressivo ramo do clã do Logradouro — os Augustos —, deteria, por um século e meio, o comando sócio-político-econômico-administrativo da velha e malsinada terra de São Vicente Férrer, clã, cuja influência extrapolou para a região sul-cearense e para o próprio Estado”.

Já quanto ao Major João Carlos Augusto, é correto dizer-se que ele, desempenhando as mais diversas funções públicas municipais, exerceu igualmente os encargos de Deputado Provincial, sendo que Fideralina Augusto Lima, se não deteve, de direito, o poder político em seu município de origem, de fato deteve barganha política muito mais expressiva, vez que no seu tempo e a seu modo manipulou inquestionavelmente todo o funcionamento da máquina administrativa municipal, cujo comando, enquanto viveu, soube muito bem distribuir entre os seus descendentes, de forma a que todos, indistintamente, pudessem desfrutar dos mesmos benefícios.

O Coronel Raimundo Augusto Lima, filho do Coronel Gustavo Augusto Lima, e neto de Fideralina Augusto Lima, “substituiu plenamente o genitor na política da terra natal”, da qual, ainda segundo o historiador Joaryvar Macedo, foi a expressão máxima num período de aproximadamente meio século, “assegurando, através dos tempos, a oligarquia da família”.

Nasceu aos 21 de junho de 1887, para experimentar uma das mais acidentadas existências de quantas ousaram florescer no seu Município de origem. Veio ao mundo para desfrutar as benesses do prestígio político, da mesma forma que para suportar o fardo da decidida oposição que lhe fizeram os seus adversários.

O início das suas atividades políticas coincide com o aparecimento das primeiras divergências internas no seio da velha oligarquia, desencadeadas principalmente pela cerrada oposição que Dulcéria Augusto de Oliveira desde algum tempo vinha fazendo à sua irmã Fideralina Augusto Lima. Conduta, aliás, que a Velha Pombinha soube muito bem transmitir aos seus preeminentes rebentos, especialmente aos coronéis José Augusto de Oliveira e Antônio Augusto de Oliveira, o primeiro dos quais, em Lavras, por dilatados anos, liderou a militância oposicionista ali desencadeada contra o Coronel Raimundo Augusto Lima e os seus comandados.

Rememorando alguns destes episódios, iremos constatar que, aos 27 de novembro de 1907, o Coronel Gustavo Augusto Lima, não mais suportando a continuidade do seu irmão Coronel Honório Correia Lima na chefia da Intendência Municipal, deporia o mesmo pela força imperante do bacamarte, mas já em 07 de abril de 1910 veria o seu prestígio político abalado, com a invasão da cidade de Lavras da Mangabeira por um pequeno exército de 150 cabras em armas, cujo chefe, Joaquim Vasques Landim, em nome dos maiores coronéis do Cariri e com o apoio da facção dissidente da família Augusto, exigia do Coronel Gustavo o retorno à antiga situação. Mas nada de positivo neste sentido se concretizou.

Em 09 de janeiro de 1922, mais uma vez as duas faces da velha oligarquia se confrontam, desta feita sucumbindo novamente a facção dissidente, que na oportunidade viu nada menos de três dos seus integrantes mortos em disputado tiroteio. E o desfecho destes tristes incidentes, como já é de todos sabido, pelo farto registro da historiografia, foi o assassinato do próprio Coronel Gustavo Augusto Lima, aos 28 de janeiro de 1923, em pleno centro comercial de Fortaleza, estando ele

no desempenho do cargo de Deputado Estadual, isto enquanto em Lavras o Coronel Raimundo Augusto Lima se investia com todas as prerrogativas no exercício do poder oligárquico municipal.

E feito senhor absoluto dos destinos políticos de sua terra de berço, cuidou dilatar consideravelmente o seu poder de barganha, projetando o seu nome nas páginas da história como um dos mais expressivos coronéis do Nordeste.

Por solicitação do Senhor Presidente do Estado, em 1926 organizou um comando de 500 homens em armas, à frente do qual se dirigiu em demanda de Senador Pompeu e dali até a cidade de Maria Pereira, em perseguição aos revoltosos da Coluna Prestes. Em junho de 1927, registra igualmente a historiografia que enfrentou com memorável valentia o famigerado Rei do Cangaço, dando-lhe um dos mais renhidos combates de quantos enfrentados pelo mesmo em terras do Ceará. Em 1928, foi eleito Prefeito Municipal de sua terra e neste posto confirmado pelas eleições municipais de 1930, alcançando-o a revolução desencadeada em meados daquele ano em pleno apogeu da sua militância oligárquica.

Ocupada a cidade de Lavras da Mangabeira, aos 06 de agosto de 1930, pelo comando e todo o efetivo do 23.º Batalhão de Caçadores, dela evadiu-se o Coronel Raimundo Augusto Lima, o qual, segundo palavras do historiador Otacílio Anselmo, “mantinha reservadamente numeroso grupo de assalariados para lutar contra a Revolução”. E o “ambiente arcaico e vazio” no qual mergulhou a comuna com a ausência do seu poderoso chefe, ainda segundo palavras de Otacílio Anselmo, “era apenas o reflexo do imobilismo enraizado nos sertões do Nordeste”, pois, em verdade, o 23.º Batalhão de Caçadores se achava “num dos mais famosos feudos do coronelismo interiorano, desde há muito sob o domínio absoluto de Raimundo Augusto, influente e despótico chefe perrepista”. E arremata o autor de “A Revolução de 30 no Ceará”: “E para que se tenha uma idéia exata do facciosismo dominante em Lavras, eis um fato lá ocorrido, sem dúvida inédito no País e que provocara natural e justa repugnância até daqueles que

não participavam da conspiração. Ao chegar em Lavras o anúncio da morte de João Pessoa, um irmão de Raimundo Augusto, apelidado de José Ferrão, cobriu a cidade com centenas de foguetes". Cidade que na época, diga-se que ainda de feição "rústica e aspecto patronal", que "nada tinha de atrativo para as centenas de jovens militares que lhe enchiam as ruas, praças e vielas, nas suas horas de folga, a não ser a passagem de trens de passageiros e furtivas idas ao bairro Rabo da Gata".

Mas o Coronel Raimundo Augusto Lima, perseguido pelas tropas legalistas, é detido em Juazeiro e dali recambiado para Lavras, onde seria recolhido à Cadeia Pública local, para delite dos seus adversários, que eram muitos e que já se encontravam precariamente no exercício do poder político municipal.

Com efeito, pelo Decreto n.º 06, de 16 de outubro de 1930, do Dr. Fernandes Távora, chefe em exercício do governo da revolução vitoriosa, o Padre Raimundo Augusto Bezerra havia sido nomeado Interventor Municipal de Lavras da Mangabeira, a ele se seguindo os interventores Tenentes José Barreira e Manoel Pinheiro de Sousa, bem como o farmacêutico José Gonçalves Linhares, que ocupou a chefia do executivo municipal a partir de 1932.

Dilapidado o seu patrimônio, incendiadas as suas propriedades e perseguidos os seus familiares pelo alto comando revolucionário, o Coronel Raimundo Augusto Lima, ao sair da prisão, outra alternativa não teve para conter o delírio dos seus adversários senão a de assassinar, em 26 de junho de 1932, em Lavras da Mangabeira, ao Tenente Veríssimo, que ali desembarcara por solicitação dos seus opositores e com ordens expressas do Senhor Chefe de Polícia do Ceará para trazê-lo algemado até Fortaleza.

E igualmente para satisfação dos seus adversários, que anteriormente haviam preparado o desfecho do incidente acima referido, foi novamente recolhido à prisão e finalmente levado ao Tribunal do Júri, em 13 de novembro de 1932, onde foi absolvido por unanimidade, com defesa confiada aos advo-

gados Olavo Oliveira, Kerginaldo Cavalcanti e Raimundo Gomes de Mattos, na época os causídicos de maior nomeada do Ceará.

Em 1934, vitoriosa a Liga Eleitoral Católica, que no Ceará teve a incumbência de restaurar as prerrogativas do antigo regime, a estrela política do Coronel Raimundo Augusto Lima mais uma vez voltou a brilhar, desta feita com a nomeação, naquele ano, do seu irmão João Augusto Lima, para a chefia da edilidade lavrense, posto no qual seria confirmado pelas eleições municipais de 26 de março de 1936 e no qual se manteria até 14 de dezembro de 1937, quando o poder, mais uma vez por via de sucessão hereditária, passou ao comando do Dr. Vicente Férrer Augusto Lima, que dirigiu a administração municipal lavrense até 17 de novembro de 1945.

Na data acima referida, assumiu, interinamente, a Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira o Dr. Vicente Bessa, então Juiz de Direito da Comarca. A ele seguiram-se os interventores Alexandre Benício Leite, Gustavo Augusto Lima e Emar Mattos Rolim.

Nas eleições municipais de 08 de dezembro de 1947 foi eleito Prefeito Municipal de Lavras da Mangabeira o Dr. Gustavo Augusto Lima, que teve exercício no período de 06 de janeiro de 1948 a 31 de janeiro de 1951, oportunidade em que transferiu o poder ao próprio Coronel Raimundo Augusto Lima, seu tio paterno, vitorioso nas eleições de 03 de outubro de 1950.

Administrando o Município de Lavras da Mangabeira no período de 31 de janeiro de 1951 a 25 de março de 1955, o Coronel Raimundo Augusto Lima à chefia do executivo municipal lavrense retornou por força das eleições de 03 de outubro de 1958, dirigindo mais uma vez os destinos do seu município de origem no período compreendido entre 25 de março de 1959 a 25 de março de 1963.

Nos períodos de 25 de março de 1955 a 25 de março de 1959 e de 25 de março de 1963 a 25 de março de 1967, dirigiu a administração municipal de Lavras da Mangabeira o Dr. Aloysio Teixeira Férrer; e no período de 25 de março de 1967

a 25 de março de 1971, o industrial João Ludgero Sobreira, o qual, apesar de conhecido opositor da velha oligarquia, aos seus encantos não soube ou não pôde resistir por ocasião das eleições de 15 de novembro de 1966, nem por ocasião das eleições de 15 de novembro de 1970.

A derrocada da velha oligarquia ainda teria que esperar as eleições de 05 de novembro de 1972, quando foi eleito Prefeito Municipal de Lavras da Mangabeira o Sr. Vicente Pinto de Macedo, o qual, apesar da obscura militância, soube muito bem catalizar a atenção dos antigos redutos oposicionistas do Município.

A eleição em apreço, contribuiu para o completo aniquilamento da velha oligarquia, cuja resistência aos poucos vinha se exaurindo, quer pela impossibilidade de viabilização das suas propostas, quer pela lenta e gradativa fragmentação do latifúndio, sem dúvida a sua mais legítima base de sustentação.

O Coronel Raimundo Augusto, que faleceu em sua terra de berço, aos 03 de julho de 1971, foi casado, em primeiras núpcias, com Maria Cira Férrer Lima, sua conterrânea, nascida aos 15 de janeiro de 1891 e falecida aos 18 de outubro de 1958, filha do Coronel Vicente Férrer de Araújo Lima e Dona Maria Teixeira de Araújo e, em segundas, com Valdecy Dantas Augusto, natural de Brejo Santo e Ex-Vereadora à Câmara Municipal de Lavras da Mangabeira. Entre os seus filhos, destaca-se o nome do Dr. Vicente Férrer Augusto Lima, Bacharel em Direito, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, bem como o de Maria Augusto Férrer Lima, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Chefe do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria.

Com filiação aos postulados do Partido Republicano Conservador Cearense, ainda na República Velha, depois do ciclo revolucionário que o destronou o Coronel Raimundo Augusto Lima vinculou aos quadros do Partido Social Democrático (PSD), agremiação da qual, em terras cearenses, foi um dos mais destacados integrantes. Quando quis, foi recebido por

Governadores, Senadores, Deputados Federais e até Presidentes da República, autoridades com algumas das quais, aliás, manteve estreitas relações de amizade. Com algumas façanhas da sua existência decantadas em folhetos de cordel e hoje com o seu nome referido em farta bibliografia, regional e até nacional, o Coronel Raimundo Augusto Lima pode ser considerado, de forma incontestável, como um dos maiores coronéis do Nordeste de todos os tempos.

**“JOSÉ REIS CARVALHO, um artista descoberto
125 anos depois.”**

Bruno Pedrosa

Procurando documentos e objetos de sua família na antiga “casa-grande” da Fazenda Catingueira, no sertão cearense, o artista plástico Bruno Pedrosa encontrou por acaso dentro de velho baú, uma coleção de 55 aquarelas do pintor e desenhista José Reis de Carvalho. Documentário de costumes, tipos, paisagens, vilas e cidades do interior cearense. Todos realizados entre 1859 e 1861. Reis Carvalho fez parte da turma fundadora da aula de pintura instalada por J. B. Debret em 1826, na Academia Imperial de Belas Artes. E foi membro da famosa “Comissão Científica de Exploração”, que em 1859 empreendeu viagem de estudos pela província do Ceará.

Onde estavam os desenhos

A família Pinheiro Pedrosa, descendentes do “velho” André Pinheiro, esta estabelecida às margens do Riacho do Machado, Município de Lavras da Mangabeira, Ceará, desde sua exploração e colonização. Historicamente foram com os Pinheiros do Riacho do Sangue e os do Cariri, um clã de vaqueiros e pastores das cabeceiras do Jaguaribe. Desde sempre ocuparam e se desenvolveram à margem do Machado. Unidos e casando entre si por gerações e gerações. Constituíram o que se chamaria uma parentela dominante e prevalecte nos seus campos de criação. A “casa-grande” do “velho” André na Catingueira, ainda nos dias atuais, é um marco desta união. Seus “giraus” e “camarinhos” guardam na penumbra, histórias e mistérios daquele clã sertanejo.

Sem a opulência de outros tempos, o avarandado solar de pau-a-pique, em quase ruínas, encerra consigo tesouros de história e arte. Avaramente guardados por um solitário ancião de quase cem anos. Manoel André Pinheiro, tio-avô do Bruno.

A Descoberta

Faz alguns anos, remexendo, contragosto deste tio velho que os guarda a sete chaves, alguns baús escondidos num daqueles “quarto-escuro”, encontrou ele, entre documentos vários, escrituras, testamentos, correspondências e mais papéis do século XVIII, um pacote enrolado em panos e colado em folhas como se fosse um álbum. Belíssimas aquarelas, pequenas e preciosas, que faziam lembrar em muito os desenhos de Debret. Algumas estavam assinadas com o nome completo: JOSÉ REIS DE CARVALHO, outras, com as iniciais RC e muitas só com a data ou anotações referentes ao desenho. Todas, porém, formando um conjunto. Não deu maior importância ao achado. Nunca tinha escutado falar nesse artista. Mesmo assim guardou os trabalhos consigo. Seu interesse naquele momento estava voltado para os documentos, e principalmente algumas imagens, jogadas e cobertas de poeira.

Passados alguns anos, já então aluno da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, encontrou Bruno Pedrosa, no fichário da biblioteca, a catalogação de uns “álbuns de desenhos do Ceará do artista José Reis Carvalho”. A curiosidade, por se tratar do Ceará, o levou a requisitar tais álbums. Aí se surpreendeu. Ligou estes àqueles desenhos encontrados anos antes. Nada mais eram, os estudos que agora via, que a continuação daquela série da Catingueira. Daí para frente foi relativamente fácil. Começou a pesquisar e foi ligando pouco a pouco os fatos.

A Comissão Científica de Exploração

Reis Carvalho foi membro da famosa “Comissão Científica”. Esta expedição ou “Comissão”, como chamam alguns, tinha por objetivo a exploração e descoberta de supostas ri-

quezas minerais existentes no Ceará. Suposições fundamentadas em material geológico recolhido ao Museu Nacional, e na tradição oral dos habitantes locais. Alimentados por um manuscrito quimérico, a "Lamentação Brasília", engendrado pelo cérebro delirante do Padre Francisco Teles de Meneses. Era um sonho que opulentava os sertões de jazidas inexgotáveis. Semeando tesouros escondidos por toda parte. Estratificando na imaginação popular a crença de uma riqueza ilusória ainda persistente nos dias atuais.

Tal empresa chegou ao Ceará em fevereiro de 1859 e durante dois anos e meio cruzou em todas as direções os sertões cearenses. Recolhendo material, botânico, mineralógico, zoológico, iconográfico, bibliográfico, etc.

Contatos com a família Pinheiro

Passando por Lavras da Mangabeira, os membros das seções de botânica e zoologia, das quais fazia parte José Reis de Carvalho, demoraram-se doze dias. Foi provavelmente neste período a aproximação entre o artista e a família Pinheiro. No Riacho do Machado, florescente campo de criação por todo o século XIX e princípios do XX, encontrou o pintor farto material para suas pesquisas. E daí, certamente, uma amizade recíproca e verdadeira deve ter surgido. Motivo para tão bem guardados ficarem naquela família esta fabulosa coleção de trabalhos agora encontrados.

Não conseguiu Bruno descobrir quem poderia ter guardado tais aquarelas. Se o fez por acaso ou outra razão maior. As histórias da família sempre passaram através das gerações, oralmente e, naturalmente o que interessava. Não há qualquer notícia sobre estes trabalhos. Assim como sobre outras obras de arte recolhidas por ele, entre seus parentes. E que hoje formam sua coleção, onde a arte brasileira está representada desde princípios do século XVII até finais do século XIX. No máximo se dizia, ter sido do "avô", do "bisavô", e era só.

O curioso é que não existe, pelo menos de conhecimento público, outra fonte de trabalhos de Reis Carvalho no Ceará. E além destes, só são conhecidos da sua permanência naquela

provincia, os que estão no Museu Histórico Nacional e os já referidos na Biblioteca da Escola de Belas Artes, incorporados ao Museu D. João VI. É quase inacreditável que só tenha produzido isto em quase três anos de trabalho. Como difícil é, de se conceber, ter tudo-se extraviado sem nenhuma referência sobre o fato. É provável que, divulgada a notícia, venha surgir mais fontes do seu trabalho.

Quem foi Reis Carvalho

No entender de vários críticos de arte, foi Reis Carvalho um Debret brasileiro, nordestino. Nos sertões isolados e distantes de tudo, documentou para a posteridade, a vida, os costumes, as pessoas, a arquitetura, vilas e cidades por onde passou. Ao lado de Rugendas, Debret, Ender, e outros dos inumeráveis viajantes estrangeiros que no século XIX se deixaram fascinar pelas terras do Brasil, ocupa Reis Carvalho um lugar de destaque. Principalmente porque deixou uma memória visual única de uma das mais isoladas províncias brasileiras até quase os dias atuais. Antes dele, só existem notícias de outro pesquisador que tenha explorado aqueles sertões, Gardner, em 1834. Mesmo assim registrou apenas em diário, não documentando visualmente os costumes e lugares onde passou.

A riqueza de detalhes nos trabalhos de Reis Carvalho, o torna por vezes, superior a Debret. A precisão científica no registro botânico o coloca acima tecnicamente, de qualquer outro brasileiro de sua época.

Ainda estudante, como aluno da turma fundadora da aula de pintura na Imperial Academia de Belas Artes, na exposição Inaugural de 1826, foi elogiado pelo mestre J. B. Debret. Registro feito no livro "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil". Na academia foi contemporâneo de José de Cristo Moreira, Francisco Pedro do Amaral, Manoel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Souza Lobo e Alfonso Falcoz. Participou com assiduidade do Salão Oficial de Pintura, e em 1836 já havia conquistado a Grande Medalha de Ouro.

Onde nasceu

Segundo alguns autores, teria nascido Reis Carvalho no Ceará. Não existe porém nenhuma notícia do local e ano. Assim como permanece, pelo menos até o presente, ignorado o lugar e data de sua morte.

Para os historiadores das artes no Brasil permanece uma icógnita a vida deste artista. Nenhum, desde Laudelino Freire até os pesquisadores atuais, conseguiu maiores dados sobre sua vida e obra. Araújo Viana, em artigo publicado na revista "Renascença" sobre seu trabalho, dizia que posteriormente faria melhor estudo sobre o artista. O que não fez, certamente, por falta de dados.

Em publicações na revista "O Cruzeiro", duas vezes Gustavo Barroso escreveu sobre o trabalho de Reis Carvalho. A primeira sobre "A Arquitetura dos Sertões", e a segunda, intitulada, "O Naufrágio da Comissão das Borboletas". Desconhecia, como todos os outros, maiores dados sobre a vida e obra do artista.

Até onde foi possível pesquisar, só muito vagamente se tem notícia de sua atuação na corte. Fora suas participações nos salões oficiais e a notícia de que era professor de desenho na Escola de Marinha, e morava no Largo do Rocio, nada mais se sabe.

Provavelmente, como afirma Gonzaga Duque, depois do seu regresso do Ceará, se retirou o artista para o interior da província. Talvez para a cidade de Paraitinga, onde morreria sozinho e esquecido. Não parou no entanto de pintar até o final. Pois assinado e datado de 1889 é o quadro de flores, de sua autoria, que está no acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Outros trabalhos seus.

De conhecimento público, só o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Dom João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu de Arte do Crato, e os colecionadores Bruno Pedrosa e Newton Carneiro possuem obras de Reis Carvalho.

NO CENTENÁRIO DO CEL. FILEMON TELES

Cláudio Martins

(Presidente da Academia Cearense de Letras)

Nos bons tempos de minha meninice descontraída, marcada por lições de traquinagens nas ruas perdidas da cidade do Crato, o grande pecado era o banho proibido num alagado bulhento, o famígero “Cabocó”, de seu Filé.

Meu pai nunca perdoava. O castigo vinha dobrado.

Todavia, seu Filé acolhia com extrema brandura as reiteradas invasões de meu bando trêfego, seus futuros eleitores, diga-se de passagem, nas águas intranquílias do sítio São Bento.

É esta a imagem que guardo, na melhor lembrança, de meu conterrâneo Filemon Fernandes Teles, uma individualidade sem jaça, com carisma em toda a região caririense, onde assentou as bases físicas dum império fundiário que jamais lhe subiu à cabeça, posto haja sobrepujado as lindes cearenses, numa colossal multiplicação de terras dadivosas e bem trabalhadas.

Seus pais, o Coronel Teodorico Teles de Quental e Ana Balbina da Encarnação Teles, obedecendo à tradição espiritual da boa família interiorana, destinaram-no aos serviços de Deus. No entanto, corajosa e lealmente, Filemon trocou os ensinamentos do Seminário de Fortaleza, no qual estagiou por pouco tempo, pelas sendas profanas deste outro lado da vida, a que se devotou com **animus manendi**, em perfeita consonância com inata simplicidade, acrescida de extraordinário poder de liderança pacífica e contagiante.

Se vivo fosse, Filemon Teles estaria completando, precisamente nesta data, cem anos de profícua existência, uma vez que nasceu na legendária terra dos Cariris, no dia 20 de agosto de 1884, vindo a falecer em 14 de outubro de 1977, aos noventa e três anos completos.

Retomando o fio de inarredável vocação, associou-se ao pai no trato da terra muito amada, sobrando-lhe tempo, nesse mourejar capaz de preencher-lhe a existência inteira, para imitar o genitor nas tentações político-partidárias, que fizeram de Teodorico Prefeito Municipal e chefe de peso, filiado às hostes de Benjamim Barroso.

Sua habilidade nesse tanto conduziu-o a vãos maiores, contados da primeira investidura na Comuna cratense aos 26 de maio de 1936, aí permanecendo até dezembro de 1937.

Proclamado o Estado Novo, o Intenventor Menezes Pimentel convidou-o para reassumir a direção do município, deferência de que declinou, num gesto de elevada coerência com sua inabalável formação democrática.

Tão logo refulgiu a normalidade no País, mereceu a honra de ser escolhido, em pleito memorável, legítimo ocupante daquele posto, isso nos idos de 1946.

Em 1951, deixou-se suceder por seu sobrinho Décio Teles Cartaxo.

Nessa altura, ingressou na veneranda Assembléia Legislativa, guindado por numerosos correligionários, decisão que se repetiria nos anos de 1959 e 1963, em tempo corrido até 1967.

Durante o período dedicado, nobremente, ao Poder Legislativo, ali ocupou destacadas posições, dentre elas a Presidência, sendo certo que, por força disto, substituiu temporariamente o Governador do Estado.

O traço mais forte da personalidade de Filemon Teles cifra-se, nada obstante, em sua proverbial bonomia, forrada de incomum capacidade para fazer amigos.

No decorrer da atividade parlamentar, plena de alevantadas atitudes, há uma passagem que dá bem a medida de seu destemor e comprovada lealdade: quando, em 1964, o médico

e deputado José Pontes Neto foi cassado e preso, Filemon, colega e admirador, formou a seu lado, bravamente, sem nenhum receio de represália.

Não causa espécie, assim, o fato de, ao completar oitenta anos bem vividos, haver recebido consagradoras homenagens, a elas fazendo-se presentes, irrestritamente, todas as bancadas da Casa do Povo.

Foi nessa oportunidade que o Senador Manoel do Nascimento Fernandes Távora, nosso eminente confrade, lhe dirigiu esta peroração reveladora:

“Meu caro Filemon!

“Correligionário e amigo indefectível, nos dias felizes ou nublados, é sempre com orgulho e desvanecimento, que te vejo ao meu lado nas pugnas incessantes, pelo bem de nossa terra!”

Não será preciso dizer mais para pingar ponto final neste registro, com que, de bom grado, me desincumbo de honrosa disposição do Presidente deste sodalício.

E sou-lhe grato por isso, pois a honraria enseja trazer para os Anais do Instituto a imagem do amigo que proporcionou a minha geração exemplos de humildade, de ternura e de inexcedível riqueza espiritual.

(Discurso do Dr. Cláudio Martins no Instituto do Ceará, por ocasião da comemoração do centenário de nascimento de Filemon Teles).

ESTRATÉGIAS DO DISCURSO DOS JESUÍTAS JUNTO AOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Aécio Feitosa (*)

Três procedimentos diferentes, embora harmonicamente integrados, utilizaram os Padres da Companhia de Jesus em seu discurso junto aos indígenas do Brasil. Estes procedimentos, em vista à finalidade essencialmente educativa a eles inerente, nos leva a identificá-los como autênticas estratégias pedagógicas elaboradas para este discurso.

A primeira, denominaremos de **pedagogia do medo**; à segunda denominaremos **pedagogia dos poderes sobrenaturais** e, à terceira, chamaremos de **pedagogia cultural**.

Chegamos à identificação destas estratégias a partir da análise de várias cartas escritas pelos Padres da Companhia entre 1549 e 1568(1). Consideremos o assunto à luz destes documentos.

1. A Pedagogia do Medo

Nas cartas dos Padres da Companhia de Jesus, escritas no Brasil e enviadas à Europa, o medo constitui um termo frequentemente empregado. Esta freqüência, as circunstâncias e a intencionalidade com que esta palavra surge nos textos destes documentos nos moveu a uma indagação inicial.

(*) AÉCIO FEITOSA

Professor da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica), Membro do Instituto Cultural do Carrii, cadeira nº 16.

Onde situar as origens do medo que dentro dos empreendimentos dos Jesuítas do Brasil denuncia a presença de uma estratégia de natureza pedagógica?

Somos de parecer que estas origens se situam em dois elementos. O primeiro, é o próprio contexto histórico-religioso europeu em que nasceu a Companhia de Jesus. O segundo, decorre de uma observação do mundo cultural do indígena brasileiro, onde, predominantemente viveram e agiram os Jesuítas (1549-1759).

Quando a Companhia de Jesus nasceu para a História, os alicerces do mundo católico europeu eram sacudidos pelas teses do movimento reformista cujo intérprete maior foi Martinho Lutero. Para salvaguardar a integridade de seus princípios seculares, a Igreja empreende diversas medidas: a intensificação da pregação, um apelo à fundação de Ordens Religiosas particularmente engajadas à difusão do Evangelho e, a instalação da Inquisição nos países católicos.

Esta última iniciativa — a instalação da Inquisição —, desempenhou um papel de suma relevância para a preservação dos valores católicos, papel pouco colocado em evidência pelos historiadores. Referimo-nos ao medo que ela manipula visando neutralizar os efeitos devastadores do luteranismo no meio católico. A Inquisição é fundamentalmente um “tribunal”. Em outras palavras, ela é um veículo da punição, do castigo, que por tais predicativos dissemina o medo e o terror. Em Portugal, por exemplo, durante a longa vigência deste tribunal (1541-1684), mais de mil e trezentas pessoas pereceram nas fogueiras, por sua determinação, e outras mais foram expulsas do país ou enviadas às prisões(2). No Brasil, nem mesmo os Padres da Companhia escaparam ao rigor de suas penas(3).

Nos países europeus, onde foram implantados a Inquisição, uma certa Teologia do Medo se desenvolve consideravelmente. A Inquisição e sua arma, o medo, procuram assim robustecer entre os católicos a fidelidade a Roma, substituindo o amor pelo temor de Deus.

Isto não significa dizer que o medo e o terror constituíssem um fato novo dentro do mundo católico de então. Estes elementos remontam já ao Antigo Testamento, sendo os ensinamentos dos Profetas Isaias e Ezequiel a encarnação mais evidente. Frequentemente falam estes Profetas de um Deus (Javé) senhor de muitos exércitos, de espada em punho, sempre disposto a punir e a exterminar. No Novo Testamento, também se registram com frequência textos em que o medo e o terror ocupam um largo espaço.

Todavia, quer nos parecer que esta pedagogia do medo nunca foi tão desenvolvida quanto durante o período da Contra-Reforma. E, foi neste contexto que nasceu a Companhia de Jesus. Seus membros, forjados dentro desta pedagogia.

No que toca em particular ao Brasil, é muito clara a existência desta pedagogia nos escritos e na prática dos Jesuítas. Nas cartas, encontramos esta evidência. Citamos alguns destes documentos.

Aos 15 de abril de 1549, escrevia o Padre Manuel da Nóbrega ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues. Nestas terras, diz Nóbrega, torna-se necessário um Vigário Geral para “castigar os grandes males” que nelas se registram(4). Aos 9 de agosto do mesmo ano, é ainda Nóbrega quem escreve: “É urgente que um Bispo seja enviado a estas terras... a fim de punir os males que constatamos”(5).

Nestes termos, segundo Nóbrega, para castigar e para punir estava destinada a hierarquia eclesiástica a ser instalada no Brasil colônia.

Se de um lado, a primeira fonte de origem da pedagogia do medo foi o contexto histórico-religioso no qual nasceu a Companhia de Jesus, de outro lado, identificamos como sua segunda fonte a observação direta que empreenderam os Jesuítas da cultura indígena. Como prova, nada mais eloqüente do que o testemunho das cartas.

Os índios, confirmam estes documentos, são medrosos. Eles temem, por exemplo, os “maus espíritos”, os “demônios”, os poderes ditos sobrenaturais dos seus feiticeiros e, até mes-

mo certos fenômenos puramente naturais. Eles temem sobremaneira os “demônios”, escrevem os Padres Azpicuelta Navarro (6) e Luiz da Grã (7). Eles temem a estes “demônios” justifica o Padre Navarro, porque eles os “aparecem visivelmente, atormentando-os asperamente” (8), com açoites (9) e, surgindo no meio dos caminhos (10). E, como se não bastasse, um próprio Jesuíta, o Irmão Pero Correia, procura instigar este medo junto aos indígenas afirmando que pelo “demônio” foi açoitado com pauladas” (11).

Deus, como antítese do “demônio”, é igualmente um segundo elemento que entra na composição desta pedagogia do medo. Por incapacidade, não podiam os índios compreender Deus como um elemento abstrato (12), segundo os princípios da doutrina teológica. Desta incapacidade, retiram os Jesuítas grandes vantagens práticas para a conquista religiosa do índio. Assim, eles apresentam Deus aos indígenas como o autor de muitas doenças (13); como o instigador de várias epidemias entre as tribos (14); como aquele que pela fome, pelas secas e outros recursos dizima as populações aborígenes acarretando altos índices de mortalidade infantil (15).

Assim sendo, o Deus que os Padres da Companhia apresentam aos indígenas não é um Deus do amor, do perdão, da paz, mas, um Deus do temor, vingativo, um Deus do medo e bem conforme o contexto da Contra-Reforma.

Em termos da praxis catequética, esta pedagogia produziu bons resultados aos olhos dos missionários. Através dela eles conseguem destruir a autoridade dos feiticeiros, os líderes religiosos indígenas, e, no lugar desta autoridade destruída os Jesuítas colocam a sua autoridade (16).

2. Pedagogia dos Poderes Sobrenaturais

Esta segunda estratégia presente no discurso dos missionários da Companhia decorre sobremaneira da utilização que eles fazem dos poderes que lhes são conferidos por suas funções ministeriais.

Neste domínio, o Jesuíta se apresenta ao índio como o detentor de vários poderes misteriosos. Neste campo, o testemunho das cartas são também eloquentes.

Aos 17 de maio de 1552, o Irmão Vicente Rodrigues escreve aos seus confrades de Coimbra. Narra ele que apesar das resistências de um pai indígena, seu filho moribundo, recuperou imediatamente a saúde tão logo recebeu o Batismo (17).

Fato idêntico narra o Padre Antonio Blazquez em carta com data de abril de 1558. Deus foi louvado, escreve ele ao Superior Geral da Companhia, Padre Diego Laynes, porque uma criança indígena agonizante recuperou de imediato a saúde tão logo recebeu o Batismo (18).

Contudo, não é apenas através dos Sacramentos que os Jesuítas se apresentam aos índios como detentores destes poderes misteriosos à compreensão do próprio índio. Outros indicadores deste poder eles utilizam, como por exemplo, as orações (19); relíquias de Santos postas sobre índias à hora do parto (20) ou ainda pela utilização de Agnus Dei lançados ao mar para acalmar as tempestades (21).

Em consequência, revelam as cartas, os indígenas passaram a acreditar realmente nestes poderes dos Padres. “Quando os índios estão enfermos, escreve o Padre Blazquez, eles são trazidos às nossas igrejas para que concedamos a saúde” (22). Quando eles têm seus doentes, escreve o Irmão Vicente Rodrigues, eles chamam os Padres da Companhia, “convencidos”, acrescenta o Padre Brás Lourenço de que temos o poder para lhes restituir a saúde” (23). E, conforme escreve o Padre José de Anchieta, de fato eles estão persuadidos de que possuímos estes poderes (24).

Desnecessário se faz tecermos considerações complementares ao assunto visando identificar a pedagogia dos poderes sobrenaturais como uma estratégia de alto porte face aos interesses do discurso dos Jesuítas juntos aos aborígenes.

3. A Pedagogia Cultural

Como terceira estratégia do discurso em análise, verificamos a pedagogia cultural. Assim denominamos esta estratégia

porque ela repousa na utilização de alguns valores da própria cultura indígena pelos Padres da Companhia.

Em breve síntese, limitamo-nos apenas a citar alguns destes elementos.

Em primeiro lugar, lembramos a utilização da língua tupi. A língua indígena empregam os Jesuítas em suas atividades missionárias e, com várias finalidades: para a composição de orações a serem ensinadas aos índios (25); na composição de cânticos religiosos (26); de homilias (27); de catecismos (28); de peças teatrais (29); de manuais escolares (30); na administração dos Sacramentos (31) etc.

Utilizam também os missionários a música como segundo elemento extraído da cultura indígena. Neste setor, dizem as cartas, eles usam os instrumentos musicais dos índios nas cerimônias religiosas (32); utilizam eles os cânticos indígenas para atraí-los à catequese (33); organizam conjuntos musicais compostos por instrumentos dos próprios aborígenes (34); às crianças orfãs, vindas de Lisboa para ajudá-los na evangelização, eles ensinam as músicas dos índios (35) e, em suas procissões litúrgicas, os próprios Jesuítas saem em público, tocando os mesmos instrumentos dos índios (36).

A dança, elemento profundamente arraigado no mundo indígena brasileiro, é igualmente incorporada ao discurso dos missionários. Assim, por exemplo, por ocasião dos grandes "jubileus", incentivam eles os índios a apresentarem estas danças (37).

Em resumo, medo, poderes sobrenaturais e cultura indígena, constituem as três grandes estratégias usadas pelos Jesuítas, no Brasil, como uma autêntica pedagogia colocada ao serviço da evangelização dos índios.

Notas e Referências Bibliográficas

- (1) As cartas escritas no Brasil neste período foram objeto de publicação pelo Jesuíta, Padre Serafim Leite. A obra, em quatro volumes, traz por título "Monumenta Brasiliae", publicados entre 1956 e 1968. Um estudo destas cartas apresentamos à Universidade Católica de Louvain

(Bélgica), como pré-requisito para a obtenção do título de Doutoramento. Este trabalho intitula-se "**Lettres des Jesuites: une contribution à l' Histoire de l' Education au Brésil**", Louvain, 1984.

- (2) Sobre o assunto ver José Hermano Saraiva — **História Concisa de Portugal**, Publicações Europa-América, 6a. edição, Lisboa, 1970, p. 177.
- (3) Referimo-nos especificamente aos Padres Antonio Vieira e Gabriel Malagrida, missionários da Companhia, no Maranhão, durante o século XVII. Sobre o assunto ver Mário Domingues — **O Marquês de Pombal: o homem e sua época**, 3a. edição, Livraria Romano Torres, Lisboa, 1970, p. 328-339. J. Lúcio de Azevedo — **Cartas do Padre Antonio Vieira**, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1970.
- (4) Serafim Leite — **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Roma, 1956, vol. I, p. 124.
- (5) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. São Paulo, 1954, vol. II, p. 271.
- (6) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. I, p. 137.
- (7) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. II, p. 134.
- (8) **Monumenta Brasiliae**, vol. I, p. 279.
- (9) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. IV, Roma, 1960, p. 498.
- (10) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. II, p. 66.
- (11) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. II, p. 66.
- (12) Sobre esta incapacidade do índio ver **Monumenta Brasiliae**, vol. I, p. 153.
- (13) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. I, 303, 304.
- (14) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. II, p. 367; vol. IV, p. 12.
- (15) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. I, p. 324; vol. II, p. 6.
- (16) Sobre a liderança dos feiticeiros em meio indígena ver **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. II, p. 366, 367; vol. III, p. 408; vol. IV, p. 426. Sobre o combate dos Jesuítas a esta liderança ver **Monumenta Brasiliae**, opus cit. vol. I, p. 378; vol. II, p. 270, 366 e vol. III, p. 53, 65.

- (17) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 306.
- (18) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 431.
- (19) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 180, 317, 321.
- (20) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. III, p. 254.
- (21) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 298; Vol. III, p. 326.
- (22) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 430.
- (23) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 44.
- (24) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 307.
- (25) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 112.
- (26) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 386.
- (27) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 111, 152.
- (28) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. II, p. 9, 348.
- (29) Sobre o assunto ver José Augusto Mourão — **José de Anchieta: Missionário e Trovador do Brasil**, Revista "Brotéria", Vol. 111, n.º 6, Lisboa, 1980.
- (30) Sobre o tema ver Serafim Leite — **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro) e Livraria Portugália (Lisboa), 1943, Tomo II, Livro V, p. 545-567.
- (31) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 310, 326; 369.
- (32) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 373.
- (33) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. IV, p. 189.
- (34) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 497.
- (35) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 385.
- (36) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. I, p. 359.
- (37) **Monumenta Brasiliae**, opus cit. Vol. IV, p. 62, 63, 76.

CANTO A LAVRAS DA MANGABEIRA CENTENÁRIA

Linhares Filho

Lavras, aqui estamos os teus filhos reunidos num enorme abraço fraterno para contemplar-te a face centenária e oscular-te o almo seio de mãe, bendizer-te pelos dons com que nos formaste o Ser e felicitar-te pela glória de alcançares um século de existência. Como és bela, Terra, bela na simplicidade de tuas formas e na grandeza espiritual de tua essência, bela, ainda, por teu aconchego e pelo significado de tua História! Recompomos o teu passado e constatamos que abrigaste muita luta, muita querela e muita violência, banhando-te o sangue de vários filhos. Mas teu Rio Salgado inundou-te algumas vezes, lavando-te as marcas de crimes, e mesmo chuvas purificadoras e criadoras lavaram-te vezes tantas, redimindo-te e fazendo brotar a vida do teu chão, que, malgrado intempéries, produziu abundantes safras e progresso. O queimante sol que nos ilumina e fecunda o teu solo tanto nos fez excitados para a discórdia como ardentes para o amor. Assim, os lavrenses somos contraditórios, mas sempre intensos em nossas paixões e pertinazes em nossos propósitos, como qualquer cearense que vive sob a influência do mesmo sol. Lavras, miniatura do Ceará e amada parcela da Pátria, permanecemos em ti e estás plantada em nós, com uma florescência perene, imarcescível, tu que és o vento de julho e os antigos redemoinhos de outubro, o aracati de noites enluaradas e o frio som de longínquas serenatas, o dobrado de velhas charangas e o murmúrio das águas do Salgado, o chilrear de andorinhas e o badalar do sino da Matriz, o apito de trens partindo na madrugada e o travo dos frutos dos tamarindos, o atrativo de circos memorá-

veis e o bailado imemorial de horas amenas. És o mel dos engenhos de rapadura, a devoção das novenas, o entusiasmo de antigos leilões e quermesses, a insistência de pregões, o rescaldo de fogueiras, o requinte de lapinhas, a azáfama de eleições e o mexerico de conversas na calçada. És a proteção de S. Vicente Ferrer, orago que te escolheu em misteriosa, miraculosa mensagem, e és a saudade de nossos mortos, ressuscitados ante a pira da nossa afeição. És o Rio Salgado, que te banha e possui toda uma história de epopéia e lirismo, história semelhante à de tua própria existência, e és o Boqueirão, garganta rochosa, a beber a água fecundante e a pregar, constante e eloquentemente, a filosofia do amor. Rescendes o odor do mofumbo, da catingueira, da cidreira, do hortelã, do marmeleiro, da imburana, do barro molhado ou da poeira da terra enxuta, da fumaça de chaminés ou de veículos motorizados. És rubra como o amor e como o sangue derramado, roxa como tragédias, áurea como as tuas jazidas reais e lendárias, branca como a paz que se reflete nos teus algodoads e verde como o sonho espelhado nos milharais e canaviais das tuas safras após invernos benfazejos, ou como as copas das tuas oiticicas, que enfrentam, com viço e dadasas de sombra, as mais rigorosas secas. E és azul, azul, azul como o infinito do teu céu, tão perscrutado nos longas estios. Do alto desse século de lutas, canseiras, fracassos e vitórias, Terra amada, lobbamos num retrospecto o desfile dos teus dias, e as figuras humanas que te construíram ou habitaram assomam embuçadas na neve do tempo: são políticos, administradores, profissionais liberais, cientistas, artistas; prefeitos, vereadores, juizes, vigários; agricultores, comerciantes; poetas, ficcionistas, historiadores, músicos, pintores e os tipos mais populares, loucos, mendigos, encarcerados, vaqueiros, capatazes, lavadeiras, rendeiras, parteiras, prostitutas, cada um com os seus gestos, as suas obras, as suas virtudes e defeitos. Nossa Terra! Antes de seres Lavras da Mangabeira foste a Mangabeira das Lavras, revelando-se bem tua natureza de árvore, natureza pela qual, completando o aconchego de colo materno do chão, abrigas, refrescas com a tua sombra e alimentas com os teus frutos os teus filhos e os que moram em ti, como a extinta

Mangabeira anciã, que acolhia os teus primeiros povoadores e os viajantes que passavam por teu solo. Posta em boa hora nos trilhos do progresso estás, no entanto serás sempre a doçura e singeleza da nossa eterna infância, o reencontro de nós mesmos, cansados e desfigurados pelos caminhos enganosos da vida, nós, que vimos a ti, materno seio, para a queixa e o alívio. És e serás sempre a Terra Prometida, a redentora Sião contra a Babilônia dos descaminhos; és a ponte do regresso, o crisol dos sentimentos mais puros, a fonte do perene renascer. Novos garimpeiros numa como mineração transcendente, queremos sempre, manejando a bateia da nossa devoção, joeirar o ouro dos teus encantos, após extrair de tuas entranhas a força telúrica e vital, com que, também novos Anteus em mágico contato contigo, nos haveremos de revitalizar. Lavras, aqui estamos para afagar-te como filhos que contemplam a face da mãe centenária, e bendizer-te. Sê feliz na rota de tua próxima centúria e sê eterna, se preciso até mesmo como a fênix mitológica. Leva aos netos dos nossos netos o testemunho de que as gerações deste instante honraram o teu nome, segundo manda a lei do Decálogo. Deus te abençoe!

(Palavras proferidas por ocasião da sessão solene comemorativa do Centenário de Lavras da Mangabeira, na praça pública dessa cidade.)

JOAQUIM PINTO MADEIRA

J. Lindemberg de Aquino

A história cívica do Ceará relembra o transcurso, em 28 de novembro de 1834, dos 150 anos do fusilamento, em Crato, do cel. de milícias Joaquim Pinto Madeira. Ocorreu este fato em 28 de novembro de 1834, no alto do bairro hoje chamado de Pinto Madeira.

Foi um feito chocante e cruel em nossa História — e de certo modo ainda está nebuloso na sua legítima interpretação, pelos ódios de facções políticas dominantes e dominadas na época, em cujo caldo de fermentação ideológica figurou aquele vulto conhecido da nossa região.

Diz o escritor Irineu Pinheiro, nosso maior historiador:

“Quem estudar a revolução cariense de 1831 a 1832, chefiada pelo cel. Joaquim Pinto Madeira e pelo Pe. Antônio Manuel de Sousa, vigário de Jardim, deverá, por certo, concluir que ela se originou do espírito faccioso dos partidos que, naquela época, se degladiavam, ferozmente, em toda a região sul-cearense. Do espírito faccioso dos grupos políticos que assolavam essa parte da Província, na expressão do general Pedro Labatut, e também da inépcia dos governos que não souberam conter-lhes os excessos.

Disse João Brígido, chegado ao Cariri cerca de 18 anos após aqueles acontecimentos que ensanguentaram nossa terra, contemporâneo, portanto, de muitos personagens que neles figuraram, “ter sido estúpido o modo porque se conduziu o Presidente da Província, identicando-se com o Partido Liberal” ainda nos furores e demasias deste.

Realmente, se os governos tivessem policiado, como deviam os Municípios de Crato e Jardim, por meio de destacamentos numerosos e bem comandados, se a todos tivessem distribuído justiça pronta e reta, acima dos interesses partidários, teriam, evidentemente, evitado o conflito armado, que tantos males causou às nossas infelizes populações”.

Pinto Madeira nasceu no lugar Silvério, bem no sopé do Araripe, Município de Barbalha, e morou no engenho Bom Jardim de Coité, depois chamado Engenho Novo, no mesmo Município em toda a sua mocidade. Era filho de Ponciano Madeira, que viveu obscuramente, e neto do dr. Manoel de S. João Madeira, bacharel e agricultor, que faleceu em Missão Velha.

Frequentou todas as localidades do Cariri, onde rapidamente se fez conhecido. Fez parte da amizade e da clientela de José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato.

Tendo Filgueiras, com a ajuda de Leandro Bezerra, debelado a revolução de 1817, em Crato, chefiada por dona Bárbara de Alencar e seus filhos, e prendido os chefes desse movimento armado, mandou a todos para o Icó, escoltados por homens armados, sob o comando de Joaquim Pinto Madeira.

Começou daí a desavença e a inimizade de Pinto Madeira com os Alencares.

Em 1822 — cinco anos depois, incorporou-se Pinto Madeira ao exército de Filgueiras, organizado no Crato para libertar os patriotas encarcerados. No Icó durante a reunião, ali, do Colégio Eleitoral da Comarca, missão que foi realizada com êxito, e dentre os libertados estava Romão José Batista, avô do Pe. Cicero.

Pinto Madeira perseguiu o comandante da Vila do Icó e seus soldados, alcançando-os em Forquilha, 3 léguas abaixo do Icó.

Tendo ido Filgueiras e Tristão libertar as Províncias do Piauí e Maranhão rebentou contra o Governo uma sedição militar em Fortaleza, aproveitando-se os revoltosos da ausência dos líderes. Ao retornarem eles, via Crato, prenderam, em 18

de maio de 23, Joaquim Pinto Madeira e outros chefes locais, acusados de terem sido cúmplices da sedição de Fortaleza.

Em 1824, Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras depuseram Pedro José da Costa Barros da Presidência do Ceará e aderiram à confederação do Equador, sendo Tristão escolhido Presidente do Ceará revolucionário.

Combateu Pinto Madeira esse novo movimento, de armas na mão, e no combate de Picada morreram 200 homens, alguns de forma violentíssima. Esse combate criou em torno de Pinto Madeira a fama de ferocidade.

Vencida a Confederação do Equador, foram mortos seus chefes, Tristão, em combate, próximo de Jaguaribe, e Filgueiras, de maleita, na Vila de São Romão, Minas, quando era levado preso para a Côrte.

Esses acontecimentos de 1817, 1822 e 1824 provocaram fundos ressentimentos e rancores, que provocariam novas guerras, anos depois. Os Alencares nunca perdoaram aos liberais cratenses e a ação de Joaquim Pinto Madeira.

“Tão vigilante o ódio dos inimigos — diz Irineu Pinheiro, que chegaram a processar Joaquim Pinto Madeira mais de uma vez, acusando-o de maquinar contra o regime dominante naqueles tempos. Ele viu-se obrigado a defender-se em Recife e Fortaleza, sendo em ambas absolvido.

Retornando ao Cariri, Pinto Madeira fundou uma sociedade maçônica, onde reunia seus adeptos, a exemplo da Coluna do Trono, fundado em Recife em 1829. Com isso inquietou seus adversários — que o acusaram de conspirador.

Em 5 de junho de 31 a Câmara do Crato determinou a prisão de Pinto Madeira. Em 4 de julho de 31, por decreto da Regência do Império, foi cassado o decreto que elevara Pinto Madeira a cel. Pinto Madeira aliou-se aos patriotas jardinenses para combater as novas autoridades instaladas em Crato, com o intuito de eliminá-lo. Prepararam ele e o vigário dali, Antônio Manoel de Sousa, o povo jardinense para a guerra civil contra os do Crato. De fato marchou contra o Crato com 200 homens, travando-se combate com as tropas cratenses, já em marcha para Jardim, no sítio Buriti, próximo de Bar-

balha. As tropas cratenses foram derrotadas. Uma parte dos revoltosos de Pinto Madeira, dirigidos por Francisco Xavier Matos, alcunhado, por sua maldade, de "Veneno", capturaram e mataram, no Crato, o popular Joaquim Pinto Cidade. Em 27 de dezembro de 1831.

Pinto Madeira entra triunfalmente em Crato, e embora se esforçasse, não pôde controlar os seus chefetes vitoriosos e seus homens, violentos e indisciplinados, que saquearam a vila, cometeram assassinios e queimaram papéis e arquivos de cartórios.

As autoridades provinciais mandaram tropas para acabar com as guerras pintistas no sul da Província. Os pintistas enfrentaram as tropas imperiais, em fevereiro de 32, em Várzea Alegre, e depois em Barbalha e em abril, no Icó. Em junho, as tropas do Presidente José Mariano, sob seu comando, derrudou as tropas de Pinto Madeira em Missão Velha.

O Ceará continuava ensanguentado. Pinto Madeira alegava lutar pela reposição de Dom Pedro I, ao Trono, do qual saíra, a seu dizer, forçado pelos seus inimigos. A guerra pintista se estendeu à Paraíba.

O General Labatut veio com ordem do Ministro da Guerra, do Rio, para pacificar o interior cearense, assumindo, em agosto, em Icó, o comando das tropas do governo cearense.

Em setembro chegou Labatut ao Cariri e convidou os rebeldes a se renderem. Em 12 de outubro, em seu acampamento, no Correntinho, próximo de Santa Fé, em Crato, entregaram-se a Labatut, com promessa de que teriam sua vida garantida, Joaquim Pinto Madeira e Pe. Antonio Manoel. Tiveram a garantia de que seriam enviados para o julgamento no Rio, longe dos ódios dos adversários. Com eles renderam-se 1.590 pessoas, confiantes na mesma garantia. Labatut tratou a todos com respeito, garantindo-os das violências e promessas de vingança dos seus inimigos.

A promessa de Labatut, porém, com relação à ida ao Rio, não foi cumprida, Joaquim Pinto e Pe. Antonio Manuel foram vítimas de torturas e sevícias, por 2 anos, nos cárceres de Recife, Fortaleza e Maranhão, em agosto de 1833. Em 15 de

outubro de 34 voltava Pinto Madeira a Fortaleza, por mar, tendo o Pe. Antonio Manuel ficado doente, no Maranhão.

Nove dias antes de sua chegada, havia sido empossado na presidência do Ceará o senador José Martiniano de Alencar. No dia 22 de outubro o prisioneiro Pinto Madeira é mandado escoltado para o Crato, aqui chegando a 23 de novembro, sendo julgado a 26, por um júri faccioso, constituído só de adversários seus, e condenado, não por sedição e revoltas, mas pelo assassinato do popular Joaquim Pinto Cidade, ocorrido anos antes, quando invadira o Crato. Das 30 testemunhas que depuseram, nenhuma inculpou Pinto Madeira desse assassinato, perpetrado por seus soldados ignorantes e vingativos.

Voltemos ao dr. Irineu Pinheiro: Depois de 53 dias da posse do Senador Alencar na presidência do Ceará, em 28 de novembro de 1834, fuzilaram no Crato, ilegalmente, o cel. Joaquim Pinto Madeira, revolucionário de 1832... Executaram-lhe a bala, sequestraram-lhe os bens, que foram imediatamente arrematados por quem se mostrara muito interessado na condenação do réu”.

Negaram a Pinto Madeira o direito de recorrer da sentença, tanto que o fuzilaram dois dias depois da mesma.

Eram, assim, os ódios na província, envolvendo a todos, inclusive Juizes venais, capitães-mores, câmaras e vigários, todos ensolapados por uma terrível politicagem, que não respeitava, nem sequer a vida humana.

A circunstância de haverem se dado o julgamento e a morte de Pinto Madeira no Governo do Senador Alencar, seu inimigo desde 1817, valeu-lhe terrível fama de vingador rancoroso.

O eminente político cratense, todavia, se defendeu das acusações em célebre carta, enviada ao Juiz leigo José Vitoriano Maciel, que presidiu ao Júri, ao qual chamou à responsabilidade em Fortaleza.

Ainda hoje, todavia, uma parte dos historiadores culpa a Alencar por essa devassa contra Pinto Madeira, tanto que o comparsa do capitão-mor Pinto Madeira, o Pe. Antonio Manoel, foi julgado anos depois e inocentado, já doente e velho,

no Jardim, onde faleceu, socorrido em sua extrema pobreza, pela caridade pública.

Eram assim — os fatos e os homens no Ceará de antigamente, escrevendo negras páginas em nossa história, de permissão com lutas gloriosas que lhes imortalizam os nomes, quando em pelepas de nobre porte e autêntica brasilidade.

O atraso, o facciosismo, a ignorância, o poderio, a indisciplina, a rebeldia, o rancor e a intolerância foram os ingredientes desse painel de sangue e de horror, em que Pinto Madeira lutou e foi sacrificado, ficando porém a sua glória de haver pugnado pelo seu Rei e pela integridade do Império, abastardados desde antes da Independência, pelas lutas facciosas existentes também na cõrte, que forçaram, em 7 de abril de 31, a abdicação do Imperador, a quem Pinto Madeira devotava verdadeira idolatria.

Ficou esta página da nossa História regional, digna de ser melhor conhecida e divulgada, para conhecimento das novas gerações.

(Palestra proferida o Rotary Club de Barbalha, em 28.11.1984, no dia de sua instalação, como a 1.^a palestra da Ordem do Dia, naquele Clube. No dia seguinte, 29.11.1984, no Rotary Club do Crato. A autor ainda fez outra palestra no Rotary do Crato, no Lions Club do Crato-Centro e na Praça da Cruz do Século, durante as celebrações dos 150 anos, além de crônica na Rádio Araripe e exposições nas Escolas do Crato, sobre a data).

ITAYTERA

Raymundo Farias de Oliveira

Com amável dedicatória do ilustre presidente do Instituto Cultural do Cariri, João Lindemberg de Aquino, acabo de receber o número 28 da Revista Itaytera, órgão oficial daquela instituição cultural.

Mesmo antes de voltar ao Ceará (à Missa-Velha, minha terra natal), em 1975 e depois em 1976, sempre soube, através de informações familiares, que o Crato era a capital intelectual do Vale do Cariri. Ter estudado no "Ginásio do Crato" sempre foi uma excelente recomendação no currículo de cada cearense do Cariri. Estudava-se (e acho que se estuda) Direito, no Ceará, em Fortaleza ou no Crato. E assim por diante.

Através da convivência epistolar que tenho mantido com o Instituto Cultural do Cariri, sediado no Crato, posso hoje constatar a veracidade das notícias que me foram transmitidas, ao longo dos anos, nas reminiscências familiares alimentadas aqui, nas distantes terras paulistas.

A existência de um Instituto Cultural, com 21 cadeiras distribuídas por sua secção de letras e ciências, tendo por órgão de divulgação uma revista anual do porte de Itaytera, com suas 198 páginas vertendo belíssimas produções na área de história, ciência, poesia, farto noticiário literário e da vida social e política do Crato, demonstra, por si só, a profunda vocação da gente cratense para o culto das coisas do espírito, um inefável carinho para com suas melhores tradições históricas e culturais, verdadeiro e grandioso exemplo a ser seguido por tantos rincões desse imenso país.

Um trabalho de gigantes, sem dúvida. Como se diz, no editorial deste número: "... Enquanto não se modificar, nesta Nação, a visão para com as cousas da Cultura, propiciando-se às suas instituições culturais os meios necessários às suas pequisas e sua própria sobrevivência, a situação continuará assim.

A memória nacional ainda não é de todo compreendida, respeitada e estimulada, e os que se aventuram à produção intelectual têm de passar por essa difícil situação.

O INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI tem vencido o passar dos anos, mesmo sobrecarregado de problemas, e os vai vencendo, por teimosia dos que o dirigem e se lançam à aventura — pode-se dizer que o termo é esse — de publicar uma revista deste porte, no interior.

Nossos agradecimentos, de coração, a todos os que cooperaram com o presente número de ITAYTERA, que significa mais um marco em nossa existência, e se firma cada vez mais no reconhecimento e no conceito dos meios intelectuais do Ceará e do Nordeste".

Muito bem! Recebam os meus mais calorosos aplausos por essa luta verdadeiramente heróica, que é do Crato e do Brasil!

Jornal "O Liberal" — 19.08.1984 — da cidade de Presidente Venceslau (SP), ao caro Lindemberg, com o meu abraço.

Raymundo, S. Paulo, 24.8.84

AOS MEUS ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO DO CRATO

Raimundo de Oliveira Borges

Como esquecer HERODOTO na História? CÍCERO na Oratória? SÓCRATES, PLATÃO, ARISTÓTELES na Filosofia? SHAKESPEARE, HUGO, ZOLA, EÇA, MACHADO DE ASSIS, ALENCAR, NABUCO, EUCLIDES DA CUNHA, CLÓVIS, RUI, nas Letras, nas Ciências, na Tribuna, na Jurisprudência, nas Artes? Como olvidar filósofos, sociólogos, escritores, músicos, pintores, luminares de idéias e de pensamentos que desde priscas eras deslumbram o mundo, ou relegar a segundo plano essa riqueza espiritual, imensa para fixar-se somente na técnica, em obras materiais, que vão nos nossos dias automatizando e convertendo o homem em máquina?

A pessoa humana que é sensibilidade, emoção, crença, fé, amor, e não apenas carne, apetite, luxo, satisfação de baixo instinto animal?

Há, pois, atualmente, um desvio, ou uma atitude que reputo falha na cultura, ou mais precisamente nos meios que se empregam para adquirir cultura.

Não é possível galgar os altos cimos da civilização com menosprezo às suas bases, ou raízes.

Que são as nuvens, aquelas torres lindas lá de cima senão o resultado do fenômeno da evaporação que parte cá de baixo?

O edifício, que se ergue imponente nas alturas começa da fundação, do seio da terra, e se alteia firme pela superposição gradativa dos elementos necessários à sua estruturação definitiva.

No terreno da cultura é preciso colher os frutos e saboreá-los, mas sem esquecer que não se produzem sem a longa formação que vem das raízes, do tronco, dos ramos e das flores.

Particularizando, o estudante de Direito se apega hoje muito ao Código, ao Direito legisferado, à regra, à norma, sem cogitar dos motivos que os determinaram. Não vão às fontes, aos jurisperitos, aos sociólogos, aos filósofos, aos economistas, aos antropólogos, aos escritores, aos mestres de outras ciências e de outras áreas do conhecimento, de modo a apreender o complexo cultural que se constitui agora mais do que nunca um desafio à inteligência do homem. Confinam-se nos estreitos limites das conquistas pragmáticas, imediatistas, nos vãos rasteiros das necessidades materiais e se convertem em meros executores de tarefas bitoladas, sem os adejos e os surtos dos altos remígios espirituais.

Por isso, via de regra, guardadas, naturalmente, elogiosas exceções, o estudante universitário hoje fala mal, escreve mal, a inteligência se debatendo, embaraçada, no estreito âmbito dos currículos improvisados e mutáveis.

Os focos de nossa formação jurídica foram Recife e São Paulo. E de nossa formação cultural também. Por que? Porque ali não se estudava só Direito, mas todas as ciências que o informam e completam.

TOBIAS BARRETO não foi só professor de Direito, foi o introdutor dos estudos da doutrina alemã em nossa terra, além de poeta e escritor; CLÓVIS BEVILÁQUA não foi só civilista, mas também filósofo e homem de letras consagrado; JOAQUIM NABUCO não foi só diplomata, foi tribuno e escritor primoroso; EPITÁCIO PESSOA não foi apenas político e estadista, mas ao mesmo tempo jurista e orador exímio; RUI BARBOSA foi advogado, jurista, tribuno, escritor, jornalista e filólogo dos maiores; AFRÂNIO PEIXOTO, além de grande mestre de Medicina Legal foi escritor e ensaísta notável. Para não falar nos mais novos, GILBERTO AMADO, poeta, escritor, constitucionalista e escritor de vastos recursos; GILBERTO FREYRE, bacharel em Direito, que uma só obra — “Casa

Grande e Senzala” — viria consagrá-lo como o nosso maior sociólogo; JOSÉ LINS DO REGO e JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, bacharéis em Direito e as duas figuras máximas do romance nordestino do ciclo da cana-de-açúcar e das secas.

E seria um nunca acabar de exemplos dessa floração de homens ilustres pelo pensamento e pela cultura polimorfa saídos dos recintos de nossas escolas superiores.

É manejando bem a língua que se pode transmitir bem o pensamento. É conhecendo bem os segredos da Filosofia que se pode expor, debater e convencer com lógica. É degustando, demorada e proveitosamente, a literatura, se possível na sua maior amplitude, que mais dútil se torna o espírito à receptividade do acervo humanístico. É saciando a sede nas fontes puras de estilistas como EÇA, MACHADO, RUI, EUCLIDES, que se terá em mãos a ferramenta de convencimento e de exposição do direito em lide, com que arrazoar para juizes e tribunais, quando não com superioridade, ao menos em nível de igualdade capaz de assegurar o êxito objetivado.

As Escolas de Direito tinham as suas Revistas, os seus Grêmios Literários, os instrumentos ou veículos em que os estudantes publicavam os seus trabalhos, se exercitavam para as futuras pugnas profissionais; hoje, com raras exceções, aparecem alguns impressos apenas, sem a feição acadêmica atraente e adequada com que até há pouco se apresentavam.

Nada de tertúlias intelectuais.

As atividades discentes extracurriculares limitam-se a esporádicas excursões ditas culturais ou juris simulados, os quais, pela raridade, pouco acrescentam aos subsídios ou créditos que lhes são atribuídos em aula.

Não é, pois, sem razão que se levanta no País entre os estudiosos da Metodologia do Ensino um sadio movimento de Reforma Universitária, que se presume em bases verdadeiras e que dê rumos certos à Educação Nacional.

Raimundo de Oliveira Borges
Diretor

Em 31.03.83

MUSEU DO FÓSSIL, UM SONHO A SE CONCRETIZAR

Pedro Edimar

A revista Veja, datada de 16 de junho de 1982, trouxe na página número 84, uma matéria intitulada — RIQUEZA PERDIDA — O BRASIL IGNORA O VALOR DOS SEUS FÓSSEIS.

Nela é feita uma alusão no comércio ilegal de 'pedra de peixe' na região do Cariri. "Embora esse tipo de comércio seja teoricamente proibido, as remessas seguem sem sobressaltos..." Informado com esse comércio, o industrial Arilo Holanda, presidente da Companhia Cearense de Mineração, na época, sugeriu ao Ministério das Minas e Energia que o governo delimitasse áreas para a pesquisa e para o comércio, disciplinando, desta forma uma "atividade que nunca soube impedir". E ao que parece, já passado mais de um ano e meio, a sugestão ainda não obteve uma resposta.

A cidade de Santana do Cariri, local por demais visitado por pesquisadores da Paleontologia, é hoje também o principal pólo do comércio ilegal de fósseis. Dali, constantemente, são exportados para todo o Brasil caixotes de 'pedra de peixe'. E mais, sem nenhuma renda para os cofres municipais. O valor das 'peças' varia bastante, indo de Cr\$ 800,00 até Cr\$ 25.000,00. Ultimamente, a Polícia Federal andou dando uma batida, no intuito de combater o comércio clandestino dos fósseis, ao que parece de todo inútil, pois, o que deveria se fazer mesmo, e de fato, era o que o ex-presidente da CEMINAS sugeriu ao MME, a delimitação das áreas de exploração, legalizando assim, o comércio e, facilitando também o campo para a pesquisa paleontológica.

A essa iniciativa, já está tomando um rumo certo, para a sua concretização. Nos últimos dias esteve visitando a cidade de Santana do Cariri uma equipe de professores e alunos da Universidade Federal do Ceará, tendo à frente o Professor Jorge Neves, arquiteto dos mais conceituados do Nordeste. E a idéia, há muito tempo acalentada pelo Dr. Aquino Lima-verde, santanense e com grande disposição para colaborar com sua terra, é de se criar ali um Museu do Fóssil. Também, o Prefeito Municipal, Professor Plácido Cidade Nuvens, já se comprometeu, e segundo ele não medirá esforços para ver na sua cidade o Museu do Fóssil, iniciativa pioneira no Nordeste.

Neste sentido, já foram mantidos alguns contatos bastante promissores com o Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Dr. J. Ferreira de Sousa, Diretor regional do órgão, que inclusive já visitou Santana do Cariri com esta finalidade.

Aguardam-se novos passos nessa empreitada difícil, mas de largo alcance para o desenvolvimento científico e turístico do Cariri.

MULHER

Jossely Temóteo

Sofre! Desce ao fundo do poço
Mas aprende a lição dos homens
Suga das tuas dores o nectar da sabedoria
Sê forte, prudente
Despe a couraça dos medos e tabus
Faz os teus próprios caminhos
Tu és mulher, ser autônomo, sem dono
Num mundo sem fronteiras
Abre a janela da vida
Contempla o horizonte
Sacode o pó tira o mofo
E deixa o sol entrar em tua vida.

"UM DESEJO"

Francisco Neto de Borges Reis

Nos cabelos, o luar
Nos lábios, um beijo ardente
Nos olhos, a minha luz
Nas palavras, o que sente
No coração, o mistério
Que persiste em minha mente.

Na minha vida, a razão
Nos meus sonhos, o motivo
Na minha sede, o desejo
De vê-la sempre comigo
Na loucura do gostar
A paixão, o infinito.

Ó Sol! Que ilumina o caminho
Ó Lua! Que inspira o amor
Ó Deus! Que criou o sentir
Me explique por que tanta dor?

Me ensine Senhor, a conquista
Me dê forças, me dê fé
Me dê tudo que preciso
Para viver

amar

morrer...

Nos braços desta mulher.

O PREÇO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

José Joaquim Neto Cisne

Atingir o desenvolvimento econômico é meta que consta em todos os planos e programas traçados pelos dirigentes dos países menos favorecidos.

Desenvolvimento econômico é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país.

Porém, para se chegar a esse nível não se faz necessário apenas capital e tecnologia, e sim, uma mudança de mentalidade por parte da sociedade, dedicação por parte dos governantes, critérios justos na repartição da renda, e por acima de tudo, os interesses nacionais.

O preço do desenvolvimento é alto e exige grandes sacrifícios e esforços dirigidos. É o aprimoramento do crescimento econômico.

Os países que almejam o desenvolvimento, de um modo geral são possuidores de boas perspectivas potenciais, mas que não utilizam integralmente os fatores de produção de que dispõem, ou seja suas economias crescem menos do que poderia crescer.

Para se atingir o desenvolvimento econômico se faz necessário a acumulação de capital e isto pode ser feito através de poupança e investimento, além de um melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis.

Estes países possuem características econômicas semelhantes "predomina a produção primária; enfrenta pressão populacional; possuem recursos naturais subdesenvolvidos; possuem população economicamente atrasadas; apresentam

deficiências de capital e são orientados para o comércio exterior.”

Como vemos estas características têm muito haver com o nosso Brasil.

Aqui desde a nossa colonização vivemos com nossa produção agrícola voltada para o comércio exterior. Além de uma implacável dependência econômica de capitais estrangeiros.

A deficiência de capitais leva os países como o Brasil a um ciclo-vicioso, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento. Pois, com a escassez de capital não se utiliza eficientemente todos os fatores de produção: terra, mão-de-obra; disso resulta baixa produtividade, portanto, baixo índice de poupança, o que faz com que se perpetue a escassez de capital.

Com uma rápida análise podemos concluir que basta aumentar a oferta de capital, através da introdução de capitais estrangeiros ou estimular o comércio exterior, para sairmos deste ciclo-vicioso e galgar o desenvolvimento.

Na verdade, isto nos leva a um crescimento econômico, como aquele que vivemos na década de 60 e início de 70. Porém, para se atingir o desenvolvimento propriamente dito, nos falta muito. “O crescimento econômico consiste num processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital.” O desenvolvimento, portanto, é uma mudança qualitativa estrutural no processo de crescimento. É a criação de uma nova mentalidade, através de inovações tecnológicas, de melhoria do fator humano por meio da educação, de modificações nas normas das sociedades tradicionalistas, além de modificações essenciais na estrutura social e política.”

Nosso país, após a segunda grande guerra vinha desempenhando grandes esforços, através de seus planos econômicos; objetivando alcançar o desenvolvimento, tanto econômico como social.

Sem dúvida, tivemos anos de grandes progressos, com um crescimento acelerado de nossa economia.

Para isso, nossos dirigentes usaram de muitos artifícios, como por exemplo, incentivos à implantação em nosso país de empresas subsidiárias de multinacionais, captação de empréstimos no exterior, maior intervenção governamental na economia, com a criação de monopólios estatais, incremento da indústria nacional através de importação de máquinas e equipamentos, além de tecnologia, objetivando a substituição de importações de bens manufaturados, etc.

Todos esses esforços nos levariam a uma Nação desenvolvida a médio prazo, se não fosse nossa dependência econômica, como também as distorções ocorridas na economia mundial, devido a elevação dos preços do petróleo e uma conseqüente elevação das taxas de juros no mercado financeiro internacional, onde vamos buscar recursos para financiar nosso desenvolvimento.

Devido a todas essas anomalias estamos pagando através de uma inflação galopante e uma brusca estagnação econômica, o preço de nosso pardo crescimento econômico...

Nossos dirigentes foram com muita "sede ao pote" e não tiveram em mente que o desenvolvimento é resultante de um trabalho minucioso, lento e calcado em pressupostos sólidos, capaz de fortalecer nossas instituições e promover o bem estar da sociedade.

As idéias constantes em nossos programas de desenvolvimento eram boas, o que faltou em nossos governantes foi um pouco mais de experiência na execução desses programas...

Por isso, estamos pagando um alto preço por um desenvolvimento que nem tivemos a contento.

O DESTINO PREDESTINADO DE ANA COUTO

Valdelice Alves Leite

O esforço na captação de uma autenticidade, recompõe as informações singulares, reunindo-as da melhor maneira possível em torno de uma personalidade, que é mister destacar.

A distância de um século, revivamos a data de 30 de janeiro de 1885, meio dia de uma sexta-feira, em JARDIM, cidade situada ao sul do Estado do Ceará. Nesse dia nasceu ANA COUTO (NANINHA), como era tratada. Seus pais: Ciáudio Alvares Couto e Eponina Gouveia Couto, ambos católicos.

Segundo a liturgia, nessa data festeja-se a virgem e martir, santa Martinha.

O batismo de Ana à 8 de março de 1885, tornou-a cristã. Recebeu o sacramento do crisma aos oito anos (outubro de 1893) e a sua primeira Eucaristia à 2 de janeiro de 1894 (aos nove anos), cujo celebrante foi o Rvdo. padre Miguel Coêlho de Sá Barreto.

Coincidentemente, o evangelho do dia do nascimento de Ana (segundo Mateus), refere-se à parábola das dez virgens que, tomando as suas lâmpadas saíram a receber o esposo. Dentre elas somente cinco foram prudentes e firmes nos seus propósitos, levaram azeite nas suas vasilhas juntamente com as lâmpadas. Elas não adormeceram como as outras, mas estiveram atentas à chegada do esposo, com suas lâmpadas preparadas.

Com base nesse evangelho, perlustremos então os caminhos de Ana, que também como virgem conservou a lâmpada da sua fé sempre acesa aquecendo no calor do coração e da alma o acendrado amor a Deus. Diz Neimar de Barros, que “a fé é um salto no escuro para os braços de Deus. Quem não tem fé não salta e não é abraçado. Fica apenas no escuro.”

Acompanhemos os acontecimentos no perpassar dos anos subsequentes; A infância de Ana Couto foi marcada por passagens maravilhosas, cheias dos tradicionais prazeres e satisfações da vida, em sua cidade natal, Jardim (só o nome traduz seu aspecto natural da beleza). Anos de serenidade, ordem, relações cordiais, afeto familiar. Viagens a cavalo, brincadeiras de ciranda, ou “onde está o grilo?”, o anel rodou, rodou e caiu na mão de quem?”. Colhendo flores silvestres nas cercas dos quintais, parecia uma borboleta a adejar de flor em flor.

Sentia-se feliz sentada à mesa com a família, saboreando as iguarias típicas do seu sertão simples e verdadeiro. Foi criada a Naninha sob uma vigilância firme, aprendendo a se comportar, cumpria deveres e aprender lições religiosas, ser pontual, asseada e amável. Sempre teve fé profunda na igreja e em seus ensinamentos e práticas; foi devota desde cedo, da clemente, pia e doce Virgem Maria.

Mas... será que há destino predestinado?...

“Sem dúvida pode-se dizer que Deus tem um desígnio a nosso respeito. Só que esse desígnio é-nos proposto como um objetivo a ser atingido livremente.”

A Virgem Maria Santíssima, predestinada a ser mãe de Jesus, foi enviado o anjo com a mensagem de Deus, e a sua resposta “Eis aqui a serva do Senhor, cumpra-se em mim a Sua divina vontade”, selou a redenção da humanidade. Por que? Porque a Virgem Maria aceitou plenamente a sua predestinação: ser mãe de Jesus. Também aquelas virgens do evangelho tiveram a liberdade da escolha. Deus nos ajuda com a Sua graça divina, sem forçar, pois somos inteiramente livres para as nossas decisões. Decisões... alimentando a esperança de encontrar e conquistar um ideal, a ânsia da verdade, que só se encontra em Deus.

Num olhar retrospectivo, voltemos aos 17 anos de Ana, em pleno florescer da adolescência, alma talhada providencialmente para grandes realizações; pura, ardente e generosa no seu amor a Deus e ao próximo. Virtudes que encantam, bondade que entenece.

Aquele 27 de fevereiro de 1902, uma quinta-feira às 20 horas, diante do Santíssimo Sacramento, tornou-se indelevelmente marcado pela sua entrega total a Jesus. Evidenciou-se-lhe a vocação de fazer-se religiosa.

Seria ela uma predestinada?

Que o fosse, mas tudo dependia de um "SIM" de sua parte ao chamamento do divino mestre. Segundo notas de sua vida, foram estas as suas palavras: "Jesus, eu sou toda Vossa." Evidentemente, Ana atendeu ao chamado do Cristo: "todo aquele que abandonar casas, ou irmãos, ou irmãs, ou pai ou mãe, ou filhos, ou campos, por amor do meu nome, terá por herança a vida eterna. "Mas, na realidade, ela teve que protelar o seu desejo ardente, devido a oposição paterna." Somente após a morte de seu genitor, Ana com 36 anos, conseguiu oferecer-se ao serviço de Deus, desejo alimentado desde a adolescência. Ela soube respeitar a opinião de seu pai que não compreendera a honra e o privilégio de tamanha graça, tanto para ele como para a filha escolhida; um grande dom do céu para o seu lar. Paciência e serenidade a acompanharam enquanto aguardava o pronunciamento da vontade de Deus a seu respeito. Suponho que Ana jamais deixou de implorar:

"Dai-me a fé, Senhor,
aquela fé que vê em cada um dos homens
Um irmão para amar e para servir;
um irmão para ajudar na corrida de alcance
ao verdadeiro bem,
contra a força do vento,
o ímpeto das águas,
a erosão do tempo.
Dei-me a fé, Senhor,
e estaremos armados para a glória
da única vitória."

Ela soube conservar a lâmpada da fé sempre acesa a espera do esposo divino. Finalmente chegou o desejado dia em que Ana saiu de Jardim, sua terra natal, para Fortaleza, a 1.º de outubro de 1921. Monsenhor Silvano foi quem levou Ana Couto para o colégio das Irmãs Dorotéias, cuja fundadora da ordem, santa Paula Frassinetti, foi recentemente canonizada (11 de março de 1984). Ana, embora possuidora de virtudes singulares, sua saúde não era suficientemente boa para arcar com as responsabilidades inerentes àquela ordem religiosa. Longe de desanimar, seu espírito forte enfrentou mais uma tentativa: seguiu para Recife e ali chegando ingressou na congregação das Servas de Maria, onde foi admitida ao postulante no dia de natal (25 de dezembro de 1921). É bem verdade que mais uma prova Ana teria de aceitar, pois após três meses sua saúde se ressentiu em demasia. O regresso ao lar foi inevitável e a sua família em Jardim, recebeu-a com carinho. O único lenitivo para sua alma desejosa de uma vida mais perfeita, foi a dedicação ao serviço da paróquia local. Seu proceder edificante foi um testemunho de seu amor ardente ao divino Mestre; entregou-se completamente à vontade de Deus.

Deus porém não esqueceu a doação total de sua serva Ana, aos 17 anos naquele 27 de fevereiro de 1902: "Jesus, sou toda Vossa."

Ele reservava altos encargos para a sua fiel predestinada: escolhera-a para doar à Igreja mais uma congregação religiosa. Era o ano de 1923 quando o sr. Bispo Dom Quintino (da diocese do Crato-Ceará); "espírito forte, tenacidade intemperata, vontade firme", tomou a resolução inabalável de fundar um colégio equiparado à Escola Normal do Estado, que entregaria a uma congregação religiosa. Dentre as Congregações consultadas não encontrou aquiescência ao seu convite. Então, num ímpeto de dignidade e coragem, resolveu convidar Ana Couto para a fundação de um Colégio, cuja administração interna ficaria a cargo das futuras religiosas.

Em sua carta dirigida a Naninha Couto, datada de 23 de janeiro de 1923, ele diz entre outras coisas: "É isto que ten-

ciono fazer com o seu concurso e de mais algumas moças piedosas, duas, três ou quatro, que me parecem animadas do espírito de Deus.” “Assim resolvi fundar um Colégio que terá diretoras externas e colaboradoras para o ensino das alunas mas cuja administração interna ficará a cargo das futuras religiosas que não é necessário que sejam instruídas para o desempenho de sua missão, bastando apenas que tenham espírito.” Ana Couto, pressurosa correu ao chamado do pastor, e eis que surgiu a Congregação das “Filhas de Santa Teresa” uma casa de formação feminina.

A Congregação foi instituída em 4 de março de 1923 ao mesmo tempo que nascia o Colégio destinado a moças, sob a direção do valoroso e santo Bispo, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva. Madre Ana Couto foi a primeira Superiora Geral da Congregação das Filhas de Santa Teresa. De estatura mediana e bem proporcionada, tez morena clara, olhos castanhos, tinha Ana olhar penetrante. Sua atitude comedida imprimia respeito e seu sorriso, confiança. Iluminada pela fé desenvolvida pela reflexão, Ana Couto tornou-se apta para amar, dirigir e governar. Embora não tivesse feito estudos regulares, pois nunca estudara em colégio, sua inteligência era invulgar, possuía inteireza de caráter e intensa energia moral. “Foi a mulher forte talhada para o sacrifício que uma congregação nascente acarreta.” Ela, perseverante, demonstrou que a idade não impede que a esperança sobreviva e se dilate além dos horizontes reciclando fortemente as fontes do entusiasmo. “O que é importante é a dimensão séria das coisas.” E nada mais sério do que uma congregação nascente, com tantas dificuldades e obstáculos.

Ao lado de suas primeiras companheiras, Eudócia Tavares Duarte, Izabel Sobreira, Maria Lira da Cruz e Mariana de Freitas Gomes, encetou o mais importante trabalho para Deus e os homens: conduzir almas pelo reto caminho, na senda da perfeição. Procurou não ser superficial nos relacionamentos, mas tentava penetrar nos mais escondidos recantos do coração. Ana Couto soube aproveitar sua posição social como diretora, para influenciar positivamente a sociedade e despertar compreensão e fraternidade entre as pessoas de todas as clas-

ses, sensibilizando-as para a construção de um mundo mais humano. Consagrou sua vida a Jesus Cristo de modo total, para servi-LO em qualquer lugar onde houvesse alguém a ser ajudado. Buscou no evangelho a força e a coragem para a sua missão de educadora. O amor a impulsionava a colaborar no processo de libertação do homem em direção ao Cristo.

Era evidente a sua profunda união com Deus, centralizada na Eucaristia.

O santo bispo D. Quintino, a incentivava na árdua subida da perfeição, e assim amadurecida na contemplação da vida, aprendeu a ver melhor as coisas e compreender as pessoas.

Com a lampada da fé, Ana procurava difundir a luz da graça por toda parte, através do seu lema: "Fortaleza e Caridade". Ela possuía qualidades imprescindíveis ao educador: acolhedora em sua amabilidade para com todos; otimista, sorria às dificuldades, pois sentia alegria de viver, distinta e reservada em suas atitudes. Imparcial e sincera em seus julgamentos. Simpática, paciente e zelosa, pois a pedagogia de Ana era fundamentada no amor.

Por isso mesmo é que a filha de Santa Teresa, Ana Couto, sentiu que a diocese precisava ser beneficiada com a difusão de eficazes meios de educação e instrução. Assim, quando o prefeito de Milagres, coronel Raimundo Alves Pereira (meu inesquecível pai), homem de larga visão, solicitou a D. Quintino a fundação de um educandário naquela cidade, ela com alegria recebeu a notícia do grande evento. Aos 21 de dezembro de 1929, seis Irmãs foram enviadas para Milagres com a recomendação de D. Quintino: "Vão em paz, na graça de Deus e vivam na mesma graça." O Rvdo. padre Azarias Sobreira muito contribuiu para a realização desse relevante acontecimento, pois foi o primeiro secretário particular de D. Quintino.

Para Milagres foram enviadas as seguintes Irmãs: Madre Tavares, Madre Freitas, Madre Magalhães, Irmã Ferreira, Irmã Amaral e Irmã Pia, sob os cuidados do Rvdo. Mons. Miguel Tavares. Era um grupo cheio de fé e idealismo, tentando realizar a missão evangélica de educar a juventude. "Mede-se um homem pela sua obra": os pósteros poderão

atestar os benefícios recebidos pela comunidade milagrense, em níveis e situações diversas ao longo dos anos. A figura de Cristo se fez imprimir na tela das consciências juvenis projetada pela fé robusta que animava as Filhas de Santa Teresa, tal qual a aceleração dos elétrons projeta na tela do televisor, imagens tão nítidas. Ana Couto era a chave que impulsionava a energia vinda de Deus para fortalecer e evidenciar aquela e outras instituições subseqüentes.

Diz a história, que “no dia 28 de dezembro de 1929, não resistindo à gravidade do mal que lhe vinha minando a vida pouco a pouco, D. Quintino de Oliveira e Silva desapareceu do cenário dos vivos, deixando porém a esteira luminosa de benefícios que espargira — resultantes da caridade cristã que o envolvia.”

As Filhas de Santa Teresa ficaram inconsoláveis e é bem lembrada a cena em que Madre Ana Couto, aos pés do sacrário, com o rosto em terra, parecia depositar todas as suas esperanças em seu Jesus que, ali sacramentado, era o seu único conforto.

Pareceu-lhe entretanto ouvir: “Ana?! A vida continua... prossegue o teu caminho.

Quem sabe, ela terá dito com o poeta:

“Há um compromisso
com a tarde
e com a verdade.
Um compromisso
com essências e deveres.
Um compromisso sério
com o mistério
das cousas e dos seres.
Um compromisso novo
com o olhar do povo.
Compromisso profundo
de ajudar meu mundo.”

Ana levantando-se sorriu e abraçou a cruz do seu destino. A exemplo de Santa Teresa de Jesus, prosseguiu altaneira na

sua árdua missão de plasmar caracteres, encaminhar almas para Deus. Enfrentou com denodo os destinos da Congregação e do Colégio Santa Teresa. Nos seus atos, o que importava era o direcionamento interior para o Ser Supremo.

Com a passagem do fundador da Congregação, D. Quintino para a eternidade, Ana e suas companheiras de fundação aguardaram pacientemente, a vinda do sucessor daquele santo bispo, para pronunciar seus votos perpétuos. A solenidade perpétua deu-se no dia 31 de janeiro de 1933, diante do Exmo. Sr. D. Francisco de Assis Pires (2.º bispo do Crato). Naninha continuaria caminhando e trabalhando em prol de sua obra meritória à custa de grandes sacrifícios.

Em 1937, fundou o Colégio Senhor do Bonfim, em Icó (Ceará). Em 1941, deu início a construção que, em princípio de 1942 estava perfeitamente aparelhada para o funcionamento normal do noviciado. O dia 30 de janeiro, data de seu natalício, foi escolhido para a inauguração, cujas festividades foram concluídas a 2 de fevereiro, com a bênção da Capela e a celebração da santa missa, pelo Rvdo. padre Antonio Feitosa.

Neste mesmo ano, Ana fundou o abrigo Jesus Maria José, para os velhinhos abandonados, onde a sua dedicação foi de extraordinária magnanimidade.

Em um artigo publicado no periódico "Voz de Santa Teresa", diz Madre Monteiro: "A peregrinação de Madre Couto nesta terra de exílio, foi um perpétua imolação, uma prova constante." Era dominada pelo seu grande espírito de caridade.

De tanto se dar ao próximo, aquela mulher forte, aos 60 anos, já definhava fisicamente, enquanto suas virtudes cresciam em dimensão e projeção transcendentais.

As virgens do evangelho que iluminaram a sua vinda ao mundo, já desfilavam no alto dos céus com suas lâmpadas acesas, para a entrada triunfal da virgem Ana Couto, nas paragens eternas para os esposais com o seu Deus e Senhor. Foi assim que Madre Ana Couto, na manhã do dia 31 de janeiro de 1947, deu apenas um passo para a eternidade, em busca das graças divinas para a Congregação que continua

distribuindo o óleo vivificante da caridade, para que permaneça sempre acesa a lâmpada da fé que protege a juventude da violência e da devassidão, que na velhice abandonada e nos enfermos, fortalece a aceitação da vontade divina.

Só a fé salva o mundo.

Segundo Roque Schneider,

“Unir é ligar as diversidades

Amar é sintetizar as diferenças

Viver bem é valorizar as oportunidades.”

Unidas, as Filhas de Santa Teresa palmilham os caminhos da vida sintetizando as diferenças em sua maneira desprendida de amar, valorizando as mínimas oportunidades. Constatamos que os transcendentais benefícios de sua fé cristã têm se manifestado em todo o norte e nordeste do Brasil e até S. Paulo, com a fundação de colégios, hospitais, abrigos, asilos, creches, patronatos, orientados e dirigidos pelas seguidoras de Ana Couto. Ela deu-lhes o exemplo de uma evangelização dinâmica e permanente buscando sempre na Eucaristia a força necessária para enfrentar os percalços inevitáveis. Na história do mundo, os exemplos de Ana continuam a possuir uma vibrante atualidade, pois o que é verdadeiro supera o tempo e o espaço.

Integrante da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, que tradicionalmente reconhece os valores, sinto-me cônica da subida honra em tê-la como patrona, pois suas virtudes morais e sociais são por demais visíveis.

Dos páramos celestes, Madre Couto, escuta-nos: um século passou após o teu bendito nascimento, e outros hão de vir sem que tenhas morrido, pois “os santos não morrem”, e os educadores continuarão, sob a tua égide, caminhando, seguindo aqui na Terra, sem perder de vista a luminosidade das tuas virtudes, cujos reflexos nos conduzem a Deus.

Valdelice Alves Leite

janeiro de 1985.

FONTES DE PESQUISA:

DOCUMENTÁRIO DE MADRE QUINTINO

(31 de maio de 1963)

PERIÓDICO — INFORMATIVO “VOZ DE SANTA TERESA”

(1960 a 1963)

JORNAL “A AÇÃO” (CRATO — outubro de 1948)

BIBLIOGRAFIA, NOTAS, COMENTÁRIOS

PAR E C E R

Li atentamente e, porque não dizer, com certa emoção, o trabalho de D. Valdelice Alves Leite sobre a Patrona de sua cadeira na Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, Madre Ana Álvares Couto.

Em linguagem simples, correta, demonstrando sensibilidade e fé, D. Valdelice faz uma síntese do que foi a vida fecunda em santidade e obras de Madre Couto, como era chamada.

Tive a felicidade de conhecê-la ainda em vida, pessoalmente, quando já a conhecia através de sua atuação frente a sua Congregação das Filhas de Santa Tereza que ajudara a fundar e que dirigia com tanta proficiência.

No Seminário da Prainha faziam o Curso de Teologia comigo vários seminaristas do Crato, entre eles Mons. Francisco Montenegro, Mons. Antônio Feitosa, Mons. Raimundo Augusto, Pe. Agamenon, Pe. Orlando e outros. Deles ouvia sempre o relato das atividades de Madre Couto, não só em relação à Congregação fundada por D. Quintino e incentivada por seu sucessor D. Francisco de Assis Pires, como quanto à formação intelectual e moral da juventude feminina do Cariri e até dos Estados vizinhos.

Fui testemunha do seu esforço para a instalação de uma casa em Fortaleza, vizinha ao antigo Carmelo, na Rua J. da Penha, o que foi realizado já depois de sua morte, por Madre Tereza, no tempo de D. Antônio de Almeida Lustosa, que muito contribuiu para isso.

Voltando, porém, ao trabalho de D. Valdelice, acho-o muito bom. Nele ela demonstra muito espírito de fé, vivência cristã, sensibilidade poética e correção literária.

É um trabalho que honra quem o fez, demonstrando a pujança da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, que conta entre suas componentes elementos de valor cultural como o de D. Valdelice Alves Leite.

Ao seu trabalho confiro nota dez.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 1985.

Mons. André V. Camurça — Relator

Joaryvan Macedo

Madre Paula A. S. A. Bezerra

Cândida Maria Santiago Galeno

Claudio Sampaio Costa

2 LIVROS DE JOSÉ ALCIDES PINTO

O “poeta maldito” José Alcides Pinto dá mostras magníficas de sua criatividade, com os novos livros, ANTOLOGIA POÉTICA “e REFLEXÕES TERROR SOBRENATURAL”, que enviou ao Instituto Cultural do Cariri, para o acervo da nossa Biblioteca. Livros de densa beleza, que revelam o espírito iluminado desse grande vulto das letras contemporâneas do Ceará.

UM CARTÃO :

Caríssimo confrade e querido Amigo

J. Lindemberg de Aquino

Estou recebendo o N. 28 de ITAYTERA, e, antes mesmo de terminar a leitura, venho trazer-lhe um montão de abraços, todos eles de parabéns pela publicação que está aí, e que V., com toda esta sua grandeza de espírito e todo o seu dinamismo admirável, acaba de oferecer ao Ceará agradecido e ao mundo cultural brasileiro que palpita nos demais Estados da Federação.

A Revista está aquele primor: colaborações valiosas daqui e lá de fora — História, Poesia, Memória, Literatura, Genealogia, Pesquisa, Geografia — tudo, tudo de uma grande beleza, para orgulho e exaltação da amada Terra do Cariri.

Para V., e para o seu Instituto os meus mais sinceros profaças e a minha louvação. Um grande abraço “in sinu Jesu” na constância de minha admiração.

Ribeiro Ramos

PRESIDENTE DO ICC É SÓCIO HONORÁRIO DO ROTARY

Em plenária festiva, realizada no dia 06.09.84, em sua sede social, com a presença do Governador do Distrito 449, Agerson Tabosa, em visita oficial ao Clube, o Rotary Club do Crato conferiu o diploma de ROTARIANO HONORÁRIO, ao Jornalista João Lindemberg de Aquino, Presidente do Instituto Cultural do Cariri.

Outros jornalistas cratenses também receberam, na oportunidade, essa láurea, sendo eles Eloi Teles de Moraes e Huberto Esmeraldo — diretores do ICC e Antonio Vicelmo.

GENERAL TELES VISITA O ICC

Acompanhado de sua digna esposa, Sra. Valdelice Cartaxo Teles Pinheiro, o nosso eminente consócio, General Raimundo Teles Pinheiro, visitou, no último dia de 1984, a sede do Instituto Cultural do Cariri, onde se demorou em animada palestra.

O General Teles, ao longo dos anos tem sido o nosso “embaixador” em Fortaleza e têm sido constantes suas ajudas para ITAYTERA, inclusive financeiras.

Seu otimismo com relação ao ICC nos encoraja a continuar a luta.

Memórias

O General Teles vem de entregar à gráfica o seu livro de Memórias, que estará circulando até meados deste ano. Trata-se de mais uma vigorosa contribuição às letras cearenses.

O TREM

O trem chega
pesado de novidades
Chegam homens sem cor
cujos dentes ficaram
Minha mãe também chega
na tristeza das mulheres
Meu coração partido
em pernas e braços
abraça todo o meu povo
no povo do trem
Choro
e minha lágrima é pequena
para a grandeza da precisão

CHORO DE BRUTO

O homem bruto chorou
lágrimas que formaram rios
rios fazedores de mares
mares que se envenenaram
peixes que morreram

O homem bruto comeu peixes
para não morrer faminto

O homem bruto morreu
porque chorou

ESCRITOR ALENCAR BEZERRA PUBLICA SUAS MEMÓRIAS

O mais famoso e conhecido escritor-cego do Brasil, José de Alencar Bezerra, publicou o seu esperado livro de memórias que se vem juntar aos demais escritos que tem feito, ao longo de mais de 40 anos.

Alencar Bezerra, piauiense de Pio Nono, tem vasta experiência na vida e foi o movimentador das semanas ruralistas do seu Estado e de outros Estados do Nordeste. Jornalista, compositor, autor de hinos, poeta primoroso, nunca se deixou abater pela falta de visão, antes é um permanente bom humor a contagiar e a irradiar a todos os que dele se acercam.

Seu livro MEMÓRIAS, foi editado pela Editora Henriqueta Galeno, de Fortaleza, com prefácio de Alberto S. Galeno. Conta uma fascinante vivência pelo Sul e pelo Nordeste, onde o escritor-poeta-compositor fez grandes amizades e sempre teve grande atuação.

DOIS NOVOS LIVROS DE JOARYVAR MACEDO

O professor, escritor e sociólogo Joaryvar Macedo, que já foi Vice-Presidente do Instituto Cultural do Cariri e é, atualmente Secretário de Cultura do Estado do Ceará, lançou a público dois novos livros de sua autoria, em que reúne estudos, palestras e conferências, alguns já publicados esporadicamente pela imprensa.

Os livros são O TALENTO POÉTICO DE ALENCAR E OUTROS ESTUDOS — e o outro SÃO VICENTE DAS LAVRAS.

No primeiro, estudos e pesquisas variados, inclusive sobre o Pe. Antonio Gomes de Araújo e Batista de Lima, além de um estudo sobre os primórdios da literatura caririense e um trabalho sobre o Poeta Lobo Manso, Pai do Autor.

No segundo, uma história resumida de Lavras da Mangabeira, sua terra e sua gente, inserindo documentos preciosos para quem quiser recompor a historiografia da terra dos Augustos — também terra natal do Autor.

Com esses dois livros, de forte inspiração e profundas pesquisas, Joaryvar Mocedo enriquece a bibliografia cearense, já bastante opulenta com algumas outras obras de sua autoria.

FLAGRANTE DO TEMPO, NOVO LIVRO DE MARIA EURENICE COELHO

Com primorosa e impecável apresentação gráfica, edição da Secretaria de Cultura do Estado, edição de 1984, saiu a lume **FLAGRANTES DO TEMPO** um novo e precioso livro de poesia, da poetisa Maria Eurenice Coelho, de Santana do Cariri. É o seu segundo livro e a autora revela sensibilidade e espírito nos mais variados temas que aborda, em sua poesia cheia de fascínio e graça. Maria Eurenice é um dos mais autênticos valores culturais de nossa região. O livro tem só 83 páginas, o que é uma pena e a apresentação está a cargo do Pe. Neri Feitosa, com rara felicidade. A literatura caririense se enriqueceu com essa obra.

PINTO MADEIRA EM PALESTRAS NO ROTARY E LIONS

O Presidente do Instituto Cultural do Cariri, J. Lindemberg de Aquino, pronunciou, dentro da programação de celebração dos 150 anos da morte do herói Joaquim Pinto Madeira, em Crato, 3 palestras sobre esse acontecimento histórico de 28.11.1834. Duas delas foram no Rotary Club, dias 8 e 29 de novembro e uma no Lions Club do Crato-Centro, em 6 de novembro, no ano de 84.

Afora isso fez dissertações em diferentes escolas municipais sobre esse fato da nossa história e ainda crônicas na Rádio Araripe. A programação teve desenvolvimento com participação da Prefeitura Municipal do Crato, Departamento de Educação e Cultura, MOBREAL e Faculdade de Filosofia, aliando-se todos ao Instituto Cultural do Cariri naquelas celebrações.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

ITAYTERA

Com atencioso oferecimento do Jornalista e Escritor João Lindemberg de Aquino, Ilustre Presidente do Instituto Cultural do Cariri com sede no Crato, em nosso Estado, recebemos um exemplar do n.º 28 da revista ITAYTERA, órgão oficial daquele Instituto. Trata-se de uma bem cuidada publicação que enfeixa em suas 200 páginas uma série de excelentes trabalhos literários, históricos e culturais da melhor qualidade.

Agredecendo a gentileza da oferta parabenizamos o seu Diretor pela alta qualidade de sua publicação que honra os foros de cultura da ilustre e tradicional cidade do Crato.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA — Recebemos e agradecemos:

**DO JORNALISTA E ESCRITOR J. LINDEMBERG DE
AQUINO, PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DO
CARIRI, DO CRATO, CEARÁ:**

“O Instituto Cultural do Cariri continua recebendo, com absoluta regularidade, as edições do jornal A VERDADE.”

De há muito tinha uma cousa para dizer a vocês: nós, aqui, achamos A VERDADE um jornal sensacional. Um jornal sério, construtivo, coerente, pensado, equilibrado. Os que o criticarem por ver nele fotografias antigas, dados biográficos de gente antiga, dados históricos, reportagens sobre cousas do passado — esses, sim, é que estão fora da moda. Vocês estão fazendo, pode crer, meu caro Miguel, o maior benefício à documentação histórica, à memória nacional, no que tange a Baturité e redondezas. Uma coleção de A VERDADE, hoje, vale por uma imensa biblioteca, de cousas raras, caras, que de outra maneira jamais poderiam ser juntadas para pesquisa. Acredito mesmo que se o ARQUIVO NACIONAL e a Fun-

dação Pro-Memória tomassem conhecimento da suculenta, viçosa e importante matéria publicada em A VERDADE, por certo ficariam abismados. E seria de inteira justiça que a FUNDAÇÃO PRO-MEMÓRIA, que já tem representante em Fortaleza, custeasse todas as edições de A VERDADE. Vocês fazem um serviço que competeria a eles fazer. Prestam um enorme bem à documentação e fixação da memória histórica de sua região.

Acho delicioso ler A VERDADE. Parabéns. O trabalho de vocês poreja brasilidade, civismo, autenticidade e história viva.

Pelo Correio estou mandando a última ITAYTERA, revista que publicamos aqui, com mil sacrifícios, e que tenta seguir a linha documental de vocês.

Abração do admirador.”

“A VERDADE”, Baturité, 04.11.1984.

PRESIDENTE DO ICC APRESENTA “HISTÓRIA DO CEARÁ”

No auditório da Faculdade de Filosofia do Crato, dia 20.11.84, ocorreu a solenidade de lançamento do livro HISTÓRIA DO CEARÁ, primeiro de uma série de 6, de autoria do escritor Raimundo Batista Aragão. A apresentação do livro foi feita pelo Presidente do ICC, Jornalista J. Lindemberg de Aquino. O lançamento se fez em festa patrocinada conjuntamente pelo ICC, e Departamento de História daquela Faculdade, dirigida pela Prof^a. Lirêda Alencar Noronha. Foi acontecimento muito concorrido e festa de brilhante espiritualidade. No ensejo o escritor Raimundo Aragão pronunciou palestra subordinada ao tema “A Influência das Idéias Liberais no processo sócio-político da região do Cariri”. A propósito do livro, o crítico Abdias Lima escreveu o seguinte, em O POVO edição 21.09.84:

“Um trabalho que desde já vai manter o nome do autor pelos tempos futuros é esta “História do Ceará”, em quatro volumes, dos quais acaba de sair o primeiro, que abrange o período de 1531 a 1760. As figuras de Pero Coelho de Sousa, Antônio Cardoso de Barros, Martim Soares Moreno, Matias Beck e o domínio holandês no Ceará, costumes e crenças dos índios, o papel da Igreja na evangelização dos silvícolas, a luta contra os piratas franceses (mais de 200 foram degolados por Martim Soares Moreno), a missão jesuíta na Ibiapaba, povoamento do Ceará, enfim, vários aspectos de nosso Estado estão aí minuciosamente registrados pela mão segura do historiador R. Batista Aragão. É um livro excelente, repleto de lances atraentes, de fatos inéditos até mesmo para alguns historiadores. R. Batista Aragão vai ao interior da mina à busca da pepita milionária, vai ao interior dos mares à procura de paisagens diferentes, vai ao interior da terra cearense à cata dum passado histórico que quer tornar-se lendário. O resultado é compensador: uma “História do Ceará” que Capistrano de Abreu gostaria de ter lido e tirado achegas para os seus trabalhos de Mestre”.

NOVOS E ELOGIOSOS PRONUNCIAMENTOS SOBRE O LIVRO DO DR. ALENCAR ARARIPE

O ex-deputado Alencar Araripe continua recebendo elogiosas referências ao seu último Livro — O PROBLEMA DAS SECAS e outros ensaios”.

Eis dois desses pronunciamentos:

“Prezado Amigo:

Foi com muita alegria que vi em minhas mãos a última e memorável obra de tão prezado amigo, abordando esse problema que tanto o aflige. Muitas publicações foram feitas mas, que eu tenha lido, nenhuma o abrange de forma tão clara e

com tamanha seriedade. Fico feliz pela lembrança e por ser uma das pessoas a receber tão significativa obra. Pretendo congratulá-lo pessoalmente, na minha primeira visita que fizer ao Ceará. Agradecendo a atenção que me foi dispensada e na esperança de sua continuidade em escrever obras tão ricas como essa, subscrevo-me, Atenciosamente, José Cândido de Castro Paula Pessoa, ex-diretor geral do DNOCS”.

“Prezado Senhor:

Foi com surpresa e satisfação que recebi o livro intitulado “O Problema das secas e outros ensaios”, de sua autoria, gentilmente autografado de próprio punho. Os inúmeros azares que me prendem às atividades da Divisão de Hidrologia do DNOCS, que tenho a honra de dirigir, não me permitiram, de imediato, a leitura do seu livro.

O agradecimento por sua atenção à minha pessoa somente seria feito quando já tivesse uma avaliação pessoal da publicação e pudesse, assim, dar a minha própria opinião sobre a mesma.

Tendo lido quase a totalidade do livro, já posso assegurar que se trata de uma publicação de alto valor literário, político e histórico, por ser da lavra de um dos mais perfeitos conhecedores das causas da pobreza absoluta de nossa Região, como parlamentar brilhante e obstinado e que participou dos mais importantes acontecimentos da história contemporânea do Nordeste brasileiro.

Sua luta pela construção do açude Orós não foi em vão. Tive a oportunidade de ressaltar a importância dos grandes reservatórios nos últimos cinco anos consecutivos de secas em nossa Região, afirmando em “Potencialidade e aproveitamento dos recursos hídricos do Estado do Ceará” que eles desempenharam papel preponderante no abastecimento d’água às populações ribeirinhas e adjacências, nos quase 1.000 quilômetros de rios perenizados do Estado do Ceará. Cordialmente, engenheiro Manfredo Cássio de Aguiar”.

VICE-GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA ENALTECE ITAYTERA

A propósito da revista ITAYTERA, n.º 28, de 1984, o Vice-Governador Adauto Bezerra dirigiu o seguinte telegrama ao General Raimundo Teles Pinheiro:

“Aceite meus cumprimentos pelo envio da revista ITAYTERA, bem como sua afetuosa dedicatória. Li, com interesses, os artigos **FASES DA INDEPENDÊNCIA**, **ESTRELAS DO EXÉRCITO** e **ENCONTRO COM LAMPIÃO** de sua autoria. Cumprimento-o pela sua excelente contribuição à cultura da região caririense. Cordialmente, Adauto Bezerra, Governador do Estado, em exercício.”

Carta ao Presidente do ICC

Ainda a respeito de ITAYTERA, o cel. Adauto Bezerra enviou a J. Lindemberg de Aquino, diretor da revista e Presidente do **Instituto Cultural do Cariri** a seguinte missiva:

“Meu caro Lindemberg:

Graças à gentileza do meu parente amigo, General Raimundo Teles Pinheiro, brilhante colaborador da revista ITAYTERA, tive a satisfação de ler o número 28 da mesma, deleitando-me com os magníficos trabalhos das mais expressivas figuras das letras caririenses.

Comoveu-me, na edição em apreço, o tributo, por todos os títulos merecido, prestado ao inesquecível Coronel Filemon Fernandes Teles, que tão destacada contribuição deu ao progresso de nossa Região, na comemoração do seu Centenário de Nascimento, impondo o aplauso que lhe trago pela feliz e oportuna iniciativa.

Sempre que leio o maravilhoso órgão do Instituto Cultural do Cariri penso no esforço daqueles que o dirigem, tendo à frente o caro amigo, com quem nossa região contraiu dívida irrisgatável.

Na verdade, ITAYTERA é um exemplo vivo de coragem dos que a editam e um marco expressivo da cultura caririense.

Receba, pois, o meu abraço de estímulo pelo seu trabalho editorial, com votos sinceros de que continue levando, cada vez mais longe, a mensagem dos intelectuais de nossa região, que é a mensagem do próprio Ceará. Com amizade e admiração, Aduato Bezerra, vice-governador.”

ICC DEVE MUITO AO DR. HUMBERTO MACÁRIO DE BRITO

Na fase mais difícil por que passou, desde a sua fundação, 5 anos consecutivos sem receber recursos, o Instituto do Cariri encontrou na pessoa do Dr. Humberto Macário de Brito, ilustre Superintendente da SUDEC, em Fortaleza, um amigo certo.

Mensalmente, durante mais de um ano, ele propiciou pequenas ajudas, que permitiram á Diretoria reaparelhar a Casa, restaurar a Biblioteca, pagar dívidas e enfrentar, galhardamente, o futuro.

As ajudas da SUDEC permitiram amarrações nas paredes que estavam a cair, nova pintura, retelhamento, restauração de rede elétrica e hidráulica, recomposição do piso, aquisição de livros e objetos para o Clube do Folclore, e permitiram, ainda, aquisição de material de expediente para continuarmos com nosso serviço de catalogação de documentos históricos da cidade, os célebros Albuns do ICC.

Não poderíamos deixar de mencionar essa ajuda inestimável, acoplada a outra que nos deu o Vice-Prefeito do Crato, José Arraes Sobrinho, como representante credenciado do Presidente J. Lindemberg de Aquino, em Fortaleza, que a tudo encaminhou e resolveu com o maior espírito de colaboração e amor à nossa instituição. Os dois são figuras beneméritas desta Casa.

JÉFFERSON JR. PREMIADO

O cineasta Jéfferson de Albuquerque Júnior, filho do nosso ex-Presidente, Dr. Jéfferson de Albuquerque, firma-se, pouco a pouco, como uma das mais novas revelações do cinema brasileiro. Seu filme, PATATIVA DO ASSARÉ, conquistou o Primeiro Lugar no Festival do Cinema Nacional em Brasília (agosto-84) e logo em seguida, em setembro, no Festival de cinema de Salvador. É mais um valor da cultura caririense.

PESQUISA SOBRE O BEATO JOSÉ LOURENÇO

Há um crescente interesse sobre a vida e a obra do Beato José Lourenço, que, em Crato, nos últimos anos da década de 20 e nos primeiros da década de 30, implantou uma comunidade rural, na localidade Caldeirão, distrito de Santa Fé, nos moldes eminentemente socialistas. Comunidade que foi arrasada por tropas policiais, a mando do Governo Estadual, inclusive bombardeada, sob o receio de extravasamento de fanatismo religioso... As pesquisas se sucedem no ICC. O escritor pernambucano Cláudio Aguiar consultou o que tínhamos sobre José Lourenço e publicou até um livro e escreveu uma peça de Teatro. Também o professor universitário pernambucano, Tarcício Marcos Alves, fez pesquisas sobre o Beato, no Instituto Cultural do Cariri. Ele é da cidade pernambucana de Gravatá.

CENTENÁRIO DE MADRE ANA COUTO

Não poderíamos deixar de registrar, na presente edição, uma data que é particularmente cara à comunidade do Crato e do Cariri: o centenário de Madre Ana Couto, figura sem par na Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, que ela ajudou a fundar e da qual foi a Primeira Superiora Geral.

Nascida em Jardim, Ceará, a 30 de janeiro de 1885, era filha de Cláudio Álvares Couto Filho e Eponina Marques de Gouveia.

Freira na mais justa acepção do termo, ajudou o Bispo Dom Quintino a fundar a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, e o Colégio Santa Teresa de Jesus, entidades que em Crato derramam as luzes da instrução, com raio de influência em toda a região do Cariri.

Madre Couto era personalidade invulgar. Espírito retilíneo, inteligente, dedicada, dinâmica, desde os 10 anos de idade consagrou sua vida a Cristo.

Foi uma vida inteira de consagração ao próximo, a serviço da educação da mocidade feminina e a serviço do ideal cristão. Faleceu Madre Ana Couto, santamente, em nossa cidade, a 31 de janeiro de 1947. Ainda hoje seu nome é lembrado como figura humana de inexcelsas qualidades morais, religiosas e cívicas.

Águas Belas

Em Águas Belas
o sol passa de manhã
nada mais passa
nada mais pressa

Da barra
ao barro
o berro dos homens
caranguejando a vidavila

Em Águas Belas
as caravelas
d'el rei ferrocimento
não mostraram seus dentes
graças ao Deus da capelinha
onde um padrezinho
rega as almas
num jardim de areia

A Águas Belas
a gente vai
de Águas Belas
a gente volta
Passar é um verbo
apodrecido no mangue
de Águas Belas

Só o sol traz pescadores
e leva pescarias
Só o sol é que passa
por Águas Belas
e de manhã
sempre sempre de manhã

Batista de Lima

Garimpagem

Seco não é o rio
riachando areia
Seca é a margem
que espreita o rio
e lhe suga a seiva

Dor não é a margem
comprimindo o seco
dor é o homem
sugando a margem
garimpando a vida.

Batista de Lima

FRACASSO

À egrégia poetisa Maria Ferreira dos Santos.

Foi com muita atenção que li o seu poema,
E nele nada achei que fosse fracassado.

Acho até que você merece um diadema.

Por ter, um verso assim, tão bem elaborado.

Eu noto você ter inspiração suprema,
Ela o seu nome fez tornar-se eternizado.
Acho rico demais aquele seu poema,
Creio ele nunca ser, por outro, plagiado.

Seu modo de cantar é estranho que admira,
Sua rima, querida, é muito complicada,
Mas enriquece tanto a sua estranha lira.

Você merece ser, por todos, exaltada,
Eu não sei explicar como você se inspira
Por isso vou calar-me e não dizer mais nada.

José Esmeraldo da Silva.

Deus sempre presente

Ao ínclito poeta José Alexandre da Costa.

Num convívio de gente na calçada,
No esboço de um sorriso de menino,
Em um passeio assim pela alvorada,
Ou inda no capricho do Destino.

Também nos arvoredos de uma estrada
Num povoado grande ou pequenino.
E no grande esplendor da madrugada,
Ou numa triste voz de um velho sino.

Num cântico de um belo passarinho,
No grande amor de mãe ao seu filhinho,
Num cristão ou até impertinente.

No prazer ou na dor de um ente caro,
Ou numa ingratidão de um ser avaro
E em tudo Deus ali sempre presente.

(Soneto sem verbo)

José Esmeraldo da Silva.

Todo tempo é cedo

Ao egrégio cronista Antônio Berredo.

Meu caro Antônio Berredo,
Sempre todo tempo é cedo
Para quem quer aprender.
Se você quer compor verso,
Basta olhar para o Universo
Para um bom verso fazer.

Ao fitar o Firmamento,
Vem logo ao seu pensamento
A mais rica inspiração.
Berredo, você não pense,
E fique certo que vence.
Estude a constelação.

Faça primeiro um ensaio,
Aprenda do mês de maio
O que lhe diz cada flor.
Observe no arvoredo
Como o belo passaredo
É tão improvisador.

Eu lhe afirmo com certeza,
Que da sábia Natureza,
Tudo se pode aprender.
Até verso bem rimado
E todo metrificado
Que faz gosto a gente ler.

La- Fontaine, um belo dia
Tentou fazer poesia,
E achou tão fácil rimar.
Pois foi o seu pensamento
Externado no momento
Que o fez admirar.

Fantaine notou, de fato,
Que era um poeta nato
Quando o verso foi compor.
Pois o fez tão facilmente,
Ele viu perfeitamente
Que era também trovador.

Tente sempre todo dia,
Fazer também poesia
Como La-Fontaine fez.
Talvez com facilidade,
Você, com a felicidade
Vá-se encontrar desta vez.

Berredo tenha coragem,
Não deixe sua bagagem
De rima se dispersar.
Pois de poeta e de louco,
Todo mundo tem um pouco.
Pode me acreditar.

Fite para a Natureza,
E descubra esta riqueza
Que tudo é verso também.
Porque você de poeta,
Tem, pelo menos, a meta
Como todo mundo tem.

Aprenda, caro Berrêdo
A transformar o segredo
Da sua imaginação.
Num grande e belo poema,
Do mais elevado tema
E cheio de inspiração.

Crato, 07 de outubro de 1984.

José Esmeraldo da Silva.

A pequerrucha

Aos irmãozinhos Pablo e Polena
Sou anosinha,
Mas sou pequena,
Roupa curtinha,
Papai condena.

Minha corzinha
Não é morena.
É tão alvinha
Como a açucena.

Minha mãezinha,
Que é boazinha
Eu não desgosto.

Da minha mestra
Sua palestra,
Oh, quanto gosto.

José Esmeraldo da Silva

PENSAMENTOS PARA VIVER

- 01 — Os recalcados tiram suas más qualidades e põem em quem não as merece.
- 02 — Os sábios meditam e os loucos apreciam.
- 03 — O homem é esperto como a serpente e bobo como uma pomba.
- 04 — Ser um tolo prudente é melhor que ser um sábio extrovertido.
- 05 — Sem imaginação não existe capacidade.
- 06 — Se não existisse o amor, não existiria ternura.
- 07 — A vida sem amor não tem sentido, é como o poeta sem rimas.

- 08 — A leitura é o essencial contanto que você a busque com vigor.
- 09 — A maioria dos homens vivem como uma mula procurando quem os puxe.
- 10 — Ter sabedoria é um dever e procurar a sabedoria é uma virtude.
- 11 — Para que você encontre a verdadeira felicidade, descubra seu eu.
- 12 — A humildade é uma virtude e poucos a apreciam.
- 13 — O homem sem humildade é como a erva do campo sem o orvalho.
- 14 — Correr o risco de se chamar de louco só aos sábios pertence.
- 15 — Seja como criança, que o seu coração estará sempre aberto para o próximo.
- 16 — A vida sem ideal é como um cavalo sem rédeas.
- 17 — Um homem sem escrúpulo é como um animal rugindo.
- 18 — Os direitos são sagrados quando eles são defendidos dignamente.
- 19 — Ai dos sábios se não fossem os loucos.
- 20 — Se não existisse a modéstia, os homens todos seriam orgulhosos.
- 21 — O orgulho é como a cobra venenosa, ele pica e mata.
- 22 — A vida sem fé não tem sentido é como um vaso sem etiqueta.
- 23 — O homem sem caráter a sociedade aborrece.
- 24 — Seja sempre você, nunca se eleve pelo individualismo de alguns.
- 25 — Para que você repreenda alguém observe-se a si próprio.
- 26 — Seja compassivo aí você verá que a vida é comparada a um escritor buscando o seu sucesso.

João Humberto Arraes

VII FESTIVAL REGIONAL DO FOLCLORE
E 1ª. SEMANA DO FOLCLORE DO MUNICÍPIO DO CRATO
= DE 15 a 22 DE AGOSTO/84=

C O N V I T E

O Centro de Estudos Supletivos Mons. Pedro Rocha de Oliveira, Clube dos Amigos do Folclore, Departamento de Cultura do Município, Instituto Cultural do Cariri e MOBREAL, sentir-se-ão honrados com sua presença às comemorações desta semana.

PROGRAMAÇÃO

Dia 15 — Quarta-Feira

05:00h — Alvorada de abertura ao som das “Bandinhas”

9h30min — Lançamento do VII Festival Regional do Folclore e 1ª. Semana do Folclore do Município, dentro do Programa “Uma Escola Diferente”, do Centro de Estudos Supletivos Mons. Rocha, emitido pela Rádio Araripe do Crato.

— Crônicas nas emissoras Rádio Araripe do Crato e Rádio Educadora do Cariri.

Dia 16 — Quinta-Feira

15:00h — Instalação do Miniposto Cultural do MOBREAL, na Biblioteca do Centro de Estudos Supletivos Mons. Rocha.

16:00h — Lançamento do livro “Murmúrios Poéticos”, de Cícero Jorge de Carvalho e Hermano Roldão, com ilustrações de Francisco Aguiar Bezerra.

— Lançamento do folheto de cordel “Lagoa Encantada”, de Elói Teles de Moraes.

— Lançamento do número 9 do jornal ELO, do CES Mons. Rocha.

18:00h — Apresentação do Poeta Patativa do Assaré — Poemas de cunho folclórico e outros poemas de sua autoria.

Dia 17 — Sexta-Feira

22:00h — Noite de seresta, no Parque Municipal.

Dia 18 — Sábado

20:00h — Show dos Grupos Culturais na praça Maria Arrais Semião, no bairro do Seminário.

Dia 19 — Domingo

19h30min — Retreta com a Banda de Música Municipal na Praça Siqueira Campos com a presença da minimobralteca.

Dia 20 — Segunda-Feira

9:00h — Presença da mini mobralteca na feira do Crato, divulgando valores artísticos populares.

20:00h — Show com a participação dos grupos folclóricos na Praça da Sé com a presença da minimobralteca.

Dia 21 — Terça-Feira

20:00h — Show com a participação dos grupos folclóricos na Praça da Sé com a presença da minimobralteca.

Dia 22 — Quarta-Feira

18:00h — Desfile dos grupos folclóricos pelas principais ruas da cidade acompanhando o "PAU DA BANDEIRA", até a Praça da Sé.

19:00h — Abertura da Festa da Padroeira, seguindo-se: folclore.

— Show pirotécnico

— Apresentação dos folclóricos

— Encerramento do VII Festival Regional do Folclore e da 1ª. Semana do Folclore do Município.

Obs.: — Durante a Semana do Festival Regional do Folclore serão ministradas palestras nas escolas sobre folclore.

